

A Confraria e a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, na Igreja de São Pedro, no Funchal (1646-1846) – Organização, Atividades e Património

The Confraternity and Chapel of Nossa Senhora da Boa Morte,
at São Pedro Church, Funchal (1646-1846) –
Organization, Activities and Heritage

*Paulo Ladeira*¹

Resumo²

A capela de Nossa Senhora da Boa Morte, situada no lado do Evangelho da igreja de São Pedro, no Funchal, foi fundada, na década de 30 ou 40 do século XVII (antes de 1646), por Manuel Soares, onde foi sepultado em novembro de 1651. Manuel Soares deixou, em testamento, um foro para reparo da capela e uma pensão de missas por sua alma e de sua mulher.

¹ Mestre em História e Cultura das Regiões – variante História da Madeira / História da Arte pela Universidade da Madeira com a tese *O Rococó na Madeira – A Talha e a Pintura do Último Barroco ao Primeiro Neoclássico* (2005); licenciado em Artes Plásticas / Pintura pelo Instituto Superior de Arte e Design – Universidade da Madeira (1998), com distinção com bolsa de mérito. Desenvolve investigação na área da História da Arte, Cultura e Património, com incidência sobre o arquipélago da Madeira e os séculos XVIII-XX. Desde 2007 publicou alguns livros, artigos e roteiros de património. Desde 1995, como artista plástico realizou alguns *workshops*, participou em três exposições individuais e em várias coletivas, com trabalhos na área da pintura, escultura, desenho e fotografia, tendo obtido alguns prémios a nível regional. É docente do ensino básico do grupo 240 (Educação Visual e Tecnológica) e encontra-se, desde o ano letivo 2019-2020, em regime de requisição na Direção Regional da Cultura / Direção de Serviços de Museus e Património Cultural. Contato eletrónico: pauloladeira@gmail.com.

² Siglas e abreviaturas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; ACEF – Arquivo da Câmara Eclesiástica do Funchal; CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico; CMF – Câmara Municipal do Funchal; CNSBM – Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte; CSFF – Convento de São Francisco do Funchal; cx. – caixa; DRAC – Direção Regional dos Assuntos Culturais (atual DRC – Direção Regional da Cultura); Fig(s). – Figura(s); fl(s). – fólio(s); GC – Governo Civil do Funchal; JRPC/CON – Juízo do Resíduo e Provedoria das Capelas / Confrarias; l.º – livro; N.ª Sr.ª – Nossa Senhora; n.º – número; p(p). – página(s); proc. – processo; RP – Registos Paroquiais; SS. – Santíssimo Sacramento; vol(s). – volume(s).
O autor agradece à Doutora Rita Rodrigues e ao Doutor Filipe dos Santos a revisão de texto.

Na capela, em 1646, foi instituída a confraria de Nossa Senhora da Boa Morte, considerada «hũa luzida Irmandade», por Henrique Henriques de Noronha, em 1722. A confraria aceitava irmãos de toda a condição social e tinha por principais objetivos a salvação da alma e o culto a Deus e a Nossa Senhora.

A confraria subsistia através de legados, esmolas de entrada dos irmãos, esmolas anuais, esmolas de eiras e lagares, arrendamento de fazendas e casas e, principalmente, rendimentos de juros do dinheiro emprestado. As receitas eram empregues nas despesas correntes com o culto, tais como em missas, ofícios, cera, festividades, procissão e obras da capela.

A confraria de Nossa Senhora da Boa Morte, na década de 70 do século XVIII, remodelou a capela construindo um novo retábulo, em estilo Rococó, com risco e orientação do pintor canarino João António Villavicêncio, mestre das obras reais da Madeira entre 1781 e 1796. Nas obras da capela trabalharam os mestres mais requisitados neste período na Madeira.

A confraria alcançou o apogeu nos anos 60, 70 e 80 do século XVIII, tendo decaído na década seguinte em consequência de fatores políticos, económicos, sociais e religiosos, o que conduziu à sua extinção em 1846.

Neste artigo analisamos a estrutura organizativa da confraria de Nossa Senhora da Boa Morte, as ações religiosas, sociais e económicas desenvolvidas, a construção e manutenção da capela e do seu património religioso e artístico, grande parte, ainda hoje, à vista de fiéis e visitantes.

Palavras-chave: Confraria; Pintura; Retábulo; Talha; Rococó; João António Villavicêncio; Julião Francisco Ferreira; Nicolau Ferreira; Freguesia de São Pedro; Funchal.

Abstract

The Nossa Senhora da Boa Morte (Our Lady of Good Death) chapel, located on the left side of São Pedro church, in Funchal, was founded in the 30s or 40s of the 17th century (before 1646), by Manuel Soares, and it's where he was buried in November, 1651. Manuel Soares left, in his last will and testament, an income to repair the chapel and a pension for masses on behalf of his and his wife's souls.

In 1646, in the chapel, the confraternity of Nossa Senhora da Boa Morte was established, considered «hũa luzida Irmandade» («a grand brotherhood»), by Henrique Henriques de Noronha, in 1722. The confraternity accepted members of all social status and had as main goals the salvation of the soul and the worship of God and Nossa Senhora (Our Lady).

The confraternity subsisted through legacies, alms of new members, annual donations, alms in threshing floors and mills, the renting of farms and houses and, mainly, from the interests of borrowed money. The profits were used in current expenses with the worship, such as in masses, religious services, wax, festivities, procession and in the construction works of the chapel.

In the 70s of the 18th century, the confraternity of Nossa Senhora da Boa Morte remodelled the chapel by building a new altarpiece, in Rococo style, with the guidance of the Canary painter João António Villavicêncio, master of royal works in Madeira between 1781 and 1796. The most requested masters in Madeira during this period worked in the chapel.

The confraternity reached its peak in the 60s, 70s and 80s of the 18th century, having declined in the following decade, as a result of political, economic, social and religious factors, which led to its extinction in 1846.

In this article we analyse the organizational structure of the confraternity of Nossa Senhora da Boa Morte, the religious, social and economic actions developed, the construction and maintenance of the chapel and of its religious and artistic heritage, much of it, still today, visible to worshipers and visitors.

Keywords: Confraternity; Painting; Altarpiece; Gilded Wood; Rococo; João António Villavicêncio; Julião Francisco Ferreira; Nicolau Ferreira; São Pedro Parish; Funchal.

Introdução

As confrarias, organizações religiosas ou seculares, tiveram um grande incremento na Europa a partir da Idade Média. As confrarias religiosas desempenharam um papel ativo e importante na sociedade, tanto na vida eclesiástica como na secular. Passaram a regular-se, canonicamente, desde 1604, pela Constituição de Clemente VIII intitulada «*Quaecumque*» e, a partir de 1610, pela de Paulo V³.

O Concílio de Trento impulsionou o aparecimento e o desenvolvimento da ação das confrarias, sendo comum nas paróquias a existência de várias devoções, como das Almas, do Senhor Jesus, de N.^a Sr.^a do Rosário, dos respetivos oragos e do Santíssimo Sacramento, esta última obrigatória em todas as igrejas paroquiais.

A existência e a propagação de confrarias nas igrejas e capelas deveram-se à manifestação da fé, segundo os princípios do Cristianismo, à necessidade de louvar a Deus, a Jesus Cristo, a N.^a Sr.^a e aos Santos e, principalmente, ao sufrágio das almas dos irmãos confrades.

A ação das confrarias religiosas não se circunscreve às práticas afins. As confrarias religiosas organizadas em associações de pessoas piedosas, por vezes em corporações profissionais, assumiram, também, dentro das comunidades paroquiais, um importante papel na organização e coesão social, afirmando a sua identidade, estabelecendo normas de comportamentos, exercendo obras de caridade e prestando assistência espiritual e social.

No arquipélago da Madeira as confrarias estabeleceram-se desde muito cedo, sendo conhecidas desde os finais do século XV a de Santa Maria de Cima e a de São Pedro Gonçalves Telmo.

Na cidade do Funchal foi criada a freguesia de São Pedro, por partilha da da Sé, através do alvará de 20 de julho de 1566. A nova freguesia ocupava a grande parte ocidental da cidade e juntava-se às duas existentes, de N.^a Sr.^a do Calhau e da Sé. A freguesia de São Pedro teve pouca duração, pois em 1579 o bispo D. Jerónimo

³ PENTEADO, 1995, «Confrarias portuguesas [...]», p. 42.

Barreto considerou-a desnecessária e o cardeal-rei D. Henrique extinguiu-a, erigindo duas no seu lugar, as de São Roque e São Martinho, situadas no limite da extinta freguesia. A freguesia de São Pedro voltou a ser restaurada pelo rei Filipe I, por carta de 14 de agosto de 1587⁴.

A freguesia de São Pedro, uma das mais importantes e populosas do Funchal, beneficiou da sua posição geográfica e centralização na cidade. Na área desta freguesia fundaram-se instituições importantes, como os conventos de Santa Clara e de São Francisco, e estabeleceram-se famílias abastadas e de elevada condição social. O considerável desenvolvimento económico da freguesia refletiu-se na vida social e religiosa da comunidade, no património construído e na própria edificação e ornamentação da igreja de São Pedro.

Primitivamente, a paróquia de São Pedro estava instalada na antiga capela de São Pedro e São Paulo, atualmente designada de São Paulo. Em 1590 iniciou-se a construção da nova igreja de São Pedro, sendo ampliada e ornada ao longo dos séculos. Na igreja de São Pedro foram fundadas diversas confrarias: a do Santíssimo Sacramento, instituída no início do século XVII; a de N.^a Sr.^a da Candelária; a de Santa Luzia, das quais existem referências à atividade durante os séculos XVII e XVIII; e a de N.^a Sr.^a da Boa Morte.

Neste artigo pretende-se dar a conhecer a história da confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte, nomeadamente a sua criação, o *Compromisso*, as atividades económicas e religiosas e o património da sua capela. Além da bibliografia geral e observação *in loco* da capela, baseamo-nos principalmente no acervo documental da confraria, depositado no Arquivo e Biblioteca da Madeira, no fundo do Governo Civil do Funchal, designadamente os livros de: *termos de entrada de irmãos; receita e despesa e quitações de missas; compromisso; termos de eleições; bens e escrituras*; e ainda dois processos de contas do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas.

Fundação e Compromisso

A confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte, sita na capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, no lado do Evangelho da igreja de São Pedro, no Funchal, foi fundada em 1646, sendo assim o culto mais antigo desta invocação, que se conhece, no arquipélago da Madeira. Em 1722, Henrique Henriques de Noronha referia que «hé da Senhora

⁴ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], [1722], p. 160; SOUSA, 1999, *A Freguesia de São Pedro*, p. 12; SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 275-276; CARITA, 1991.07.07, *A Capela do SS. da Matriz de S. Pedro*, p. 9.

da Boa Morte a quem celebra hũa luzida Irmandade com grande zello, os três dias da sua Assumpção, com o senhor exposto, e procição na antevéspera da sua festa». Acrescenta que «foi fundador desta Capella Manoel Soares natural do Reyno, que por não ter filhos, nomiou a sua administraçam em Manoel Fernandes Mondim seu amigo; e jaz sepultado nella com sua mulher»⁵.

Manuel Soares, capitão de artilharia e mercador, filho de Jerónimo Soares e de Francisca Pinheira, naturais da cidade de Évora, casou a 17 de janeiro de 1625, na Sé do Funchal, com Maria Fernandes (do Prado/Perado), viúva, natural da freguesia da Sé, do Funchal⁶. Por óbito da esposa, Manuel Soares casou segunda vez, a 14 de janeiro de 1648, na igreja de N.^a Sr.^a do Calhau, com Joana Ferreira de Novais, filha de Manuel Ferreira de Novais e de Antónia Gonçalves de Carvalho, sendo testemunhas o capitão Tristão de França e Diogo Fernandes Branco⁷. Não teve descendentes dos dois matrimónios. Por seu falecimento, a 19 de novembro de 1651⁸, Joana Ferreira de Novais casou segunda vez, a 17 de novembro de 1652, na Sé do Funchal, com André Fernandes Mondim⁹, familiar de Manuel Fernandes Mondim, atrás referido¹⁰.

Manuel Soares, «enfermo na cama», fez testamento a 23 de janeiro de 1651¹¹, deixando por universal herdeira e testamenteira a sua esposa, sendo ainda testamenteiro Manuel Fernandes Mondim, e tendo a esposa a obrigação de entregar a este 220\$000 réis, três meses após a morte, para cumprimento de «certas obrigações». Ao testamenteiro e amigo Manuel Fernandes Mondim deixou o seu «prato de prata grande e dois de coatro pequenos que tenho de prata para seu serviço»¹².

Manuel Soares ordenou que fosse sepultado na sua capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, na igreja de São Pedro, embora fosse freguês da Sé. Deixou várias disposições testamentárias pias, comuns na época a pessoas abastadas. Mandou ser sepultado com o hábito de São Francisco, acompanhado no funeral pelos religiosos do convento de São Francisco, Cabido, capelães da Sé, párocos das paróquias de N.^a Sr.^a do Calhau e de São Pedro, provedor e irmãos da Santa Casa da Misericórdia do Funchal,

⁵ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas [...]*, [1722], p. 161.

⁶ ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 9, fl. 60v.º.

⁷ ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 9, fl. 138.

⁸ ABM, RP, São Pedro, Óbitos e Casamentos (misto), l.º 4, fls. 59-59v.º.

⁹ ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 9, fl. 146v.º.

¹⁰ Um indivíduo homónimo, Manuel Fernandes Mondim, provável familiar, foi vigário da igreja de São Pedro entre janeiro de 1719 e novembro de 1733.

¹¹ ABM, RP, São Pedro, Óbitos e Casamentos (misto), l.º 4, fls. 59-59v.º; ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 69v.º.

¹² ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 31. Manuel Soares tinha uma «preta Maria e sua filha por nome também Maria».

confrarias de que era irmão, com esmola de um cruzado, e as de que não era irmão, se quisessem acompanhar, com esmola de \$200 réis. Mandou dizer 400 missas por sua alma, a 60 réis cada uma, distribuídas pelas várias igrejas do Funchal nos dias após o seu falecimento, incluindo-se as ditas no dia do falecimento. Solicitava que destas missas se dissessem as máximas que se pudessem na sua capela e no altar da confraria de N.^a Sr.^a da Candelária, situado também na igreja de São Pedro, da qual era irmão. Ordenava ainda, oito dias após a morte, dois ofícios de nove lições com vésperas, um na igreja de São Pedro e outro na Sé, ofertados com um saco de trigo, um carneiro e um barril de vinho.

Manuel Soares, além da sua sepultura na capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, permitia que aí fossem sepultados a sua esposa, o que deve ter acontecido conforme descrição de Henriques de Noronha, já citada, a sua sogra – Antónia Gonçalves de Carvalho –, Manuel Fernandes Mondim e, por morte deste, os seus herdeiros «e outras pessoas[, mas] não por coanto», tendo em conta que fez a capela em «honra de Nossa Senhora e a ela dedicada para seu serviço»¹³.

Manuel Soares deixou «para sempre» um foro à capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, no valor de 3\$000 réis anuais, proveniente das casas compradas a Luís de Noronha Henriques, situadas junto à Sé, no Aljube, pago em junho, no dia de São João Batista. Do total, 2\$000 réis eram destinados ao reparo da capela e os restantes para seis missas por sua alma e dez por alma de sua primeira mulher, Maria Fernandes. Em nota lateral ao testamento refere-se que as missas foram reduzidas a oito, três por Manuel Soares e cinco por sua mulher. O registo de contas (receita e despesa) da confraria, existente a partir de agosto de 1764, confirma a redução de missas, tendo a confraria pago ao padre responsável pelas mesmas, nos anos de 1764-1765 e de 1765-1766, 1\$000 réis em cada ano, respetivamente, por «3 missas por Manuel Soares e 5 por D. Maria do Prado» e «tres misas por Manuel Soares e cinco por D. Maria do Prado»¹⁴. A partir do ano seguinte, 1766-1767, até 1791-1792, o encargo é de seis missas por Manuel Soares e mulher, pagas no valor de \$900 réis¹⁵.

¹³ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 30v.º.

¹⁴ ABM, GC, CNSBM, Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1764-1845, l.º 227, fls. 3 e 5v.º.

¹⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 9, 10v.º, 11v.º, 13v.º, 15v.º, 18v.º, 20v.º, 23v.º, 24v.º, 25v.º, 26v.º, 27v.º, 28v.º, 29v.º, 30v.º, 31v.º, 32v.º, 33v.º. Por António Gonçalves e sua mulher, a confraria na segunda metade do século XVIII também mandava dizer igual número de missas, impostas numa pensão deixada à confraria. António Gonçalves, morador nos Arrifes, em testamento, de 4 de agosto de 1723, deixou à confraria uma casa térrea com «hu corredor por sima dela» situada «pela parte de baicho da minha em que vivo a qual rende de aluguer todos os anos 2\$000» réis, sendo metade para missas por sua alma e da esposa e o restante para a confraria (ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 32v.º).

A partir de 1792, e com registo até 1794, passa-se a dizer cinco missas em cada ano, não sendo possível aclarar o valor monetário, pois as mesmas são contabilizadas em conjunto com outras¹⁶.

O foro desta(s) casa(s) foi pago pela Santa Casa da Misericórdia do Funchal desde 1763 até 1784, no valor de 3\$000 réis, encargo deixado pelo reverendo António Fernandes Mondim (familiar de Manuel Fernandes Mondim), por falecimento da sua irmã, à conta do seu testamento¹⁷. Este encargo foi pago, posteriormente, entre 1788 e 1807, pelo capitão-mor José Nicolau Teixeira e Vasconcelos, numa casa que a confraria detinha na rua do Aljube.

A confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte regia-se pelo *Compromisso* de 1646, onde estavam escritas as normas, as obrigações e os direitos dos confrades. Como «se tem ampleado em muito, a dita confraria asim nos suffragios dos Irmãos como no Culto Devino em Missas, que se dizem» e como «tudo está lançado no tomo do Livro Compromisso, porem com alguma confusão por se acharem as coisas antigas misturadas com as modernas», a confraria reformou, num novo livro, o antigo *Compromisso* de 1646, sendo confirmado, por alvará de 8 de junho de 1718, pelo bispo do Funchal, D. José de Sousa de Castelo Branco, com a condição de a confraria ficar sujeita à jurisdição eclesiástica e à paróquia de São Pedro¹⁸.

No livro do *Compromisso* de 1718, no fólio um, o texto de apresentação é ornamentado com uma iluminura barroca, monocromática, realizada por um pintor ou imaginário local. O desenho é constituído por uma oval, emoldurada por um padrão de folhagens de acanto. Na parte externa, em cada um dos quatro vértices, representa-se um querubim. Este conjunto é envolto por um padrão de folhagens de acanto intercaladas por pirâmides rematadas por esferas. É tudo executado, numa linguagem formal semelhante à empregue na época na talha, com um traço seguro, com linhas, algumas cruzadas, e aplicação de manchas de tinta com o objetivo de acentuar a ilusão de tridimensionalidade¹⁹.

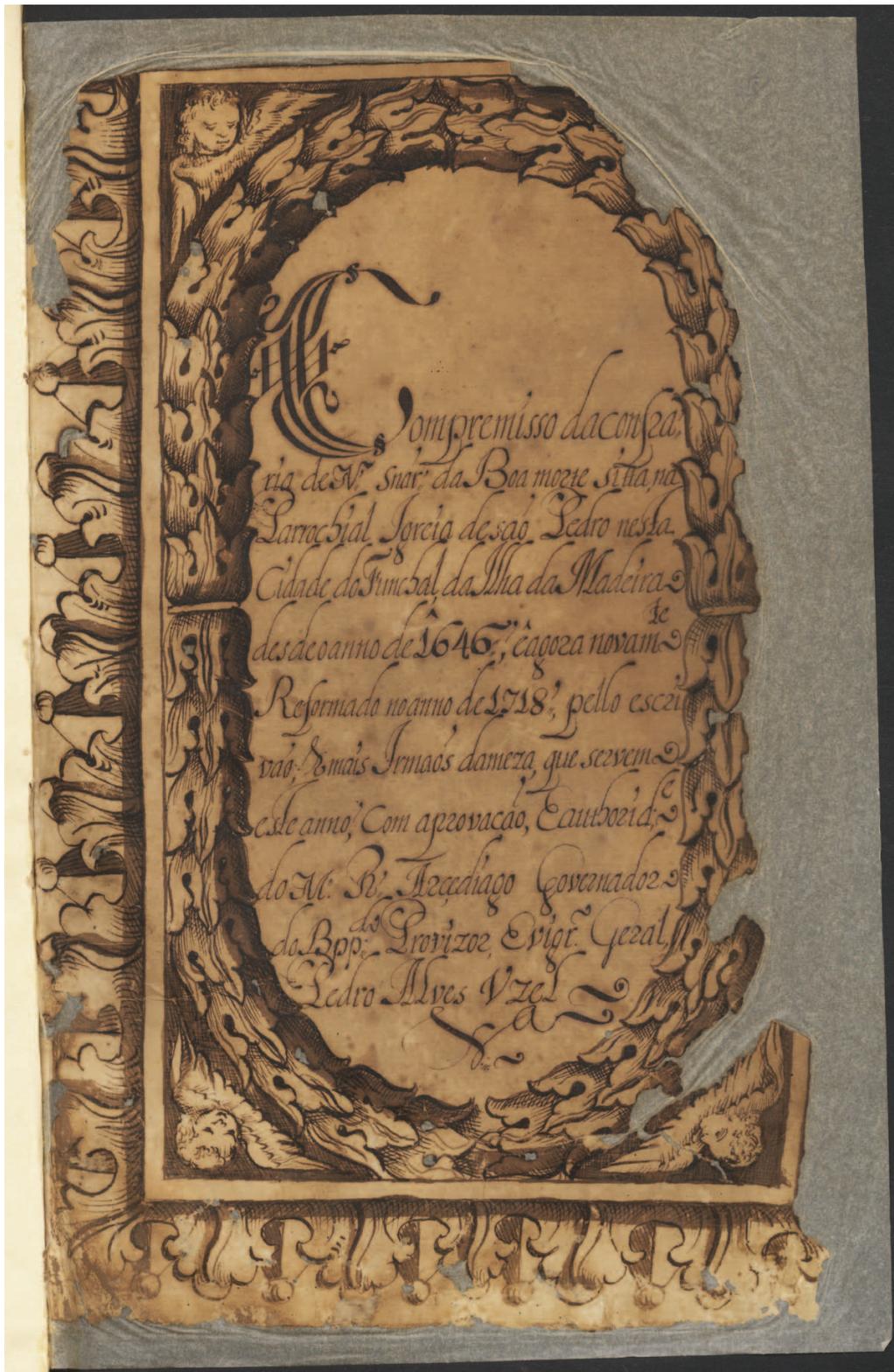
¹⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 42, 43, 44. No ano de 1788, com a entrada do tesoureiro Caetano Fernandes Pimenta voltou-se a pagar 1\$000 réis por estas missas (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 37).

¹⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 2v.º-40.

¹⁸ ABM, GC, CNSBM, Livro do *Compromisso* e sua confirmação, l.º 229, fls. 1-4.

¹⁹ A margem externa do fólio é inexistente devido à ação da corrosão da tinta e ao manuseamento.

Fig. 1 – Iluminura, Livro do Compromisso da Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte



Fonte: ABM, GC, CNSBM, Compromisso e sua confirmação, 1718-1775, l.º 229, fl. 1.

O Compromisso é composto por 18 capítulos. As letras capitulares, no início de cada capítulo ou no início de página, são ricamente decoradas com traços finos e largos, formas em espiral e geométricas. No segundo fólio consta ainda um querubim.

Figs. 2 e 3 – Letra Capital e Querubim, Livro do Compromisso da Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte



Fonte: ABM, GC, CNSBM, Compromisso e sua confirmação, 1718-1775, l.º 229, fl. 2.

A 11 de agosto de 1741 e a 15 de agosto de 1743 foram adicionados, respetivamente, dois termos ao compromisso, sob aprovação da autoridade eclesiástica²⁰.

O rei D. José I, num provimento de 17 de novembro de 1766, ordenava ao Provedor das Capelas que notificasse todas as confrarias e irmandades do arquipélago da Madeira para que estas enviassem à Mesa da Consciência e Ordens os compromissos, para serem confirmados, porque esse direito pertencia-lhe como governador e perpétuo administrador do Mestrado e Ordem de Cristo²¹. A Ordem de Cristo detinha a jurisdição espiritual nas igrejas do Ultramar, doada a pedido do Infante D. Henrique. O rei, como governador e administrador perpétuo daquela Ordem, achava-se no direito de confirmar os compromissos das confrarias e de proceder à fiscalização das contas através do Provedor dos Resíduos e Capelas.

D. José I não reconheceu a confirmação do *Compromisso* realizada, em 1718, pelo bispo do Funchal, e confirmou-o com os dois termos anexos, em Lisboa, a 26 de junho de 1775, referindo que «por inadvertência, [havia] confirmado o seu compromisso pelo Ordenario do mesmo Bispado cuja incompetencia reconhecendo agora, e que a mesma confirmação só e da jurisdição da dita Ordem compete». Na confirmação ordenava à confraria para que tudo cumprisse o que o Tribunal

²⁰ Desenvolveremos adiante estes termos, mas adiantamos que o primeiro relaciona-se com a celebração de missas, no oitavário dos finados, e admissão de irmãos, e o segundo com a redução de donativos de cera, por parte dos elementos da Mesa da Confraria.

²¹ VERÍSSIMO, 1994, «Confrarias: algumas questões [...]», pp. 26-31, citando ABM, *Câmara Municipal do Funchal*, Registo Geral, t.º 11, fls. 153-154.

da Mesa da Consciência e Ordens determinasse, prestasse contas ao Provedor das Capelas da Madeira ou a outro ministro semelhante que o monarca designasse, porque as confrarias estavam isentas, através de Bula Apostólica, de qualquer outra jurisdição, e fizesse as eleições do juiz e irmãos da Mesa com a presença e intervenção do vigário da igreja de S. Pedro²².

A 24 de dezembro de 1775, os elementos da Mesa da confraria reuniram na «Igreja Colegiada de São Pedro e casa da confraria», nomeadamente, o vigário da igreja de São Pedro, Francisco Xavier da Cunha, o juiz da confraria, João de Carvalhal Esmeraldo de Atouguia e Câmara, o escrivão e tesoureiro, Manoel Gomes Correia, e os mordomos que serviram no presente ano, sendo lida a Provisão Régia de confirmação do *Compromisso* e realizado o juramento, sujeitando-se e obedecendo a Mesa ao Soberano, através do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens²³.

A polémica da jurisdição estava instalada, sendo conturbado o relacionamento entre as instituições pela competência da aprovação dos compromissos e vistoria das contas das confrarias²⁴.

A 22 de abril de 1795, o Provedor dos Resíduos e Capelas prevenia o tesoureiro da confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte para que cuidasse em arrecadar os juros vencidos, conforme a lei, sob pena de ser responsabilizado, caso não os arrecadasse ou mostrasse. Ordenava, ainda, que os dinheiros das sobras se aplicassem no culto, porque este era o fim a que se destinavam as confrarias, advertindo ao tesoureiro que o livro das contas da confraria devia existir sempre no seu poder e que devia apresentá-lo no Juízo dos Resíduos e Capelas todas as vezes que lhe fosse ordenado, e nunca o entregar no Juízo Eclesiástico porque não tinha nenhuma jurisdição para verificar as contas das confrarias²⁵.

Em 1813, o Provedor dos Resíduos e Capelas da Madeira, Pedro Nicolau Bettencourt de Freitas e Meneses, em vez de se identificar simplesmente como Provedor dos Resíduos e Capelas, reforçava a ideia da sua jurisdição sobre as confrarias ao intitular-se «Provedor Proprietário dos Resíduos, Capellas, Confrarias e Lugares Pios d'esta Comarca da Ilha da Madeira, e Porto Santo»²⁶.

²² ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fls. 11-12. Registado no Funchal a 9 de agosto de 1775.

²³ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fls. 13-13v.º.

²⁴ VERÍSSIMO, 1994, «Confrarias: algumas questões [...]», p. 26.

²⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 44v.º. Podemos verificar neste livro que as contas foram examinadas pelo Corregedor Provedor da Comarca da Ilha da Madeira (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 88v.º-90, 93v.º-95, 96v.º-97v.º, 100v.º-101, 103v.º-104, 106v.º-107v.º. ABM, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 365).

²⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 1.

A jurisdição eclesiástica contestou por diversas vezes a confirmação dos compromissos das confrarias pelo Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, argumentando que era um direito seu e detinha o poder e «autoridade de quanto de direito e Constituições deste Bispado»²⁷ para aprovar o *Compromisso*, que desde a criação do bispado as igrejas da Madeira estavam sujeitas à jurisdição ordinária episcopal dos prelados; que lhe pertencia a administração, visitação e tomada de contas das confrarias, por serem todas eretas sob sua autoridade e conservarem-se em sua posse há muito tempo, e que o Concílio de Trento reconhecia aos Ordinários diocesanos o direito de visitarem as confrarias²⁸.

Os Irmãos e a Mesa da Irmandade

O culto a N.^a Sr.^a da Boa Morte espalhou-se no arquipélago da Madeira em diversas capelas: na Calheta, no lombo do Atouguia, fundada, em 1661, por Francisco Homem do Couto; na Ponta do Pargo, no sítio do Cabo, fundada, em 1666, por Custódio Nunes da Costa; em Câmara de Lobos, no sítio do Ribeiro Real, onde consta a data de 1894, no portal da entrada da capela, correspondendo, provavelmente, ao ano da sua construção; e na Ribeira Brava, no sítio do Monte Gordo e Boa Morte, mandada edificar por Francisco Fernandes e Brásia Fernandes²⁹.

Sob a invocação de N.^a Sr.^a da Boa Morte, com a intercessão do seu filho, Jesus, o objetivo principal da irmandade de N.^a Sr.^a da Boa Morte, da igreja de São Pedro, consistia no serviço a Deus e da Virgem Maria, na promoção junto dos fiéis cristãos da devoção da Virgem na sua «gloriosa morte» e no «proveito espiritual dos irmaos vivos e defuntos»³⁰. O culto a N.^a Sr.^a da Boa Morte relaciona-se com a «dormição de Maria», correspondendo ao momento da passagem do corpo e alma de Maria ao Céu. Na crença da vida eterna, os cristãos, preparando um dos momentos mais importantes das suas vidas – a morte –, apelavam a Maria, como vem referido na introdução do *Compromisso* da confraria:

«e hé a hora da morte, porque todos havemos de passar ô tranze mais perigoso de nossas vidas momento donde pende o bem, e o mal pera toda a Eternidade pois com esta boa hora se asegurão os bens da glória pera sempre; E asim ama'[,] he

²⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 3v.º

²⁸ VERÍSSIMO, 1994, «Confrarias: algumas questões [...]», pp. 26-31.

²⁹ SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, pp. 306-307. GAMA, 2014, *Dicionário das Festas, Romarias e Devoções da Madeira [...]*, pp. 81-82.

³⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 4.

degreddo della, e principio de tormento sem fim, donde se deicha bem ver, quanto os fieis christãos devem pera prevenirçe com vidas imculpaveis exercicio de vertudes, frequencia de sacramentos em que Deos nosso senhor nos deichou com seu sangue nosso Remedio, interceção dos Sanctos, que com suas oraçoins nos ajao de Deos Graça, e esforço, pera esta pelleia com os demonios e emparo da Virgem Maria Nossa Senhora que em todas as occazions custuma valler a seus devotos e nesta da mayor emportancia o fara melhor, se com serviços particullares for pellos fieis christãos penhorada pera este fim»³¹.

Um cristão, ao fazer-se irmão da confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte, sabia que podia beneficiar de alguns atos cultuais e contar com a sua proteção espiritual, principalmente na hora da morte, pois N.^a Sr.^a «em todas as occazions custuma valler a seus devotos e nesta [hora] da mayor emportancia o fara melhor», assegurando «o suceço que todos pertendemos para gloria e honra de Deos»³². Para alcançar os objetivos, os fiéis deviam praticar boas ações, participar nos Sacramentos e prevenir-se de atos incorretos na vida terrena. O Papa Clemente XI (pontificado de 23.11.1700 a 19.03.1721) tinha concedido indulgências plenárias e a alienação de todos os pecados a todos os irmãos da confraria que confessassem seus pecados, comungassem e visitassem o altar da Senhora da Boa Morte³³.

Aquando do falecimento de um irmão da confraria, o funeral contava com a presença dos elementos da Mesa e dos irmãos vestidos com suas capas brancas, levando as tochas e o pendão com a imagem de N.^a Sr.^a da Boa Morte. Os irmãos falecidos tinham direito a cinco missas rezadas, por sua alma, no altar da capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, celebradas nas sextas-feiras de cada semana. Cada irmão era obrigado a rezar, pela alma de cada falecido, cinco Avé Marias e cinco Pai Nossos, impostos pelo Sumo Pontífice Clemente XI, além de nove ave-marias e dois pai-nossos impostos no antigo *Compromisso*, de 1646³⁴. Os irmãos vivos e defuntos beneficiavam, ainda, em todos os domingos e dias santos, de uma missa rezada no altar de N.^a Sr.^a e de um ofício no oitavário dos finados³⁵.

A confraria aceitava «toda a sorte de pessoas assim homes como mulheres», ou seja, irmãos de todos os estratos sociais, idades e géneros³⁶. No único livro de matrícula dos irmãos existente, que regista as entradas entre 1778 e 1837, constata-se a entrada de indivíduos ligados aos diversos ofícios, cargos e serviços. Por exemplo, entre 1778

³¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fls. 1-4.

³² ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 2.

³³ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 4v.º.

³⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fls. 4v.º-5.

³⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fls. 5v.º, 9.

³⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 4.

e 1800, das muitas entradas sem profissão designada, constam: capitães, sargentos de artilharia, porta-bandeiras de artilharia, tanoeiros, carpinteiros, pedreiros, sapateiros, enfermeiras, ourives, escrivães, doutores, reverendos, freiras(?), escravos, moços, assistentes e amas³⁷.

³⁷ ABM, GC, CNSBM, livro de entrada de Irmãos, l.º 240. Vejamos alguns dos indivíduos. Capitães: 1778 – Agostinho Pedro de Vasconcelos, casado com D. Ana Cecília de Ornelas; 1779 – a esposa do capitão António José Espinosa, D. Josefa Maria Rosa de Andrade. Sargentos de artilharia: 1798 – Luís Eusébio Correia, do quartel do Pico; 1799 – a esposa do anterior, Antónia Júlia de Noronha. Porta-bandeira de artilharia: 1797 – António Rodrigues do Sacramento, da rua das Pretas. Tanoeiros: anterior a 1778 – Hilário Fernandes; 1779 – José Hilário, de Santa Clara. Carpinteiros: 1779 – António João Rodrigues, dos Arrifes; 1780 – a esposa de Manuel José, Antónia da Conceição, da rua dos Moinhos; 1781 – Manuel José, da rua dos Moinhos; 1792 – Manuel Pereira, do Pico dos Frias; 1796 – José Caetano, dos Arrifes; 1796 – João Caetano, da calçada dos Moinhos; 1796 – Manuel Fernandes, do largo de Santa Clara. Pedreiros: 1782 – a filha do pedreiro Matias José, Bárbara das Virgens; 1783 – José de Freitas de Vasconcelos, da rua das Pretas; 1797 – Manuel Rodrigues, do Pico dos Frias; 1798 – José Rodrigues do Quintal, casado com Quitéria de Jesus, do Pico; 1800 – Manuel António, da Achada. Sapateiros: 1782 – Joaquim de França, da rua Nova de São Pedro; 1784 – a mulher de Manuel Fernandes, Joana de Andrade, dos Álamos; 1799 – Mateus Pereira, casado com Ana Maria, da rua do Carmo. Enfermeiras: 1779 – Maria da Luz, enfermeira das mulheres no Hospital do Funchal; 1782 – Antónia Maria, enfermeira dos homens no Hospital do Funchal; 1795 – Ana de França, que «está por» enfermeira na Misericórdia do Funchal. Ourives: 1782 – António João Pedro, da rua das Pretas; Alfaiate: 1796 – António de Freitas Martins, da rua dos Moinhos. Escrivão: 1781 – Manuel António de Oliveira, morador junto da Calçada da Encarnação. Doutor: 1778 – a esposa do doutor João António Rodrigues Jardim, D. Maria Sebastiana Jardim. Reverendos: 1778 – António João Cabral, capelão, morador na rua de João Tavira; 1779 – António Pereira dos Santos, morador em Santa Clara; 1779 – Félix Fernandes de Oliveira, morador no Pombal; 1780 – Manuel Joaquim Rodrigues, beneficiado, da rua da Carreira; 1780 – Francisco Nicolau de Brito, beneficiado, morador na Calçada de Santa Clara; 1794 – o anterior vigário da Tabua e que à data servia em São Pedro, morador no Vale Verde; 1799 – João Andrade de Macedo, beneficiado, morador na Encarnação; 1799 – Joaquim José de Faria, da rua das Pretas; 1800 – Francisco Pinto do Jardim, do Paul do Mar. Freira (?): 1778 – Francisca de Santa Rosa, do convento de Santa Clara. Escravos: 1778 – Ana, em casa de José Gonçalves Brazão, da rua do Pinheiro; 1779 – Lourença «Miz» (Martins?), em casa de Mónica Joana Henriques; 1779 – Antónia, em casa de João Rodrigues Pimenta, em Santo António; 1780 – Vitória Maria, em casa de João José Bettencourt, da rua João Tavira; 1786 – Mariana Teresa de Jesus, em casa de Pedro Correia de Herédia, na rua do Mosteiro Novo; 1787 – Ana Joaquina, em casa do morgado Francisco António da Câmara Leme; 1799 – Mariana, em casa de D. Isabel Maria de Sá Acciaiolly, da rua da Mouraria. Moços: 1778 – Ana de Nóbrega, moça, e Ana Maria, moça preta, ambas de José Gonçalves Brazão, da rua do Pinheiro; 1783 – Maria da Assunção, de Manuel Rodrigues, das Casinhas; 1783 – João de Sousa, de Manuel de Jesus de Oliveira, da Carreira; 1784 – Maria da Conceição, de Manuel António do Nascimento; 1784 – Maria Quitéria Rosa de Jesus, de Mariana de Aguiar; 1784 – Joana de Nóbrega, do reverendo padre Simão António de Sousa; 1784 – Antónia Maria de Jesus, de Manuel de Jesus; 1786 – Maria Ferreira, da viúva de António Correia, da Carreira; 1787 – Rosa Maria do Faial, de Manuel de Jesus de Oliveira, da Carreira; 1787 – Manuel Vieira, de Manuel de Aguiar, da freguesia do Monte, no Pinheiro; 1792 – Maria de Jesus, de Manuel Pereira dos Santos, da rua dos Medinas; 1795 – Isabel Maria, em casa de José Gomes Barranca; 1796 – Antónia de Jesus, em casa de João Martins, na rua de Santa Maria. Assistentes: 1778 – Ana Gomes dos Santos, em casa de D. Joana, da rua de S. Francisco; 1779 – Ana Maria, em casa de Gonçalo de Vasconcelos, na rua dos Pintos; 1780 – Maria José, preta, assistente em casa de Pedro M.(?), no Terreiro da Sé; 1780 – Ana Maria Pinto de Macedo, em casa do reverendo Francisco Pinto, no beco dos Aranhas; 1780 – Maria dos Anjos, em casa do padre Manuel Barbosa, na rua de Santa Maria; 1781 – Antónia Maria de Macedo, em casa de Gonçalo de Vasconcelos, na rua dos Pintos; 1781 – Francisca Rodrigues, em casa de Manuel Gomes Correia; 1782 – Antónia Maria

Um cristão ao integrar a confraria obrigava-se a cumprir as normas expressas no *Compromisso*. Deste modo, não poderia recusar os compromissos, principalmente o acompanhamento de procissões e funerais dos irmãos; se não cumprisse com as suas obrigações com justa causa, ser-lhe-ia «extranhado conforme o merecer»³⁸.

A admissão de novos irmãos podia ser feita ao longo do ano, no entanto, a maior parte entrava durante os dias da festa de N.^a Sr.^a, em agosto, registando-se o maior número no dia 15. Os solteiros pagavam \$600 réis, os casados 1\$200 réis e os anciãos \$750 réis. Alguns irmãos, por vezes, pagavam valores fora do comum, acréscimos ou valores superiores, provavelmente relacionados com as suas posses económicas, dando-os como esmolas. Pagaram, por exemplo: Mariana, escrava de D. Isabel Maria de Sá Acciaiolly, 1\$000 réis; José Pereira e D. Ana dos Anjos Teixeira, que entraram na hora de sua morte, cada um 2\$000 réis; o cônsul francês, Nicolau de La Tuellierie, morador à Rua de São Francisco, 5\$000 réis; o doutor Estêvão de França Uzel Bettencourt, morador à rua do Colégio, 4\$000 réis; Manuel de Aguiar deu «na cama» doze tostões; e as viúvas Maria Josefa e Maria de Jesus pagaram \$800 réis cada uma³⁹.

Excecionalmente, por diversos motivos, a confraria admitia irmãos que não pagavam o termo de entrada. Citemos o oficial de ourives, António João Pedro, que não pagou nada por se comprometer a limpar a prata de N.^a Sr.^a enquanto fosse vivo, o que não cumpriu, daí terem-lhe anulado o termo de entrada⁴⁰. Por diretiva expressa no *Compromisso*, o reverendo vigário de São Pedro, o cura e o organista não pagavam a esmola de entrada, nem a esmola anual, enquanto fossem ministros da igreja de São Pedro, em troca de acompanharem a procissão e «cantarem todos os anos pelo oitavário dos Finados um ofício de nove lições com suas vésperas, e que passasse por missa do dia pelos irmãos benfeitores da dita confraria da Boa Morte dando se lhes à custa da confraria da esmola da dita cantoria dois mil e quinhentos réis, que é metade

de Jesus, do Recolhimento dos Órfãos; 1783 – Maria Rosa, em casa de D. Guiomar de Vilhena, na rua do Castanheiro; 1785 – Quitéria Maria, em casa de D. Maria Luísa, no Pico de São João; 1785 – Maria Josefa, em casa de António Marques, nos Arrifes; 1785 – Manuel Gomes, em casa de Manuel Gomes Correia; 1786 – Vitória Maria da Encarnação, em casa de D. Guiomar; 1787 – António Afonso – em casa de P. Lourenço, na rua do Pinheiro; 1787 – Ana Joaquina, em casa de D. Isabel Maria de Sá Acciaiolly; 1796 – João Caetano, em casa de Manuel de Jesus de Oliveira, na Carreira; 1796 – Francisco da Mota, em casa de Nicolau Luís, no Carmo; 1797 – Francisca da Ascensão, em casa de Julião António da Câmara, da rua do Carmo; 1797 – Miguel Francisco da Costa Carvalho, em casa do Dr. António Rodrigues Pereira, do beco dos Aranhas. Amas: 1779 – Vicência Maria, ama do ex-vigário de Santo António, Domingos Gomes da Cruz.

³⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 5.

³⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 240, fls. 25, 28v.º, 34v.º, 46, 84 vº, 85, 99v.º, 103.

⁴⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 240, fl. 13. Sobre alguns aspetos da atividade deste ourives *vide* GOMES, 1992, «Ourives Madeirenses, séculos XVI a XIX», p. 50.

do benesse, em que estão taxados na dita igreja semelhantes ofícios»⁴¹. O mesmo acontecia com os juizes da confraria. Por exemplo, em 1780, Fernando José Correia Brandão Bettencourt Henriques não pagou esmola de entrada por ter sido eleito juiz neste ano⁴².

Segundo o *Compromisso*, cada irmão casado, no ano em que servia de mordomo, podia dar, gratuitamente, termo de entrada à sua esposa⁴³. Os mordomos alargaram este privilégio passando a dar, se quisessem, por cada ano de serviço, um termo de entrada a um novo irmão, familiar ou não⁴⁴. Caso algum elemento que servisse na Mesa não usasse desta regalia, durante um, dois ou mais anos, estes termos a que tinham direito acumulavam-se e podiam ser dados todos no mesmo ano⁴⁵. Geralmente, quando serviam mais de um ano em Mesa, o primeiro termo era dado à esposa, depois aos filhos, pais, irmãos, sobrinhos, moços, assistentes e escravos de suas casas e ainda, depois, a pessoas com elos profissionais ou de amizade⁴⁶.

Entre 1778 e 1800, 112 irmãos, que haviam servido em Mesa, deram termos de entrada graciosa a 152 novos irmãos. A título de exemplo, deram termos de entrada: o juiz da confraria Álvaro de Ornelas a seu filho Aires de Ornelas (1784); António José Barreto a sua filha Ana Joaquina (1779); o doutor António Rodrigues Pereira a sua mulher, Joana Eleutéria de Meneses Escórcio Drumond (1788); o juiz da confraria Diogo de Ornelas Frazão Figueira ao seu filho, o morgado Diogo de Ornelas Carvalhal Figueira (1779); o capitão e mestre das obras reais Domingos

⁴¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 9.

⁴² ABM, GC, CNSBM, l.º 240, fl. 10.

⁴³ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 4v.º.

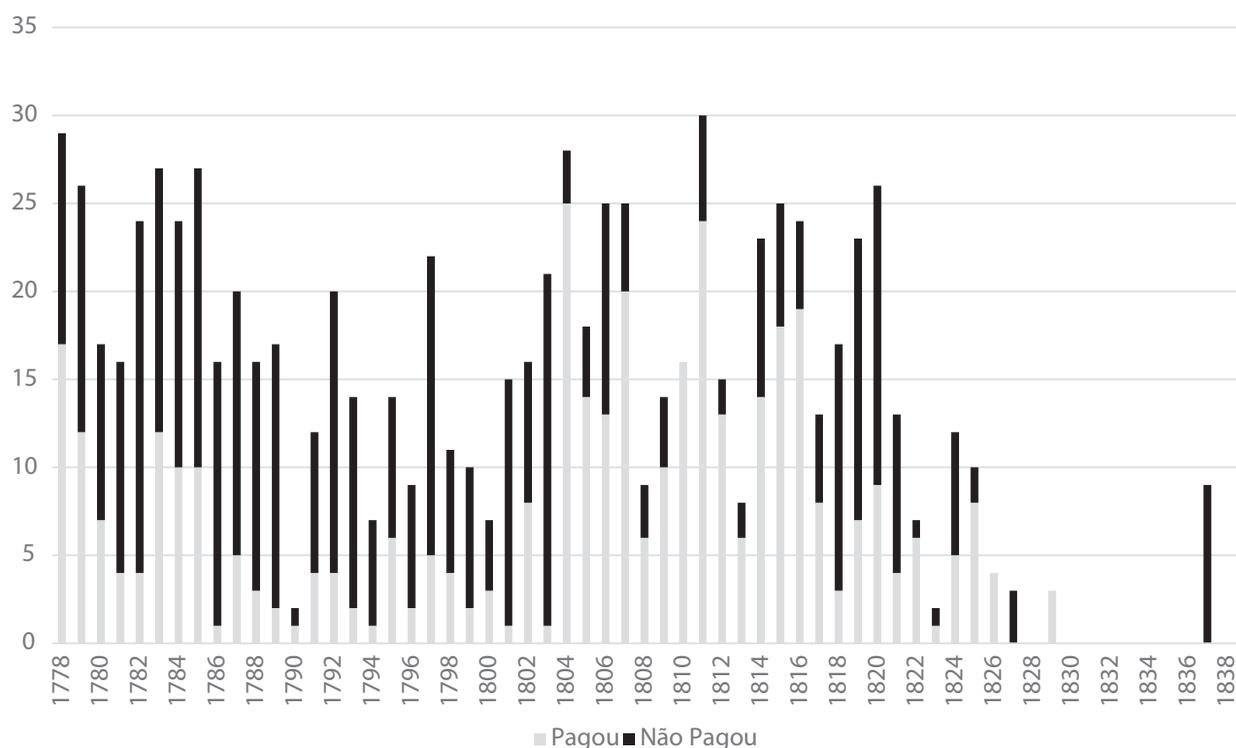
⁴⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 240.

⁴⁵ Entre outros exemplos vejamos: José Gonçalves Brazão deu quatro termos em 1778; o mestre António de Abreu deu dois termos de entrada em 1797 a Francisco Gomes de Gouveia e ao pedreiro Manuel Rodrigues; João Rodrigues da Silva deu dois termos em 1781; José Gomes Barranca deu três termos em 1795; Manuel Nunes deu dois termos em 1792; o capitão Domingos Rodrigues Martins deu dois termos em 1778; João da Mata e Abreu deu quatro termos em 1797 e três em 1799; João de Andrade deu dois termos aos oficiais de carpinteiros José Caetano e Manuel Fernandes em 1796; João de Freitas Martins deu dois termos em 1796 ao mestre alfaiate António de Freitas Martins e a sua moça Antónia de Jesus (ABM, GC, CNSBM, l.º 240, fls. 3, 4v.º, 12, 35v.º, 39v.º-40v.º, 41-41v.º, 43v.º-44v.º, 46-46v.º).

⁴⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 234. Entre muitos exemplos vejamos alguns bastante elucidativos: o mordomo Sebastião Gomes Pestana serviu sete anos em Mesa, deu seis termos a suas filhas, desde 1784 a 1789. António de Abreu deu em 1783 um termo a sua esposa, de 1786 a 1788 a três filhos seus e posteriormente oito termos. José Raposo deu em 1797 termos de entrada a sua esposa e filha e posteriormente deu mais dois em 1798 e 1799. José Gomes Barranca deu em 1780 termo de entrada a sua esposa, no ano seguinte a seu filho, em 1782 a sua sobrinha e depois entre 1792 e 1800 deu mais oito termos de entrada a uma sua moça e a outros. João Gomes Caramujo entre 1780 e 1784 deu quatro termos, respetivamente a sua filha, sogra, cunhada e filho. O reverendo Simão António de Sousa deu 10 termos de entrada, sendo os seis primeiros a suas moças e familiares. O reverendo de Santo António, Pedro António Xavier, mordomo perpétuo da confraria, deu seis termos de entrada.

Rodrigues Martins⁴⁷ a Antónia Rosa e Filipa de Santiago, ambas moradoras em sua casa (1778); o entalhador e futuro mestre das obras reais Estêvão Teixeira de Nóbrega a António Francisco (1779); o doutor Gomes Teixeira a sua mulher Ana Joaquina (1800); o doutor João António Rodrigues Jardim a sua mulher D. Maria Sebastiana Jardim (1778); e o morgado João José Bettencourt de Freitas Meneses a seu filho, o morgado Pedro Nicolau (1785). Os irmãos que mais contribuíram com a angariação de novos irmãos, sem estes pagarem termo de entrada, foram: o mestre António de Abreu, com 12 entradas; João da Mata e Abreu, com 11 entradas; José Gomes Barranca, com 11 entradas; João de Andrade, com 10 entradas; o reverendo Simão António de Sousa, com 10 entradas; e o escrivão da confraria Manuel Gomes Correia, com nove entradas.

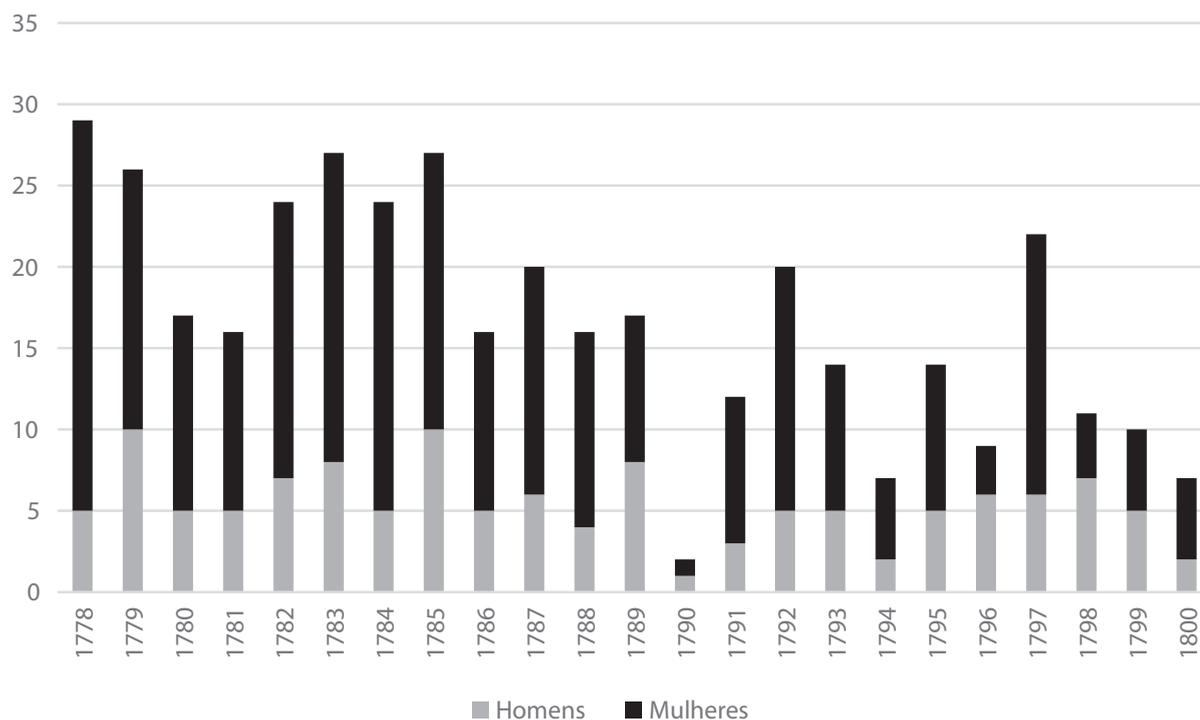
Gráfico 1 – Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte, Entrada de Irmãos (1778-1838) – pagamento de entradas



Fonte: ABM, GC, CNSBM, Termos de entrada de Irmãos, 1778-1837, l.º 240.

⁴⁷ Domingos Rodrigues Martins morava na freguesia de São Pedro, no Funchal, mais precisamente nos Arrifes. Uma das primeiras referências ao mesmo consta no desempenho do papel de padrinho de um batismo a 29 de janeiro de 1728. Faleceu a 28 de maio de 1781, solteiro, sendo sepultado na igreja de São Pedro, «em cova da Fábrica que lhe [foi dada] de graça pello bom serviço que sempre a esta igreja fés». ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Batismos, l.º 9, fl. 54v.º; ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, l.º 9, fls. 142v.º-143.

Gráfico 2 – Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte, Entrada de Irmãos (1778-1800) – homens e mulheres



Fonte: ABM, GC, CNSBM, Termos de entrada de Irmãos, 1778-1837, l.º 240.

Entre 1778 e 1838, 46% dos irmãos que entraram na confraria pagaram esmola de entrada; os restantes não pagaram. Enquanto nas últimas duas décadas do século XVIII a percentagem de irmãos não pagantes de esmola de entrada era superior aos pagantes, a partir de 1804 e até 1817 inverteu-se a situação. Por coincidência ou não, refira-se que em 1804 e 1806 entraram na Mesa da confraria dois escrivães vigários, respetivamente, Joaquim José de Faria e António Luís Teixeira, em substituição do escrivão José Gomes Barranca, que havia servido entre 1791 a 1803, ou seja, durante 13 anos consecutivos. A entrada dos escrivães eclesiásticos poderá ter proporcionado um acréscimo na entrada de novos irmãos sem laços familiares aos antigos membros da Mesa, e assim anotou-se uma percentagem mais elevada dos que pagaram esmola de entrada. No último ano de serviço de Manuel Gomes Barranca entraram 21 irmãos, um pagou e 20 não pagaram, o que contrasta com o primeiro ano, de 1804, em que serviu como escrivão o vigário Joaquim José de Faria, que registou a entrada de 28 irmãos, dos quais 25 pagaram e apenas três não.

Os novos irmãos que não pagavam esmola de entrada tornavam-se uma fonte de rendimento para a confraria porque posteriormente pagavam esmolas anuais de \$120 réis, contempladas no *Compromisso* e lançadas no caderno das portas⁴⁸.

Entre 1778 e 1838 entraram na confraria 841 irmãos, o que corresponde a uma média de 14 entradas em cada ano, variando de ano para ano entre duas e 30 entradas. A partir da década de 20 do século XIX há uma grande diminuição na entrada de irmãos, não tendo nos anos de 1830 a 1836 se registado qualquer entrada, em parte devido às condições políticas vividas na época.

Entre 1778 e 1800, dos 387 irmãos que entraram, 32% eram homens e 68% eram mulheres, o que equivale a cerca de dois terços.

A maior parte dos irmãos da confraria residia no Funchal, nos sítios e ruas da freguesia de São Pedro e nas outras duas freguesias da baixa do Funchal: Sé e N.^a Sr.^a do Calhau. Existem também, embora em menor percentagem, irmãos oriundos de outras freguesias dos arredores: São Gonçalo, Santo António, São Martinho, Santa Luzia, São Roque e Monte⁴⁹. Excecionalmente, em 1800, deu-se a entrada do vigário Francisco Pinto de Jardim, residente no Paul do Mar⁵⁰.

⁴⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fls. 4v.º, 7v.º.

⁴⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 240. Existiam irmãos residentes nas ruas de: João Tavira, São Francisco, Nova de São Pedro, da Queimada de Baixo, da Queimada de Cima, da Carreira, da Conceição, do Pinheiro, das Mercês, dos Pintos, do Mosteiro Novo, dos Tanoeiros, dos Moinhos, do Bispo, das Pretas, do Castanheiro, da Moradia, do Sabão, da Alfândega, dos Mercadores, do Carmo, dos Netos, dos Medinas, dos Barreiros, do Mosteiro Novo e do Surdo. Também nos becos de: Bom Jesus, Aranhas, do Surdo e do Forno. Ainda moradores em São Pedro, nas Fontes, em N.^a Sr.^a do Calhau, Pico, Ribeirinho, na Ponte Nova, Arrifes, Santa Clara, Calçada da Encarnação, na Pedreira, Ilhéus, Cruz de Carvalho, Pombal, Pico de São João, Caboqueira, Cruzes, Achada, Torreão, na Praça, Pelourinho, Calçada de Santa Clara, Álamos e Portão da cidade.

⁵⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 240, fl. 46v.º.

Tabela 1 – Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte, Composição da Mesa – 1718-1838

Data Eleição	Anos	Presidente (vigário da igreja de S. Pedro)	Juiz	Escrivão	Tesoureiro	Mordomos	
	11 junho 1718			Manuel Pimentel			
	outubro 1716			Francisco de Sousa Jardim			
	janeiro 1721			Diogo Filipe de Oliveira			
	agosto 1723			Inácio Mendes de Sousa			
	outubro 1723			Bernardo Rodrigues			
	setembro 1724			João de Sousa de Abreu			
	dezembro 1725			António Pereira			
				Manuel Martins de Oliveira			
	novembro 1726 / março 1727			João Caetano de Abreu			
	novembro 1728			Manuel de Freitas			
	abril/agosto 1729			Pantaleão Fernandes, mercador			
	julho 1735, fevereiro 1736			António Martins de Oliveira			

	maio 1737			Pedro Ferreira Henriques			
	outubro 1737, junho 1738			Domingos Gomes Ribeiro, mestre e contraste do ouro			
	janeiro 1739, março 1740			João de Ponte Garcês, Ajudante, mercador			
	maio 1741			Dionísio dos Santos Silva, «homem de negócio na praça desta cidade»			
	[11] agosto 1741	Tomé Vieira Barreto	Diogo de Ornelas e Vasconcelos Frazão				
	[15] agosto 1743	Francisco de Vasconcelos Meneses	António Correia Bettencourt Henriques	Francisco Pereira	Pedro (...) Pimenta Manuel (...)	Manuel (...) Ornelas Francisco Antunes Silva	
	novembro 1743, julho 1752			Pedro Fernandes Pimenta			
	dezembro 1758, agosto 1760			Noitel Soares Pereira			

A Confraria e a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte [...]

(?)	agosto 1762 – agosto 1763	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	João António Lopes	(?)	
(?)	agosto 1763 – agosto 1764	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Inácio Rodrigues de Gouveia	(?)	
(?)	agosto 1764 – agosto 1765	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Manuel Francisco de Ornelas	(?)	
(?)	agosto 1765 – agosto 1766	Francisco Xavier da Cunha	(?)	Manuel João Ferreira (alferes)	Manuel José (irmão andante)	
(?)	agosto 1766 – agosto 1767	Francisco Xavier da Cunha	Diogo de Ornelas Frazão Figueira (capitão)	António Correia de Sousa	Manuel José (irmão andante)	
(?)	agosto 1767 – agosto 1768	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Manuel Gomes Correia	(?)	
(?)	agosto 1768 – agosto 1769	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Manuel Gomes Correia	(?)	
(?)	agosto 1769 – agosto 1770	Francisco Xavier da Cunha	Jorge Correia Bettencourt Atouguia e Neto	Manuel Gomes Correia	Manuel José (irmão andante) Vicente Carvalho e Pinheiro Manuel de Jesus de Oliveira João Gomes Jardim José de Sousa Olival	António Gomes Jardim José Pereira Salvador de Abreu Vicente Correia
(?)	agosto 1770 – agosto 1771	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Manuel Gomes Correia	(?)	

(?)	agosto 1771 – agosto 1772	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Manuel Gomes Correia	(?)	
(?)	agosto 1772 – agosto 1773	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Manuel Gomes Correia	(?)	
(?)	agosto 1773 – agosto 1774	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Manuel Gomes Correia	(?)	
(?)	agosto 1774 – agosto 1775	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Manuel Gomes Correia	(?)	
(?)	agosto 1775 – agosto 1776	[Francisco Xavier da Cunha]	João de Carvalho Esmeraldo de Atougua e Câmara	Manuel Gomes Correia	José Pereira Francisco Nunes de Andrade António Manuel de Gouveia Manuel de Freitas Caldeira Francisco de (...)	Hilário Fernandes José Gonçalves Brazão António José (...) Manuel Gomes Roque José de Araújo Viana
(?)	agosto 1776 – agosto 1777	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Manuel Gomes Correia	(?)	
(?)	agosto 1777 – agosto 1778	[Francisco Xavier da Cunha]	(?)	Manuel Gomes Correia	(?)	
15 agosto 1778	agosto 1778 – agosto 1779	Francisco Xavier da Cunha	Diogo de Ornelas Frazão Figueira	Manuel Gomes Correia	Rev. António João Ferreira Rev. Manuel Barbosa Manuel de Jesus de Oliveira Joaquim Ferreira Henriques Martinho da Costa Pedro Francisco Gomes	Rev. Francisco Fernandes de Oliveira João António Rodrigues Jardim João de Andrade António José Barreto Francisco Xavier Barreto Estêvão Teixeira da Silva

A Confraria e a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte [...]

15 agosto 1779	agosto 1779 – agosto 1780	Francisco Xavier da Cunha	Francisco António da Câmara Leme	Manuel Gomes Correia	Manuel Jesus de Oliveira Manuel Pereira António Gonçalves de Faria Joaquim de Sousa Cunha Domingos de Sousa António Gomes Pestana	Rev. Manuel João de Gouveia José Gomes Anselmo Francisco (faleceu) João Gomes João de Andrade Manuel dos Reis João Rodrigues da Silva
15 agosto 1780	agosto 1780 – agosto 1781	Francisco Xavier da Cunha	Fernando José Correia Brandão Bettencourt Henriques	Manuel Gomes Correia	Manuel de Jesus de Oliveira Domingos de Sousa Joaquim de Sousa Cunha António Gonçalves de Faria João Rodrigues da Silva João Gomes	Rev. Manuel João de Gouveia João de Andrade António Gomes Pestana Manuel dos Reis João Figueira de Chaves José Gomes
15 agosto 1781	agosto 1781 – agosto 1782	Francisco Xavier da Cunha	Jorge Correia Bettencourt Atouguia Neto	Manuel Gomes Correia	Rev. António Gomes da Silva Rev. António João Cabral João Rodrigues da Silva António Gonçalves de Faria José Gomes Domingos de Sousa José Gonçalves Figueira	Rev. capelão João Pedro de Aguiar Manuel de Jesus de Oliveira Joaquim de Sousa João Figueira de Chaves João Gomes Matias José
15 agosto 1782	agosto 1782 – agosto 1783	Francisco Xavier da Cunha	Jorge Correia Vasconcelos Acciaiolly	Manuel Gomes Correia	Rev. Simão António de Sousa Domingos de Sousa Matias José Miguel Gomes Manuel Rodrigues Beirão Manuel Rodrigues Gonçalves António de Abreu	Manuel de Jesus de Oliveira João Gomes Salvador de Abreu José de Andrade Manuel António Nascimento Manuel Moniz de Sá

15 agosto 1783	agosto 1783 – agosto 1784	Francisco Xavier da Cunha	Álvaro de Ornelas	Manuel Gomes Correia	Rev. Simão António de Sousa José de Andrade Manuel António de Oliveira Manuel Fernandes Rev. Manuel João de Sousa Rev. Pedro António Xavier	Manuel de Jesus de Oliveira António de Abreu Miguel Gomes Manuel Fernandes Velosa Manuel José Rodrigues Sebastião Gomes Pestana Manuel António do Nascimento
15 agosto 1784	agosto 1784 – agosto 1785	Francisco Xavier da Cunha	João José Bettencourt de Freitas Meneses	Manuel Gomes Correia	Rev. Pedro António Xavier Rev. Simão António de Sousa Manuel de Jesus de Oliveira Manuel António do Nascimento António de Abreu José de Andrade Sebastião Gomes Pestana	José João Veríssimo João de Pontes António de Freitas de Gouveia João Ferreira João de Sousa Inácio de Gouveia
15 agosto 1785	agosto 1785 – agosto 1786	Francisco Xavier da Cunha	Francisco Xavier de Ornelas	Manuel Gomes Correia	Rev. Pedro António Xavier Rev. Simão António de Sousa Pedro Correia Herédia Manuel de Jesus de Oliveira Nicolau José de Abreu João de Ponte João Rodrigues	José de Andrade António de Abreu João de Sousa João Ferreira de Andrade Sebastião Gomes Pestana Manuel Pereira dos Santos
15 agosto 1786	agosto 1786 – agosto 1787	Francisco Xavier da Cunha	João José de Ornelas Cabral	Manuel Gomes Correia (faleceu)	Rev. Pedro António Xavier Rev. Simão António de Sousa Manuel de Jesus de Oliveira João de Pontes Manuel José Pestana João Rodrigues Francisco de Freitas Bettencourt	António de Abreu Manuel Pereira dos Santos João Ferreira de Andrade Domingos Nunes Sebastião Gomes Pestana Manuel Nunes

A Confraria e a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte [...]

15 agosto 1787	agosto 1787 – agosto 1788	António Rodrigues de Gouveia	João de Carvalho Esmeraldo	Caetano Fernandes Pimenta	Rev. Pedro António Xavier Rev. Simão António de Sousa D.º António Rodrigues Pereira Manuel de Jesus de Oliveira Manuel José Pestana Francisco Pinto de Faria Joaquim José Borges Guimarães	João Fernandes Ribeiro João Correia de Miranda Manuel Nunes Sebastião Gomes Pestana António de Abreu Manuel Pereira dos Santos
15 agosto 1788	agosto 1788 – agosto 1789	António Rodrigues de Gouveia	Tristão Joaquim de França Neto	Caetano Fernandes Pimenta	Rev. Pedro António Xavier Rev. Simão António de Sousa Manuel de Jesus de Oliveira Francisco Pinto de Faria Francisco António da Silva João Correia João Fernandes Ribeiro	Joaquim José Borges Guimarães António Gonçalves da Conceição Manuel Nunes Manuel José Pestana Sebastião Gomes Pestana António de Abreu Manuel Pereira dos Santos
15 agosto 1789	agosto 1789 – agosto 1790	João Leandro Afonso	Jacinto de Freitas da Silva	Caetano Fernandes Pimenta	Rev. Pedro António Xavier Rev. Simão António de Sousa Manuel de Jesus de Oliveira Manuel Pereira dos Santos António de Abreu António Gonçalves da Conceição José Figueira	João Fernandes Ribeiro Manuel de Gouveia Manuel Nunes Francisco António da Silva Joaquim José Borges Guimarães Pedro Francisco Gomes Manuel de Araújo Sebastião Gomes Pestana
15 agosto 1790	agosto 1790 – agosto 1791	João Leandro Afonso	Diogo de Ornelas Frazão e Figueira	Pedro Francisco Gomes	Rev. Simão António de Sousa Pereira Manuel de Jesus de Oliveira António de Abreu Manuel Pereira dos Santos Manuel de Gouveia Sebastião Rodrigues Pereira (aceitou em lugar do Rev. Pedro António Xavier, que rejeitou)	Manuel de Araújo Lucas de Matos Manuel Fernandes Pedra Joaquim José de Gouveia José Gonçalves Figueira João Jacinto Pestana Francisco Pereira José António Rodrigues de G.(?)

15 agosto 1791	agosto 1791 – agosto 1792	João Leandro Afonso	Francisco António da Câmara Leme	José Gomes Barranca	Rev. Simão António de Sousa António de Abreu Manuel Pereira dos Santos Sebastião Rodrigues Pereira Francisco Pereira de Sousa José António Manuel Fernandes Pedra Manuel de Jesus de Oliveira	José Gonçalves de Oliveira José Gonçalves Figueira João Pestana António da Silva Manuel Pereira de Sousa Francisco Gomes João da Mata e Abreu Manuel José Rodrigues
15 agosto 1792	agosto 1792 – agosto 1793	João Leandro Afonso	Fernando José Correia Brandão Henriques	José Gomes Barranca	Rev. Simão António de Sousa António de Abreu Manuel Pereira dos Santos Sebastião Rodrigues Pereira António da Silva José Rodrigues de Gouveia Francisco António	Manuel de Jesus de Oliveira José Gonçalves Figueira João Jacinto Pestana João da Mata e Abreu António Francisco Manuel Fernandes do Nascimento João de Freitas Martins
15 agosto 1793	agosto 1793 – agosto 1794	João Leandro Afonso	Jorge Correia Bettencourt Berenguer Atouguia Neto	José Gomes Barranca	Rev. Simão António de Sousa António de Abreu Manuel José de Freitas João de Andrade Sebastião Rodrigues Pereira António da Silva José Rodrigues de Gouveia	Francisco António João Jacinto Pestana João da Mata e Abreu António Francisco Xavier João de Freitas Martins Manuel de Jesus de Oliveira Manuel Fernandes do Nascimento
15 agosto 1794	agosto 1794 – agosto 1795	Lourenço Justiniano dos Reis	Capitão Bento João de Freitas Esmeraldo	José Gomes Barranca	Rev. Simão António de Sousa Manuel de Jesus de Oliveira António da Silva João Jacinto Pestana João de Freitas Martins Sebastião Rodrigues Pereira Francisco António	João da Mata e Abreu Joaquim José dos Reis João dos Santos José Rodrigues de Gouveia Manuel José de Freitas António de Abreu João de Andrade

A Confraria e a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte [...]

15 agosto 1795	agosto 1795 – agosto 1796	João de Freitas e Abreu	Álvaro de Ornelas	José Gomes Barranca	Manuel de Jesus de Oliveira Sebastião Rodrigues Pereira João da Mata e Abreu Joaquim José dos Reis Manuel José de Freitas António de Abreu Manuel Raposo	João dos Santos João de Freitas Martins João de Andrade João Jacinto Pestana Francisco António José Rodrigues de Gouveia António Ribeiro Jardim
15 agosto 1796	agosto 1796 – agosto 1797	João de Freitas e Abreu	João José Bettencourt de Freitas e Meneses	José Gomes Barranca	Manuel de Jesus de Oliveira António de Abreu Manuel José de Freitas Manuel Raposo João de Andrade P.(?) Sebastião Rodrigues Pereira	Joaquim dos Reis João Jacinto Pestana João dos Santos João da Mata e Abreu Manuel Fernandes João Caetano Rodrigues João Dias
15 agosto 1797	agosto 1797 – agosto 1798	João de Freitas e Abreu	Luís Correia Acciolly	José Gomes Barranca	Joaquim José dos Reis António de Abreu Sebastião Rodrigues João da Mata e Abreu Manuel de Jesus Oliveira João Caetano Rodrigues	João Jacinto Pestana Manuel Raposo Francisco da Mata Francisco Gomes de Gouveia José Rodrigues de Quintal João de Andrade Manuel Pereira
15 agosto 1798	agosto 1798 – agosto 1799	João de Freitas e Abreu	Morgado João José de Ornelas Cabral	José Gomes Barranca	Manuel de Jesus de Oliveira Joaquim José dos Reis João Jacinto Pestana João da Mata e Abreu Manuel Fernandes João Caetano Rodrigues José de Quintal	Manuel Pereira (pedreiro) Sebastião Rodrigues Pereira Francisco da Mota João de Andrade Francisco Gomes de Gouveia António de Abreu

15 agosto 1799	agosto 1799 – agosto 1800	João de Freitas e Abreu	João de Carvalho Esmeraldo Vasconcelos Bettencourt Sá Machado	José Gomes Barranca	Manuel de Jesus de Oliveira João Jacinto Pestana João da Mata e Abreu Manuel Fernandes João Caetano Rodrigues José Rodrigues de Quintal Manuel Pereira Sebastião Rodrigues Pereira Francisco da Mota João de Andrade	Rev. João Francisco de Oliveira Capitão João António da Silva João Caetano Jardim Domingos Gomes Teixeira Manuel António Filipe João Gomes de Faria Luís Eusébio Correia António de Abreu Vigário José Gomes de Andrade Francisco Gomes de Gouveia
15 agosto 1800	agosto 1800 – agosto 1801	João de Freitas e Abreu	Diogo Berenguer de França Neto	José Gomes Barranca	João Francisco de Oliveira Capitão João António da Silva Domingos Gomes Teixeira Manuel António Filipe João Gomes de Faria Luís Eusébio Correia Pestana António de Abreu João da Mata e Abreu Sebastião Rodrigues Pereira João Fernandes Assunção	Francisco da Mota José Rodrigues de Quintal José Ferreira Francisco Gomes de Gouveia Manuel de Santa Ana Rev. António Matias de (?) Agostinho de Sousa Manuel de Jesus Oliveira Manuel Rodrigues (sobrinho de Manuel Pereira) Francisco de Freitas Bettencourt
15 agosto 1801	agosto 1801 – agosto 1802	João de Freitas e Abreu	Nuno de Freitas da Silva	José Gomes Barranca	Manuel de Jesus de Oliveira Luís Eusébio Correia Pestana João da Mata e Abreu Francisco de Freitas Bettencourt José Ferreira António de Abreu Sebastião Rodrigues Pereira Manuel Rodrigues (carpinteiro)	Francisco Gomes de Gouveia Domingos Gomes Teixeira Rev. António de Araújo Jaques Joaquim Coelho de Meireles Capitão João António da Silva José Rodrigues de Quintal Agostinho de Sousa José Gonçalves do canto Capitão António José Barreto

A Confraria e a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte [...]

15 agosto 1802	agosto 1802 – agosto 1803	João de Freitas e Abreu	D. Isabel Maria de Acciaiolly e Câmara	José Gomes Barranca	Manuel de Jesus de Oliveira João da Mata e Abreu Francisco de Freitas Bettencourt António de Abreu Manuel Rodrigues Sebastião Rodrigues Pereira Francisco Gomes de Gouveia Domingos Gomes Teixeira Francisco Pinto de Faria	Rev. António de Araújo Jaques Joaquim Coelho de Meireles Rev. Luís António de Araújo João António da Silva José Rodrigues de Quintal Agostinho de Sousa Rev. Pedro Nóbrega e Sousa José Gonçalves do canto Vicente Júlio Fernandes Manuel António Gomes da Estrela
15 agosto 1803	agosto 1803 – agosto 1804	João de Freitas e Abreu	Fernando José Correia Brandão Bettencourt Henriques	Rev. Jerónimo Joaquim José de Faria	João da Mata e Abreu Francisco de Freitas Bettencourt António de Abreu Rev. António de Araújo Jaques Manuel de Jesus Oliveira Joaquim Coelho de Meireles Vicente Júlio Fernandes Manuel António Gomes da Estrela	Francisco Gomes de Gouveia Sebastião Rodrigues Pereira José Rodrigues de Quintal Rev. Luís António de Araújo Capitão João António da Silva José Gomes Barranca José Gonçalves do Canto José Marques
15 agosto 1804	agosto 1804 – agosto 1805	João de Freitas e Abreu	Henrique Correia de Vilhena H. (?)	Rev. Joaquim José de Faria	Rev. Alexandre de Barros Rev. António Francisco da Cruz Rev. Luís António de Araújo Vicente Júlio Fernandes Capitão José Gonçalves D.r António Rodrigues Pereira João da Mata Capitão João António da Silva António José de Moraes	José Gomes Barranca José Francisco de Vasconcelos Joaquim Coelho António de Abreu José Rodrigues de Freitas António da Silva Silveira Gregório Gomes Jardim António de Abreu Joaquim dos Reis Sebastião Rodrigues Pereira

15 agosto 1805	agosto 1805 – agosto 1806	João de Freitas e Abreu	Morgado João de Freitas da S. ^a	Rev. Joaquim José de Faria	José Gomes Barranca Vicente Júlio Fernandes Capitão José Gonçalves do Canto António José de Morais Joaquim Coelho Meireles José Rodrigues de Freitas António da Silva Silveira Caetano Marques José António dos Santos	Gregório Gomes Jasmins Joaquim dos Reis João dos Santos Silvado José Marques (Alferes) João Eleutério Vela Laurião Gomes António da Silva de Sousa António de Abreu Sebastião Rodrigues Pereira	
15 agosto 1806	agosto 1806 – agosto 1807	João de Freitas e Abreu	Morgado Álvaro de Ornelas	Rev. António Luís Gomes Teixeira	Vigário Joaquim José de Faria José Gomes Barranca Joaquim Coelho de Meireles Francisco de Paulo de Oliveira António da Silva Silveira António José de Morais José Rodrigues de Freitas João dos Santos Silva Silvado	Caetano Marques Hilário Gomes António de Abreu Joaquim dos Reis Sebastião Rodrigues Pereira António da Silva de Sousa Agostinho de Sousa André de Sousa Gerardo Francisco da Cunha	
(?)	agosto 1807 – agosto 1828	(?)	(?)	Rev. António Luís Gomes Teixeira	(?)		
28 dezembro 1837	agosto 1837 – agosto 1838	António Vieira da Silveira e Santos	Rev. Clemente Alexandrino Salgado	João Justino Pestana	Isidoro Leão de Sousa Macedo	Rev. Gaspar Francisco dos Reis Rev. Manuel da Paiva e Silva João Justino Pestana (foi escrivão) Lourenço Justiniano Soares Isidoro Soares Pereira Manuel de Freitas	José de Abreu Jacinto Augusto Pestana Francisco António Arnaut António Machado Costa Manuel Joaquim da Trindade

Fonte: ABM, GC, CNSBM, livros 227, 228, 229 e 234.

No dia 15 de agosto de cada ano, dia da festa de N.^a Sr.^a, eram eleitos os elementos da Mesa da confraria, nomeadamente juiz, escrivão, tesoureiro e mordomos, que iriam servir desde o dito dia até ao mesmo dia do ano seguinte⁵¹. Os termos das eleições ficavam registados na «Pauta dos Irmãos Prontos» e no «Livro de Eleições»⁵². A confraria era presidida pelo vigário da igreja de São Pedro, que aprovava as eleições.

O cargo de juiz era rotativo de 12 em 12 anos, seguindo uma «antiga pauta», não sendo obrigatória a sua aceitação. Por qualquer impedimento, como em caso de óbito, era substituído por um descendente ou outro elemento familiar próximo.

Na confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte, numa análise dos anos entre 1741 e 1837, com registo mais assíduo entre 1778 e 1807, no livro de Eleições encontramos juízes que pertenciam a famílias abastadas, de elevada condição social, a maioria com ligação residencial à freguesia de São Pedro, ligação familiar entre si e com grande tradição em diversos cargos políticos, económicos e sociais, na Madeira.

O juiz, caso não fosse irmão da confraria, podia entrar no ano em que servia em Mesa sem pagar esmola de entrada, como já referimos. Um dos grandes contributos do juiz para a confraria era o pagamento da quarta parte das despesas dos dias da festa de N.^a Sr.^a, em agosto; daí que o cargo de juiz era desempenhado por indivíduos com disponibilidade económica.

A partir da década de 90 do século XVIII, os juízes e mordomos começaram a faltar às suas obrigações de pagamento das quantias que lhes cabiam na festividade de N.^a Sr.^a, e em inícios do século XIX, nomeadamente em 1802-1803 e 1806-1807, começa a existir o afastamento por parte de alguns juízes no que diz respeito à aceitação do cargo, argumentando que não podiam ou que não estavam prontos para aceitar o cargo⁵³. O mesmo acontecia com outros cargos da Mesa, começando, assim, a confraria a dar indícios de declínio.

O juiz era, no cômputo geral, cumpridor no encargo monetário e muito raramente apenas pagava uma parte da sua quota. Por vezes, saldava a dívida mais tarde e quando não o fazia a confraria assumia o restante⁵⁴. A confraria pagava a totalidade da festa nos anos em que não existia juiz, como aconteceu em 1823-1824 e de

⁵¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 6v.º.

⁵² ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55v.º.

⁵³ ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fls. 22, 26v.º.

⁵⁴ Por exemplo, em 1791, o juiz Diogo de Ornelas Frazão ficou a dever à confraria 16\$818 réis, dívida somente paga em 1795. Em 1796 a confraria despendeu 34\$117 réis devido ao juiz Álvaro de Ornelas Cisneiros não ter pagado a quarta parte da festa, juntando-se sermão, música e organista no dia principal. No ano de 1806-1807, o mesmo juiz não aceitou o cargo, tendo a confraria despendido 32\$518 réis pela quarta parte da festa. Em 1806, o juiz João de Freitas da Silva apenas deu 30\$000 réis, tendo a confraria pago os restantes 10\$475 réis (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 41, 54v.º, 47, 63 e 66).

1826-1827 a 1829-1830⁵⁵. A partir de 1807 existe um interregno na realização das eleições, só voltando as mesmas a acontecer em 1837. Em 1837, contrariamente ao habitual da existência de juizes nomeados através da Pauta, o juiz e mais cargos diretivos foram encontrados através de eleição, saindo «com mais votos» para juiz o P.^e Clemente Alexandrino Salgado, cura na Sé do Funchal⁵⁶.

Diogo de Ornelas Frazão Figueiroa, filho de Diogo de Ornelas de Vasconcelos Frazão, que havia desempenhado o cargo de juiz da confraria em 1741, serviu de juiz por três vezes, nos anos de 1766-1767, 1778-1779 e de 1790-1791. Em 1802-1803 cabia novamente a Diogo de Ornelas Frazão Figueiroa o serviço de juiz, no entanto, «nam poude aseitar o dito cargo neste anno o que prometeu fazer o anno de 1803 para 1804». Assumiu o serviço o próximo juiz da Pauta, D. Isabel Maria de Sá Acciaiolly e Câmara, que casou a 2 de julho de 1763, na paróquia da Sé, com João de Carvalhal Esmeraldo de Atouguia e Câmara⁵⁷, ambos sendo os pais do 1.º conde de Carvalhal. D. Isabel Maria de Sá Acciaiolly e Câmara tornava-se assim a única mulher que desempenhou um cargo na Mesa da confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte, continuando o ciclo do seu pai, Francisco António da Câmara Leme, casado com D. Antónia Maria de Sá Acciaiolly, e que havia servido em Mesa nos anos de 1779-1780 e de 1791-1792.

A família Carvalhal Esmeraldo constava da Pauta dos juizes da confraria. O já mencionado João de Carvalhal Esmeraldo de Atouguia e Câmara, também conhecido por João de Carvalhal Esmeraldo Vasconcelos Bettencourt Sá Machado, como se observa no livro de Eleições da confraria, serviu nos anos de 1787-1788 e de 1799-1800.

Nos anos de 1783-1784, 1795-1796 e 1806-1807 serviu, no cargo de juiz, o morgado Álvaro de Ornelas Cisneiros que casou a 9 de novembro de 1768, na paróquia de São Pedro, com D. Ana Susana de Ornelas de Brito⁵⁸. No último ano de mandato, o escrivão da confraria enviou Carta ao juiz para verificar se este aceitava o cargo, afirmando o juiz «que não estava pronto para fazer a solenidade da Senhora mas também queria pagar o mayordomado que devia do ano de 1796 que são 34\$117»⁵⁹.

Fernando José Correia Brandão Bettencourt Henriques (de Noronha) serviu nos anos de 1780-1781, 1792-1793 e 1803-1804. Nasceu no Funchal a 21 de fevereiro de 1768 e faleceu, em Nápoles, a 31 de outubro de 1821. Era filho de António João

⁵⁵ Para cobrir a quarte parte dos juizes, a confraria despendeu: em 1809-1810, 2\$680 réis; em 1823-1824, 30\$700 réis; em 1826-1827, 19\$877; em 1827-1828, 31\$247 réis; em 1828-1829 17\$487 réis; em 1829-1830, 30\$000 réis (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 69, 91, 96, 99, 100 e 102).

⁵⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 27.

⁵⁷ ABM, RP, Sé, Funchal, Casamentos l.º 14, fl. 122.

⁵⁸ ABM, RP, S. Pedro, Funchal, Casamentos, l.º 7, fl. 82v.º.

⁵⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fl. 26v.º.

Correia Brandão de Bettencourt de Noronha Henriques, senhor do morgado de Torre Bela, que também deve ter desempenhado o cargo de juiz nas décadas de 60 e 70, e de Ana Rosa do Carvalhal Esmeraldo, prima do 1.º conde de Carvalhal. Seguiu a carreira diplomática e foi agraciado, em 1812, com o título de 1.º visconde de Torre Bela. Anteriormente, no ano de 1743, havia servido no cargo de juiz o ascendente António Correia Bettencourt Henriques (24.10.1690-14.08.1763), bisavô de Fernando José Correia Brandão, que casou em 1711-1712 com sua prima, D. Antónia Joana Francisca Henriques, filha de Henrique Henriques de Noronha e de D. Francisca Maria de Vasconcelos⁶⁰.

Jorge Correia Bettencourt (Berenguer) Atouguia Neto serviu nos anos de 1781-1782 e 1793-1794. Filho de Jorge Correia Bettencourt e de D. Antónia Josefa Berenguer Castelo Branco, casou na paróquia de São Pedro, a 26 de julho de 1779, com D. Joana Luísa de Noronha e Freitas, filha do capitão Nuno de Freitas da Silva e de D. Joana Luísa Henriques de Noronha⁶¹. Por falecimento de Jorge Correia Bettencourt (Berenguer) Atouguia Neto, a confraria remeteu Carta, no ano de 1804-1805, a Henrique Correia de Vilhena (Henriques) para suceder no cargo de juiz, o qual aceitou, como herdeiro de Jorge Correia, por ter contraído, em 1794, casamento com D. Ana Cândida (Rosa) Correia (de Bettencourt), filha de Jorge Correia⁶².

No ano 1789-1790 serviu, no cargo de juiz, Jacinto de Freitas da Silva, herdeiro do morgadio da Madalena do Mar, que casou na Sé do Funchal, a 29 de abril de 1777, com D. Maria Antónia Henriques Correia Esmeraldo. Passados 12 anos, em 1801-1802, sucedeu no cargo o filho Nuno de Freitas da Silva, que casou a 23 de abril de 1811, na capela de N.ª Sr.ª da Piedade, na Quinta das Cruzes, na freguesia de São Pedro, com D. Helena Luísa da Câmara, filha do morgado Pedro Júlio da Câmara Leme e de D. Helena Luísa da Câmara⁶³.

Em 1794-1795 serviu o capitão Bento João de Freitas Esmeraldo, Moço Fidalgo e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, filho do capitão Bartolomeu de Freitas Esmeraldo, também Moço Fidalgo e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, e de sua esposa, D. Caetana Maria da Silva. Bento João casou na paróquia de São Pedro, na capela de São Luís, no Pico dos Frias, a 15 de agosto de 1771, com D. Isabel Maria Jacinta Esmeraldo, filha do capitão Francisco Esmeraldo Bettencourt Henriques, Fidalgo Cavaleiro, e de D. Maria Luísa de Brito. Sucedeu no cargo de juiz,

⁶⁰ NORONHA, 1700, *Nobiliário Genealógico das Famílias [...]*, p. 162; ABM, RP, Sé, Funchal, Casamentos, l.º 11, fl. 59; ABM, RP, S. Roque, Funchal, Casamentos, l.º 2, fl. 13.

⁶¹ ABM, RP, S. Pedro, Funchal, Casamentos, l.º 7, fl. 207.

⁶² ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fls. 23v.º-24v.º; ABM, RP, S. Pedro, Funchal, Casamentos, l.º 9, fl. 28v.º.

⁶³ ABM, RP, Sé, Funchal, Casamentos, l.º 16, fl. 74; ABM, RP, S. Pedro, Funchal, Casamentos, l.º 12, fl. 45.

em 1805-1806, o filho primogénito de Bento João, o morgado João de Freitas da Silva⁶⁴. Em 1782-1783, ou seja, no mandato de 12 anos anteriores ao mandato de 1794-1795, na sequência da rotatividade da «antiga pauta», serviu no cargo de juiz da confraria Jorge Correia Vasconcelos Acciaiolly.

No ano 1788-1789 serviu Tristão Joaquim de França Neto, filho do sargento-mor Diogo Luís Bettencourt e de D. Maria Luísa Antónia Bettencourt, que casou em julho de 1778, na capela de N.ª Sr.ª da Piedade, na freguesia de São Pedro, com Ana Raimunda Acciaiolly, filha do capitão Nuno de Freitas da Silva e de D. Ana Guiomar de Moura Acciaiolly. Sucedeu-o, no ano 1800-1801, o filho, o morgado Diogo Berenguer de França Neto, que casou na paróquia da Sé, a 25 de janeiro de 1801, com D. Ana Anastácia de Ornelas e Câmara, filha do morgado Francisco Xavier de Ornelas e Vasconcelos Esmeraldo e de D. Luísa Júlia de Castelo Branco⁶⁵.

Em 1784-1785 e 1796-1797 serviu João José Bettencourt de Freitas Meneses.

Nos anos de 1786-1787 e de 1798-1799 serviu o morgado João José de Ornelas Cabral, que casou na freguesia de São Pedro, em 1780, com D. Isabel Maria de Ornelas e Brito⁶⁶.

Em 1797-1798 serviu Luís Correia Acciaiolly, genro do casal anterior, que casou a 6 de fevereiro de 1801, na freguesia de São Pedro, com D. Maria Doroteia de Ornelas Cabral. Luís Correia era filho de José Agostinho de Vasconcelos Correia e de D. Mécia Francisca Acciaiolly⁶⁷.

Francisco Xavier de Ornelas (e Vasconcelos) serviu em 1785-1786. É filho de Agostinho António de Ornelas e Vasconcelos e de D. Joana Inácia Carvalhal Esmeraldo e casou, a 24 de maio de 1773, com D. Luísa Júlia Isabel de Castelo Branco e Câmara, filha de Pedro Henriques da Câmara Leme e de D. Joana Francisca Isabel de Castelo Branco⁶⁸.

Entre os 12 mordomos que serviam em Mesa, num determinado ano, era eleito anualmente o escrivão da confraria, que acumulava o cargo de tesoureiro pelo menos durante o século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Exceção a esta regra ocorreu no ano de 1837-1838, com a eleição do escrivão João Justino Pestana e do tesoureiro Isidoro Leão de Sousa Macedo⁶⁹. No *Compromisso* recomendava-se que o

⁶⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 234; ABM, RP, S. Pedro, Funchal, Casamentos, l.º 7, fl. 118.

⁶⁵ ABM, RP, S. Pedro, Funchal, Casamentos, l.º 7, fl. 200v.º; ABM, RP, Sé, Funchal, Casamentos, l.º 17, fl. 166v.º.

⁶⁶ ABM, RP, S. Pedro, Funchal, Casamentos, l.º 7, fls. 213v.º-214.

⁶⁷ ABM, RP, S. Pedro, Funchal, Casamentos, l.º 10, fl. 46v.º.

⁶⁸ ABM, RP, Sé, Funchal, Casamentos, l.º 15, fl. 196v.º.

⁶⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fls. 27-28v.º.

escrivão servisse apenas um ano e que só em caso de grande conveniência, zelo e aumento da confraria, ficasse no ano seguinte⁷⁰. A partir de 1767 é comum os escrivães servirem vários anos, como por exemplo José Gomes Barranca, que serviu 12 anos, e Manuel Gomes Correia, que serviu durante 20 anos até à data da sua morte⁷¹.

Juntamente com o cargo de juiz, o de escrivão era dos mais privilegiados na confraria, pois ambos eram reconhecidos pela comunidade local, ocupando nas procissões lugar destacado e ambos levavam uma vara de prata, enquanto os irmãos usavam apenas as capas nas cerimónias religiosas⁷².

O cargo de escrivão era o mais trabalhoso pelas várias responsabilidades e encargos que acarretava. O escrivão registava a entrada de irmãos na confraria, as esmolas tiradas pelas eiras e lagares, as esmolas anuais, os foros e juro pertencentes à confraria, administrava as contas, tratava de eventuais demandas, emprestava dinheiro a juro e registava nos diversos livros (entrada de irmãos, eleições, contas, bens e inventários) os atos respeitantes a cada livro. Aquando da morte de um irmão mandava dizer cinco missas rezadas. Estava encarregue de chamar os mordomos e irmãos e acompanhava o funeral com a sua vara de prata. Em caso da sua falta era substituído pelo mordomo do mês⁷³.

O escrivão, juntamente com os mordomos, mandava dizer por um capelão as três missas do Natal, fora dos Domingos e Dias Santos. A confraria mandava dizer uma missa rezada quotidiana na capela, havendo, em 1718 (data da reforma do *Compromisso*), alguns juro destinados a este fim. De acordo com o *Compromisso*, os mordomos e escrivão teriam o cuidado de assistirem às missas com suas capas brancas e tochas e cada mordomo era obrigado a acender a lâmpada durante o seu mês. Tinham o encargo do ornato do altar e do concerto da capela, de fazerem a solenidade e procissão de N.^a Sr.^a e de contribuírem nas despesas da cera conservando-a para o decurso do ano. Segundo o *Compromisso*, ao longo do ano, nos quatro dias festivos em honra de N.^a Sr.^a – 2 de fevereiro, 25 de março, 8 de setembro e 8 de dezembro –, os mordomos e escrivão elegiam dois irmãos para que em cada festa ornassem a capela. Aquando da eleição do escrivão e mordomos, era-lhes lido o *Compromisso* para tomarem conhecimento dos cuidados e obrigações que deviam ter⁷⁴.

⁷⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 6v.º.

⁷¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 234; ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 36v.º.

⁷² ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 6.

⁷³ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fls. 4v.º, 5, 7.

⁷⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fls. 5v.º, 7v.º, 8.

Qualquer erro nas contas era da responsabilidade do escrivão/tesoureiro, que se obrigava a satisfazer do seu bolso todo o prejuízo que pudesse acontecer⁷⁵. Em consequência do conflito pelo controle das confrarias, entre os visitantes eclesiásticos e o Juízo dos Resíduos e Capelas, houve uma certa renitência na aceitação do cargo de tesoureiro, por este sofrer uma vigilância apertada das contas e tornar-se o alvo preferencial das autoridades mencionadas⁷⁶. O cargo de tesoureiro foi alvo, cada vez mais, de desinteresse por parte de pessoas ligadas a profissões civis, sendo eleitos vigários a partir de 1803-1804. Em 1804-1805 e 1805-1806, o vigário Joaquim José de Faria, escrivão da confraria, pelo facto de ter sido promovido vigário da igreja de Santa Maria Maior, manifestava o seu pesar por não ter podido desempenhar com o devido zelo os deveres a que estava responsável. Assinalava o referido vigário algumas discordâncias com o que se passava na confraria, como «não ser da mesma openiam, e voto» de se dizerem as missas dos irmãos no convento de São Francisco. Acrescentava que não tinha feito uma rigorosa arrecadação na cobrança de juros e foros, por este ato ser incompatível com as suas obrigações, apesar do grande desejo que tinha em servir N.^a Sr.^a da Boa Morte⁷⁷.

A confraria tinha uma arca de duas chaves, onde eram guardados documentos, os sete livros da confraria (termos de irmãos, contas de receitas e despesas, eleições, inventário, escrituras, quitações de missas e juros, compromisso e um caderno das portas para as esmolas anuais), penhores, dinheiro e «algumas pessas»⁷⁸ de joalheria ou outros objetos importantes. A abertura desta arca só acontecia com a presença, em simultâneo, do escrivão e do mordomo do mês, que tinham em seu poder as referidas duas chaves⁷⁹.

Os mordomos eram eleitos por um período de um ano e podiam rejeitar o cargo⁸⁰. Por vezes, quando recusavam servir na Mesa, davam de livre vontade uma esmola a N.^a Sr.^a⁸¹. Segundo o *Compromisso* eram 12, mas na prática variava o número, embora nunca inferior a 12. Aos poucos o figurino foi aumentando, até atingir 20 nos anos de 1799-1800 e 1800-1801. No último ano de registo da irmandade, em

⁷⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 44v.º, 64.

⁷⁶ VERÍSSIMO, 1994, «Confrarias: algumas questões [...]», p. 31.

⁷⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 61v.º, 64.

⁷⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 7v.º; ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55.

⁷⁹ Em nota lateral no livro do *Compromisso* acrescenta-se que o vigário deve ter uma chave (ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 7).

⁸⁰ Em 1800-1801 Sebastião Rodrigues Pereira aceitou o cargo em lugar do vigário Pedro António Xavier, que tinha rejeitado (ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fl. 11v.º). José Furtado não aceitou no ano de 1806-1807 (ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fl. 26v.º).

⁸¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 60v.º.

1837-1838, a Mesa era composta apenas por 11 mordomos, o que revelava a decadência da confraria⁸².

Numa análise, entre 1778 e 1807, aos cargos de mordomos, constata-se que a maioria servia em Mesa entre um e quatro anos⁸³. No entanto, 17 mordomos serviram mais que quatro anos, entre os quais: Manuel de Jesus de Oliveira, que serviu 26 anos, entre 1778 e 1804; António de Abreu, que serviu 25 anos, entre 1782 e 1807; e Sebastião Rodrigues Pereira, que serviu durante 17 anos, entre 1790 e 1807.

Tabela 2 – Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte, Mordomos entre 1778 e 1807
– tempo no desempenho do cargo

Anos no desempenho do cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	10	13	14	17	25	26
N.º de mordomos	51	30	21	18	2	2	4	2	2	1	1	1	1	1

Fonte: ABM, GC, CNSBM, l.º 234.

Para além dos encargos anteriormente mencionados, cada mordomo contribuíria nas despesas da festa de N.ª Sr.ª, em agosto, variando o seu valor ao longo dos anos entre 3\$000 réis e 3\$500 réis⁸⁴. Esta despesa, estipulada em *Compromisso*, em 1741, também se destinava ao pagamento do vigário, cura e mais beneficiados da igreja de São Pedro e organista de ordem sacra, por cantarem todos os anos, pelo oitavário dos finados, um ofício de nove lições com suas vésperas⁸⁵. A partir de 1789, como aconteceu com o cargo de juiz, alguns mordomos começaram a endividar-se com a confraria ao não pagarem a contribuição da festa no respetivo ano, saldando a dívida mais tarde. A situação foi-se agravando em 1802-1803, com nove irmãos que não pagaram as respetivas quotas, e em 1803-1804, com sete também não pagantes. Quando os irmãos não pagavam, a confraria entrava com o dinheiro, ficando à espera do respetivo pagamento, que por vezes nunca chegava a realizar-se⁸⁶. Devido à falta de assiduidade e dificuldades de pagamento dos elementos

⁸² ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fls. 27-27v.º.

⁸³ Ressalve-se que alguns mordomos poderão ter servido mais anos, em data anterior a 1778.

⁸⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 227.

⁸⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fls. 9-9v.º. O vigário, cura e mais beneficiados da igreja de São Pedro, e ainda o organista de ordem sacra, em troca pelo serviço poderiam entrar na confraria, sem pagar a esmola de entrada, nem a esmola anual, enquanto fossem ministros na dita igreja.

⁸⁶ Em 1790 os mordomos deviam 38\$400 réis em quotas para a festividade da Senhora (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 39), tendo quatro deles pago as dívidas no ano seguinte (cada um, 3\$150 réis = 12\$600 réis) (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 40v.º). Em 1791 a confraria gastou 25\$800 réis

que tinham obrigação na contribuição das despesas da festa, e «para não ser tão onerosa a contribuição dos Irmãos», a confraria no período final da sua existência contribuía assiduamente na quarta parte das despesas da festa⁸⁷.

Os mordomos que serviram na confraria foram exclusivamente do sexo masculino e, na sua generalidade, pessoas com algum poder económico, embora inferior ao dos juizes. Este estatuto económico fica em evidência pelo pagamento de missas, da festa e da cera, assumido pelos mordomos e escrivão. Entre as profissões dos mordomos, constata-se eclesiásticos, mercadores e outras relacionadas com ofícios mecânicos.

O *Compromisso* da confraria estipulava a existência de um procurador ou irmão andante, também denominado de contínuo⁸⁸.

A Festa e a Procissão

A confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte, das atividades realizadas durante todo o ano, alcançava o seu auge durante os quatro dias de festa, entre 12 e 15 de agosto, sendo o último dia o principal, dia de N.^a Sr.^a, quando se realizavam as eleições da Mesa⁸⁹.

No dia 12 de agosto, pelas duas horas da tarde, realizava-se a procissão do funeral de N.^a Sr.^a, tendo o mesmo percurso que a do Santíssimo Sacramento. O acompanhamento da procissão pelos fiéis era hierarquizado. Em primeiro lugar ia o «guião» branco, seguindo-se a irmandade e restantes fiéis. O escrivão governava a procissão indo adiante do esquife de N.^a Sr.^a com uma vara de prata na mão; na sua falta ia o mordomo do mês. Entre a procissão seguiam algumas figuras «acomodadas à solenidade da festa».

(ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 41v.º); em 1794 a confraria pagou 22\$139 réis (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 44). Em 1791 pagaram quatro mordomos as dívidas de 1790, cada um 3\$150 réis (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 40v.º). José Figueira pagou, em 1798, 3\$150 réis que devia de 1790 (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 48v.º). A confraria contribuiu em dinheiro, pelos mordomos que não pagaram: 1\$599 réis, em 1795, pelo alfaiate Francisco António ter falecido; em 1798, 3\$557 réis por João de Andrade; em 1799, 7\$640 réis, por não pagarem João de Andrade e o mestre carpinteiro João Caetano Rodrigues, 3\$820 réis cada um; em 1800, 6\$226 réis, por não pagarem João de Andrade e João Caetano Rodrigues, 3\$113 réis cada; em 1802, 17\$085 réis, por deverem Manuel de Jesus de Oliveira, Luís Eusébio Correia, os pedreiros José Ferreira e Manuel Rodrigues e o guarda da alfândega Sebastião Pestana, 3\$417 réis cada um; em 1803, 29\$043 réis por nove mordomos que não pagaram, cada um a 3\$227 réis; em 1804, 23\$898 réis por sete mordomos que não pagaram, 3\$414 réis cada um; em 1805, 8\$874 réis por três mordomos que não pagaram, 2\$958 réis cada; em 1806, 6\$158 réis por dois mordomos que não pagaram, 3\$079 réis cada (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 46, 49, 50, 51, 53, 54, 59, 61 e 63).

⁸⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 111.

⁸⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 7v.º. O irmão andante entre 1792 e 1794 morava nos Arrifes, na casa de arrendamento da confraria. Em 1769-1770 ocupava o cargo o mordomo Manuel José.

⁸⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 6.

A procissão era acompanhada com o pendão e uma capela de música e «em coíçe», ou seja, seguia-se a Mesa formada e quem ocupava o cargo de «*ministro*» levava uma vara de prata. Os irmãos sacerdotes vestiam as suas sobrepelizes e os irmãos seculares as suas capas brancas, todos com um círio de cera branca na mão⁹⁰.

A imagem de N.^a Sr.^a da Boa Morte saía da capela, debaixo do pálio, num esquife muito majestoso, coberto com um véu branco. A imagem era levada por quatro sacerdotes, «revestidos como he estilo», e as seis varas do pálio eram acompanhadas por seis irmãos sacerdotes com as respetivas sobrepelizes ou capas de asperges⁹¹. Recolhida a procissão à igreja, a imagem era colocada num majestoso túmulo no meio da capela-mor, muito ornado de cera branca, flores e «mais ornato possível». Em seguida era cantada a ladainha e pregado o sermão e a imagem de N.^a Sr.^a permanecia na capela-mor durante os dois dias seguintes, nos quais havia ladainha e sermão, de tarde.

Segundo o *Compromisso*, no último dia da festa, 15 de agosto, no mesmo lugar colocava-se N.^a Sr.^a ressuscitada, «que se representara viva e treumphantente entre coros de Anjos», havendo missa cantada e pregação⁹². Esta imagem de N.^a Sr.^a reporta-se à de N.^a Sr.^a da Assunção que a confraria possuía, pois em 1764-1765 pagou-se \$150 réis «ao serralheiro de conserto da fechadura do armário em que se guarda a Snr.^a da Asumção» e em 1772, 1\$000 réis em «ferraje para o púlpito e armário debaixo do altar»⁹³.

Segundo o *Compromisso* de 1646, reformulado em 1718, ao longo do ano a imagem de N.^a Sr.^a da Boa Morte estava debaixo do altar da sua capela, na sepultura, mostrando-se daí, através de grades, ao povo nas quatro festas de N.^a Sr.^a: a 8 de setembro, Natividade da Virgem Maria; a 8 de dezembro, dia da Imaculada Conceição; a 2 de fevereiro, dia da Purificação e Apresentação; e a 25 de março, dia da Encarnação e Anunciação; tinha a capela jubileu nestes quatro dias para os irmãos da confraria, concedido pelo Sumo Pontífice Clemente XI⁹⁴, que estava transcrito na «Pauta com a Bula do Jubileu» que a confraria possuía⁹⁵.

⁹⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 6. No Livro de receitas e despesas, há uma afirmação de que a vara de prata é levada pelo juiz na procissão (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55).

⁹¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 6.

⁹² ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 6v.º.

⁹³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 3.

⁹⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 7.

⁹⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55v.º. À confraria tinham sido concedidos três breves por Clemente XI (ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 8). Em 1783 a confraria gastou 8\$700 réis «ao custo de um Breve», \$200 réis «para trasladar o Breve», 1\$400 réis «ao custo da taboleta para se por o Breve e a factura dela» e 8\$000 réis «ao custo de outro Breve para os Irmãos» (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 29v.º).

Depois das obras de remodelação da capela, ocorridas entre 1771 e 1774, e como podemos constatar pelo inventário de 1803, uma «imagem de N. Sr.^a da Boa Morte com todos os seus ornatos vestidos, [estava] colocada no tumulo na banquetta do Altar da sua capela» e «outra dita de páo em vulto que representa a Sr.^a resustitada, e existe debaixo da Altar»⁹⁶, tratando-se de uma imagem de N.^a Sr.^a da Assunção.

O inventário de 1846, aquando da extinção da confraria, na «relação dos ornamentos e alfaias que ficaram na capela de N. S. da Boa Morte na Igreja de S. Pedro», refere o ornamento de «uma coroa de prata na imagem de Nossa Senhora»⁹⁷, parecendo tratar-se da escultura da Assunção e não da Boa Morte.

Estaria assim a imagem de N.^a Sr.^a da Assunção num armário, debaixo do altar⁹⁸.

Receitas

Para suportar as despesas com o culto religioso e o património da capela, a confraria administrava bens e possuía rendimentos de diversas proveniências, registados no livro de receita e despesa. Para o pagamento das despesas ao longo do ano litúrgico e principalmente durante a festividade de Nossa Senhora, como já vimos, os mordomos, juízes e escrivão contribuíam monetariamente para os ornamentos, missas, sermão, música e cera.

O sobranço do dinheiro aplicado nas despesas do culto era emprestado a juro, à taxa anual de 5%, perante o presidente, juiz e escrivão da confraria e um notário que lavrava a escritura. Para maior segurança do empréstimo, como era habitual, estavam presentes testemunhas e o devedor apresentava um fiador, que se sujeitava

⁹⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55.

⁹⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, documento avulso: Relação dos ornamentos e alfaias que ficaram na capela de CNSBM na igreja de São Pedro. Neste inventário apenas é referida esta imagem, além de um crucifixo com resplendor de prata, pelo que as outras, por exemplo, as de São Joaquim e Santa Ana, foram ocultadas por não terem ornamentos em prata ou não se encontrarem na capela.

⁹⁸ No centro do retábulo do altar-mor da Sé do Funchal expõe-se uma escultura de N.^a Sr.^a da Assunção proveniente, nos inícios do século XX, por ordem do bispo D. António Manuel da Silva Ribeiro, da igreja de São Pedro, do Funchal, «em razão de não existir na Catedral uma imagem de Nossa Senhora da Assunção, titular do templo», segundo o P.^e Pita Ferreira (1963, *A Sé do Funchal*, p. 295). Trata-se de uma excepcional imagem de talhe barroco. Segundo Rui Carita, a escultura é de cerca do ano de 1720 (CARITA, 2015, *A Sé do Funchal: 1514-2014*, pp. 264-265). Esta escultura poderá tratar-se da imagem mencionada na confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte, pois na igreja de São Pedro não existe outra escultura com esta devoção e a capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte era o único espaço dedicado a esta devoção. No entanto, a escultura presente na Sé deve medir cerca de 130-140 cm de altura, pelo que não seria fácil colocá-la «debaixo do altar», conforme se escreve no inventário de 1803 (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55), mesmo colocada na horizontal; ou então tratava-se de outra escultura desta devoção.

às «leys dos fiadores e principaes pagadores». Os devedores e os principais fiadores sujeitavam-se a que os administradores da confraria lhes tomassem «todos os seus bens, e rendimentos de toda a especie havidos e por haver donde forem achados», se não cumprissem suas obrigações de responderem por todas as dívidas⁹⁹. Faltando o devedor principal «a qualquer destas ditas obrigaçoens será executado em qualquer juízo desta cidade, qual elleger o Administrador Thesoureiro» da confraria que tomava posse do bem hipotecado¹⁰⁰. Quando o devedor satisfazia as respetivas quantias de capitais ou juros, o escrivão passava quitação¹⁰¹.

Entre 1716 e 1785 a confraria concedeu 35 empréstimos de dinheiro, oscilando entre os 20\$000 réis e os 230\$000 réis. A maioria dos contraentes eram do Funchal, existindo alguns de Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta¹⁰². Os registos de receita e despesa mostram que entre 1765 e 1807 a

⁹⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 228.

¹⁰⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 69v.º.

¹⁰¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 64.

¹⁰² ABM, GC, CNSBM l.º 228, fls. 1-60. O total de capital emprestado atingiu 3104\$584 réis, correspondentes a uma média de 88\$700 réis por empréstimo. O distrate de empréstimos era aplicado em novos empréstimos. Os empréstimos de dinheiro entre 1716 e 1785 foram para: Francisco Homem del Rei, apontador, morador no Funchal (em 18.10.1716 – 100\$000 réis); Filipe Fernandes de Oliveira (em 18.02.1720 – 88\$000 réis); P.º Paulo de Abreu, morador no Funchal (em 23.01.1721 – 30\$000 réis, distratado em 12.03.1805); António Rodrigues (em 30.08.1719 – 60\$000 réis); António de Almada, alfaiate, do Funchal, e sua mulher Beatriz de Vasconcelos (em 16.08.1723 – 43\$000 réis); Lourenço Francisco de Azevedo e sua esposa Mariana Bettencourt (em 11.10.1723 – 60\$359 réis); Lourenço Francisco de Azevedo e sua esposa (em 03.09.1724 – 100\$000 réis anuais); Domingos Gomes Ribeiro, ourives, morador no Funchal, e sua mulher Josefa Maria de Mendonça (em 18.12.1725 – 60\$000 réis); Inácio Gomes Jardim, da freguesia de São Roque, e sua mulher Lourença «Miz'» (Martins?) (em 29.12.1725 – 100\$000 réis); Miguel Figueira da Silva, lavrador, da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, e sua mulher Francisca Fernandes (em 10.11.1726 – 100\$000 réis); P.º beneficiado Manuel de Sousa Pereira (em 24.11.1727 – 123\$060); António Vieira, do Estreito da Calheta (em 11.03.1727 – 20\$000 réis); Bartolomeu Fernandes Jardim, morador por cima da Levada do Cavalo, na freguesia de Santo António (em 04.11.1728 – 90\$000 réis «para comprar certas benfeitorias») (apontado à margem: «Inácio Fernandes»); Miguel Figueira da Silva, do Estreito de Câmara de Lobos, e sua mulher Francisca Fernandes (em 29.04.1729 – 40\$000 réis); Pedro Gonçalves da Caldeira, lavrador, de Câmara de Lobos, e sua mulher Guiomar Gonçalves (em 23.08.1729 – 119\$165 réis); António Martins Pereira e sua mulher Mariana de Aguiar, da freguesia de Santo António (em 28.08.1730 – 90\$000 réis) (depois pagos por João Rodrigues Pimenta, de Santo António); Gaspar Pinto da Silva e sua mulher Antónia de Jesus Figueira, do Estreito de Câmara de Lobos (em 30.07.1735 – 230\$000 réis, distratado a 10.05.1741); Maria de Abreu, viúva de António da Cruz, da cidade do Funchal (em 05.02.1736 – 77\$000 réis); Inácio Gomes de Gouveia, da freguesia de Santo António (em 22.05.1737 – 28\$000 réis); Maria do Socorro, viúva de Bernardo de Savi, Terceira do Hábito Descoberto de S. Francisco, da freguesia de Câmara de Lobos (em 07.10.1737 – 116\$000 réis); Maria da Estrela e suas irmãs, da freguesia da Calheta – Lombo da Estrela (em 01.06.1738 – 21\$000 réis); Ambrósio João Ferreira de Mesquita, da Ribeira Brava (em 29.01.1739 – 88\$000 réis); Paulo João Ferreira, da freguesia da Madalena do Mar (em 10.03.1740 – 30\$000 réis); Gaspar Silvestre de Bettencourt e Sá, da freguesia de Câmara de Lobos (em 10.05.1741 – 230\$000 réis); Manuel Gomes Correia, mestre do ofício de armador, morador no Funchal (em 14.11.1743 – 150\$000 réis); João Caetano Pimenta (em ???.02.1753 – 120\$000 réis); Catarina Henriques, viúva de José Gomes, e seus filhos, de S. Roque (em 04.07.1752 – 100\$000 réis); Simão «Miz» (Martins?) de Araújo, meirinho

confraria emprestou 1078\$000 réis, o que correspondeu, em média, a cerca de 15% do total das despesas ao longo do ano¹⁰³.

geral do bispado (em 07.07.1752 – 50\$000 réis); Manuel Gonçalves, sua mulher Inácia Gomes e cunhado António Gomes, moradores na Corujeira de Baixo – Monte (em 19.12.1758 – 100\$000 réis); Maria de Freitas, viúva de Manuel Gonçalves, do Pico de São João, seus filhos e genros (em 04.02.1759 – 60\$000 réis); o reverendo cônego Pedro Pereira da Silva (em 11.08.1760 – 200\$000 réis); José Gonçalves Alves, da Ponta do Sol (em 06.12.1765 – 150\$000 réis); João Rodrigues Pimenta, casado com Clara Pereira, da freguesia de Santo António (em 14.03.1767 – 90\$000 réis); Antónia de Reis Carvalho e sua irmã Ana das Mercês Carvalho (em 27.04.1767 – 20\$000 réis, distratado a 31.01.1772); e António Batista Cabeleira e sua mulher Teodora de Jesus, moradores no Pico dos Eiroses, na freguesia de Gaula (em 11.01.1785 – 21\$000 réis, provenientes do distrato de Maria da Estrela).

¹⁰³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227; ABM, GC, CNSBM, l.º 228. Entre 1765 e 1807 existem 46 indivíduos a pagar juros: o reverendo Paulos de Abreu, em Machico (em 1765 – 1\$250 réis anuais); Manuel Gonçalves, da Corujeira – Monte, depois Inácio Gonçalves, por sua mulher, e João Gomes (entre 1765 e 1807 – 5\$000 réis anuais); o capitão António Teodoro Betancas, o *França* (1765 – 2\$750 réis); Manuel Rodrigues de Abreu (entre 1765 e 1771 – 3\$850 réis anuais); Inácio Gomes de Gouveia, António Rodrigues do Cascalho, o *Azeite*, de Santo António, João Rodrigues do Cascalho (entre 1765 e 1776 – 1\$400 réis, entre 1777 e 1795 – \$750 réis, e até 1807 – cerca de \$700 réis anuais); Matias da (?) (1765 – 7\$500 réis); Maria Antónia Joaquina, Augusta Ferreira e herdeiros (entre 1765 e 1787 – 3\$000 réis anuais); Maria de Freitas (em 1765 – 6\$000 réis e em 1766 – 5\$700 réis); Catarina Henriques (entre 1765 e 1768 – 5\$000 réis anuais); Helena de Aguiar, João Rodrigues Pimenta, de Santo António (entre 1765 e 1807 – 4\$500 réis anuais); Bartolomeu Fernandes e herdeiros, Inácio Fernandes Camacho, o filho do anterior, José Gomes Camacho, o filho do anterior, Matias Gomes (entre 1765 e 1807 – 4\$500 réis anuais); Simão Martins de Araújo, viúva Vicência Pereira (entre 1765 e 1771 – 2\$500 réis anuais); P.º Pedro Pereira da Silva e herdeiros, capitão Caetano Fernandes Pimenta (sobrinho) (entre 1765 e 1896 – 10\$000 réis anuais); P.º Pedro José Vasco (em 1765 – 10\$000 réis); Salvador de Gouveia, P.º Francisco Xavier (entre 1765 e 1778 3\$000 réis anuais); Manuel Afonso Henriques, de Câmara de Lobos, D. Ana Maria Quitéria, viúva do Dr. Manuel Cardodo da Costa (entre 1765 e 1784 – 5\$000 réis anuais, em 1793 – 17\$100 réis); Pedro Fernandes Pimenta, capitão sargento-mor Caetano Fernandes Pimenta (entre 1766 e 1807 – 5\$000 réis anuais); António Gomes Brandão (1766 – \$700 réis); Pedro Gonçalves da Caldeira, Guiomar Gonçalves e herdeiros, Sebastiana Correia, viúva de Inácio Nunes da Caldeira, Manuel Nunes Pereira (1766 a 1807 – 5\$958/6\$000 réis anuais); P.º José Leandro, Francisco António da Silva, a filha Jacinta Rita de Vasconcelos (entre 1766 e 1804 – 1\$500 réis anuais); José Gonçalves dos Ramos, da Ponta do Sol, Salvador Gomes, António dos Ramos (entre 1766 e 1806 – 7\$500 réis anuais); P.º Alexandre Drumond, do Porto Santo (1766 – 2\$400 réis anuais); Francisco Manuel Teixeira Brazão, alfaiate (entre 1767 e 1774 – \$750 réis anuais); Maria da Estrela e irmãs, António Batista Cabeleira (entre 1767 e 1796 – 1\$050 réis anuais); Francisco Gonçalves, pedreiro (entre 1767 e 1768 – \$500 réis anuais); António Pereira (entre 1767 e 1771 – 3\$000 réis anuais); Gaspar Pereira Camacho (1768 – \$600 réis); João de Sousa, alfaiate (entre 1768 e 1770 – \$950 réis anuais); Anselmo Francisco (1768 – \$500 réis); António da Costa Drumond (entre 1768 e 1769 – 3\$250 réis anuais); Antónia dos Reis Carvalho (entre 1768 e 1772 – 1\$000 réis anuais); Manuel Gonçalves Ferreira (1769 – 1\$500 réis); P.º José Alvares, da Ponta do Pargo (entre 1769 e 1771 – 4\$500 réis anuais); P.º António Francisco de Torres (1769 – 5\$000 réis, 1770 – 2\$600 réis); Manuel Ferreira, carpinteiro (entre 1769 e 1775 – \$500 réis anuais); Manuel Francisco Silva, armador (entre 1769 e 1789 – 5\$000 réis anuais); Inácio Martins, de S. Roque (1769 – 2\$500 réis, 1770 – \$850 réis); José Ferreira, do Monte (1769 – 1\$500, 1770 e 1771 – \$500 réis); D. Guiomar Quitéria, viúva de João de Freitas Albuquerque, e herdeiros (entre 1770 e 1785 – 4\$500 réis anuais, 1792 – 38\$360); Raimundo Gomes Romão – faleceu – pagou sua tia (entre 1790 e 1793 – 2\$500 réis anuais); João de Freitas (1791 – \$500 réis); morgado José Joaquim Freitas de Aragão (1792 e 1793 – 3\$000 réis, 1803 – 31\$500 réis); João Francisco de Freitas (1792 e 1793 – 1\$000 réis anuais, 1795 – 1\$350); Manuel José de Medeiros, pedreiro (1792 e 1793 – \$550 réis anuais, 1804 – 6\$050 réis, 1807 – 1\$800); António da Silva, de Câmara de Lobos (1799 – 1\$750 réis); e Francisco Martins, de Câmara de Lobos (entre 1805 e 1807 – 2\$100 réis anuais).

Embora a maior parte dos empréstimos fosse saldada em períodos de tempo relativamente curtos, por vezes, os devedores passavam por dificuldades e não conseguiam pagar os juros, «e só o fazem a força de muitas deligências»¹⁰⁴. No ano da extinção da confraria, em 1846, existiam oito devedores à confraria, totalizando o capital de 843\$225 réis¹⁰⁵.

Quando um contraente não podia pagar um empréstimo, a dívida passava para os herdeiros ou para os fiadores. Por vezes fazia-se uma nova escritura com o novo devedor. Por exemplo, Manuel Gonçalves e sua esposa, Inácia Gomes, pediram um empréstimo de 100\$000 réis, em 1758, tendo passado a dívida para o filho, Inácio Gonçalves, a qual, com o falecimento de todos, foi trespassada para João Gomes e sua mulher, Maria Quitéria¹⁰⁶. Com o retardamento do pagamento das dívidas, por vezes, os juros atingiam valores mais altos que o capital. No referido caso de empréstimo de 100\$000 réis, entre 1758 e 1807, os respetivos devedores pagaram 245\$000 réis em juros¹⁰⁷. Outro exemplo foi o do empréstimo de 150\$000 réis, em 1765, que a confraria fez a José Gonçalves Ramos da Ponta do Sol¹⁰⁸, depois pago pelo fiador Salvador Gomes e mais tarde por António dos Ramos, perfazendo o pagamento de juros, desde o ato da escritura até 1807, no valor de 292\$500 réis¹⁰⁹.

¹⁰⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 61v.º.

¹⁰⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, doc. avulso – relação dos devedores, 20 de abril de 1846. Os devedores eram os seguintes: o capitão José Francisco de Freitas Martins, do capital de 403\$000 réis, devia 209\$850 réis, sob hipoteca de uma casa na rua dos Moinhos; Francisco Gomes, do Monte (em 1846 os herdeiros), do capital de 100\$000 réis, devia 9\$000 réis, sob hipoteca de dois bocados de fazenda na freguesia do Monte, na Corujeira; Francisco Martins (em 1846 os herdeiros), do capital de 42\$000 réis, devia 18\$650 réis, sob hipoteca de benfeitorias na freguesia de Câmara de Lobos; João Rodrigues Pimenta (em 1846 os herdeiros), do capital de 90\$000 réis, devia 4\$500 réis, sob hipoteca de uma benfeitoria na Quinta do Leme, em Santo António; Manuel Gonçalves Henriques (em 1846 o irmão), do capital de 119\$965 réis, devia 115\$525 réis, sob hipoteca de uma fazenda no Garachico; Matias Gomes Camacho, do capital de 90\$000 réis, devia 54\$000 réis, sob hipoteca de uma benfeitoria no sítio das Angústias; Francisco Januário Leodoro, do capital de 100\$000 réis, devia 292\$700 réis, sob hipoteca de uma casa na rua do Peru, que foi tomada pela Misericórdia e vendida em Praça; e Nicolau Tolentino Teixeira devia 51\$000 réis, com pensão ou foro numa casa na rua do Aljube.

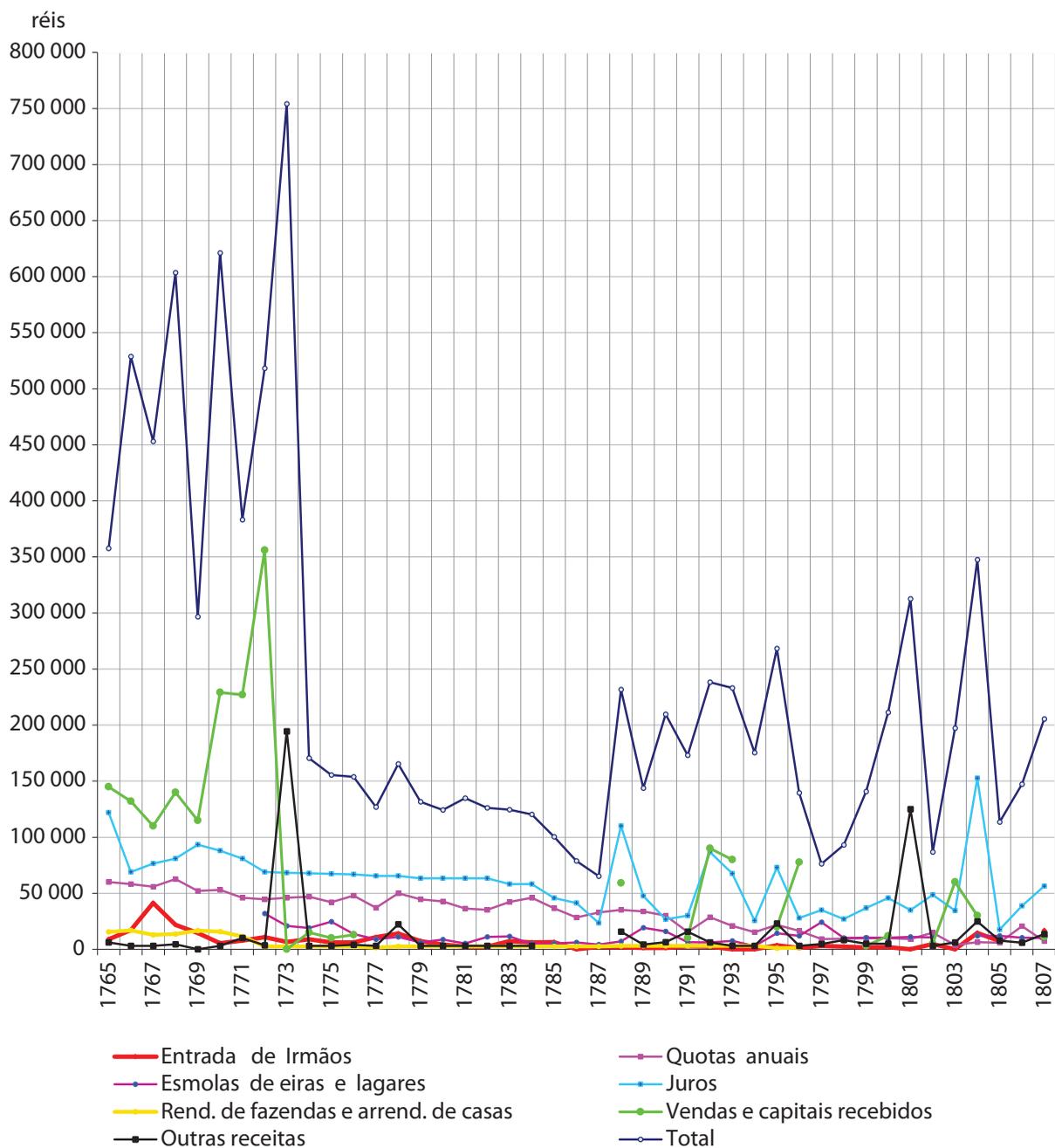
¹⁰⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fls. 64-67.

¹⁰⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227.

¹⁰⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fls. 52v.º-54.

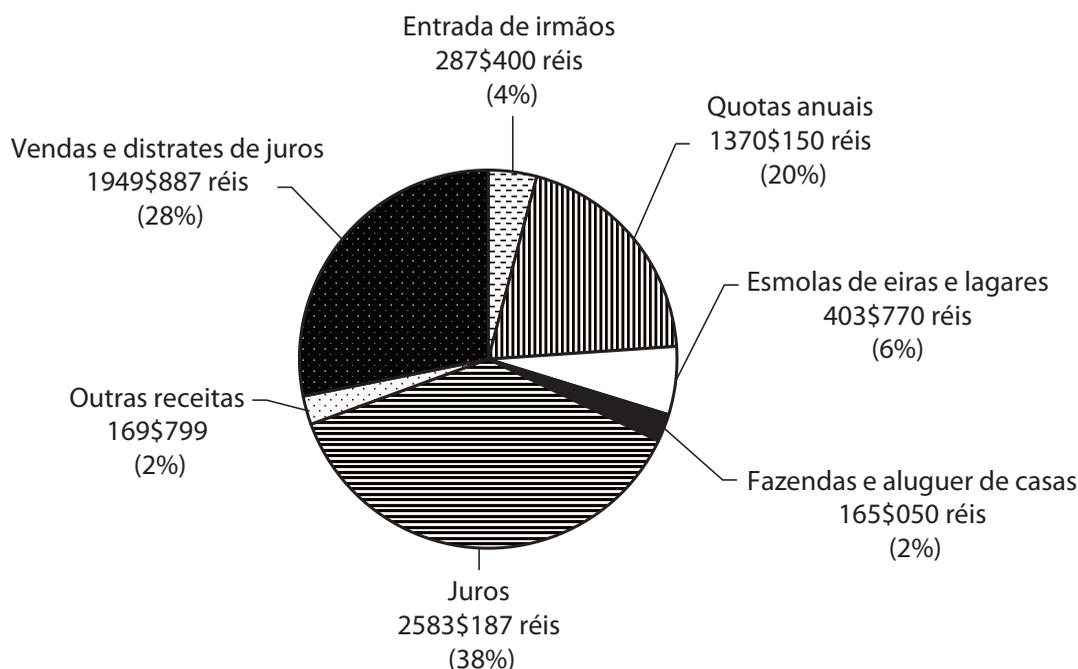
¹⁰⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227. Pagaram ainda mais juros até ao ano em que acabou o distrate do capital, em 1835 (ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 52v.º).

Gráfico 3 – Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte, Evolução das Receitas (1765-1807)



Fonte: ABM, GC, CNSBM, Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1764-1845, l.º 227.

Gráfico 4 – Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte, Receitas (1765-1807) – percentagens



Fonte: ABM, GC, CNSBM, Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1764-1845, l.º 227.

Com a disputa pela jurisdição das confrarias, até à década de 70 do século XVIII, a confraria estava sob jurisdição eclesiástica do bispado do Funchal, ficando sujeito o pedido de empréstimos à existência de dinheiro em arca e à aprovação do bispo através de despacho enviado aos administradores da confraria¹¹⁰. A partir da década de 70, com a aprovação do *Compromisso* pela Mesa da Consciência e Ordens, os solicitantes rogavam apenas aos administradores da confraria que lhes emprestassem dinheiro a juro, sempre com escritura¹¹¹.

O dinheiro era emprestado, como vinha aconselhado no *Compromisso* da confraria, em «boas mãos», sendo conveniente fazer hipotecas «para maior segurança»¹¹². A confraria concedia os empréstimos, ficando sob hipoteca, na arca da confraria, bens móveis como joias ou títulos de escrituras de fazendas. Damos os seguintes exemplos: em 1723, Lourenço Francisco de Azevedo, por um empréstimo de 60\$359 réis, hipotecou «hua morada de casas alto e baixo com seu quintal em que vivem sita na rua da Carreira»; em 1726, Miguel Figueira da Silva, por 100\$000 réis, hipotecou

¹¹⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 53 (ano de 1765) e fl. 56 (ano de 1767).

¹¹¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 62v.º.

¹¹² ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 7; l.º 228, fl. 1v.º.

«hua fazenda de vinhas e árvores de fruto com sua casa palhaça», situada na Vargem – Estreito de Câmara de Lobos; em 1727, António Vieira, por 20\$000 réis, hipotecou «hum pedaço de fazenda de terra vinhas e árvores sita no jogo da bola», na freguesia da Calheta; em 1785, António Batista Cabeleira, por um empréstimo de 21\$000 réis, hipotecou «um pedasso de fazenda, terra de vinha, arvores de fructo, e cemiadisso»; em 1804, Francisco Martins, pelo principal de 42\$000 réis, «huma porção de terra de vinhas com suas bemfeitorias»; em 1804, João Gomes empenhou, por 100\$000 réis, «duas porçoens de fazenda»; em 1805, Manuel Nunes Pereira hipotecou, por 119\$165 réis, «hum pedasso de fazenda [...] e outro pedasso de fazenda de castanheiros»; em 1819, o capitão Manuel Gonçalves Henriques e sua esposa Luísa Lúcia de Barros, por 119\$165 réis, obrigou «huma propriedade [...] terra de vinhas»; e o capitão José Francisco de Freitas Martins, por 403\$000 réis, hipotecou uma casa na rua dos Moinhos¹¹³.

Quanto a hipotecas de joias, a confraria emprestou a Francisco Homem d'El-Rei, em 1716, 100\$000 réis sob hipoteca das

«pesas de ouro seguintes avaliadas pelo contraste João Colombo[:] hum par de brincos de coroa de uma cabasa com três pesas cravadas seos aljofres que pesam onze mil e sento e valem dezassete mil réis; e hum par de brincos grandes de nove cabasas com seos pasaros e com todo seu aljofar que pesam vinte e dois mil e coatro sentos reis e valem quarenta e dois mil coatro sentos; hua joia com hum emcatre [encastre] de treze pedras brancas e com suas vergas de aljofar que pesa dez mil e coatro sentos réis e vale dez mil e sento; hum par de botões deleotar reitados (?) que pesam coatro mil e quinhentos e sincoenta e valem o mesmo, dez contas de finagrana [filigrana] esmaltadas que pesam sete mil e seiscentos e cincoenta réis e valem sete mil e duzentos; hum relicário que tem coatro mil quinhentos; hua memória de coatro lasadas que pesa coatro mil e outosentos e outenta; hum anel de sinco pedras brancas com lua esmaltada no meio e pesa dous mil e outo sentos; hum anel [...] e brancas que pesa três mil [...]; hum anel de nove pedras [...] brancas que pesa três mil e coatrocentos; hum anel com hua pedra vermelha que pesa dois mil e duzentos; hum par de botões de cordão e hum de finagranam [...] que valem dez mil e quinhentos réis que tudo emporta sento e doze mil e novecentos e trinta»¹¹⁴.

No ano de 1765-1766, a confraria emprestou a António da Costa Drumond 65\$000 réis por hipoteca de uma bandeja de prata e uma sopeira grande com sua tampa; a Ana Jacinta, 17\$000 réis, por um cordão de ouro; a Gaspar Pereira Camacho, 20\$000 réis, sobre dois cordões de ouro com seus «coleretes» nas pontas e uma corrente; ao oficial de pedreiro Francisco Gonçalves, 12\$000 réis, por um espadim de prata, uma linha de contas de ouro de pescoço e umas «sivelhenas das urelhas de ouro com esmalte»; e a António

¹¹³ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 8v.º (1723), fl. 14v.º (1726), fl. 17 (1727), fl. 61 (1785), fl. 63 (1804), fl. 65 (1804), fl. 70 (1805), fl. 73v.º (1819). ABM, GC, CNSBM, l.º 227, doc. avulso – relação dos devedores, 1846.

¹¹⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fls. 1v.º-2.

Pereira, morador na rua do Sabão, 60\$000 réis, por dois cordões de ouro, três linhas de pérolas finas, «hum rusucle de ouro com lascas de diamante» e um par de cadeados de ouro com diamantes¹¹⁵. Em 1803, o escrivão, o P.^e Joaquim José de Faria, mencionava um empréstimo de 11\$000 réis a Manuel José de Medeiros sobre os penhores de «dous pares de fivela de sapato, hum dito de calcão, hum par de cadeado de ouro com esmalte e aljôfar, hua linha de continhas de ouro e hum par de botoens de ouro»¹¹⁶.

Estes empréstimos, a juro, constituíam a principal fonte de receitas da confraria. Analisando as receitas entre 1765 e 1807, podemos constatar que representaram 2583\$187 réis, correspondentes a 38% do total arrecadado. Os capitais recebidos, que haviam sido emprestados, e a venda de imóveis totalizaram 1949\$887, cerca de 28% das receitas.

Entre 1765 e 1807 as esmolas anuais pagas pelos irmãos montaram a 1.370\$150 réis, o que representava 20% das receitas. Os valores variaram, ao longo do século XVIII, em sentido decrescente, entre os 60\$000 réis e os 10\$000 réis. Esta fonte de receita teve um decréscimo significativo, sobretudo, a partir da década de 90 do século XVIII, devido em parte a desleixo e impossibilidade do escrivão/tesoureiro na sua arrecadação. Por exemplo, em 1804 e 1805, o escrivão em funções recebeu as esmolas anuais na igreja, por lhe não ser possível sair e arrecadá-las pelas ruas¹¹⁷.

As esmolas de eiras e lagares representaram 6% dos rendimentos da confraria, tendo, neste período, auferido 403\$770 réis. A confraria arrecadou esta esmola apenas entre 1772 e 1809 e entre 1813 e 1823, sendo o valor mais elevado arrecadado no primeiro ano, com 31\$950 réis. Estas esmolas começaram a decair a partir de 1810, como também aconteceu com as outras receitas da confraria, que principiaram a diminuir já a partir de finais do século XVIII¹¹⁸. As esmolas de eiras e lagares, segundo o *Compromisso*, eram cobradas em toda a Ilha da Madeira, no entanto, a arrecadação fazia-se nas localidades próximas de São Pedro: São Martinho, Santo António, São Roque, Angústias, Calhau, Santa Luzia e Monte¹¹⁹.

As receitas da entrada de irmãos significaram 287\$400 réis, equivalentes a 4% do total. Os rendimentos das fazendas e o arrendamento de casas, 2% (165\$050 réis). As duas fazendas, a de Vasco Gil e a de Água de Pena, renderam anualmente, entre 1765

¹¹⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 5v.º (1765).

¹¹⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 54v.º.

¹¹⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 57, 60. Para a receção destas esmolas a confraria possuía uma bolsa de damasco branco (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 7v.º).

¹¹⁸ O tesoureiro Isidoro Leão de Sousa Macedo, a 4 de maio de 1842, afirmava que «desde a tomada destas contas» não tinha recebido e despendido nada da confraria (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 116).

¹¹⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 36v.º, 37v.º, 38v.º, 57.

e 1771, respetivamente, entre 2\$000 réis e 5\$500 réis, e entre \$300 réis e 1\$600 réis. Os dois pedaços de fazenda foram vendidos, em 1772, respetivamente, por 100\$000 e 33\$000 réis, aquando das obras realizadas na capela. Em 1773 foi vendida a casa situada no Hospital Velho por 200\$000 réis¹²⁰. Esta casa e outra situada nos Arrifes encontravam-se arrendadas, a primeira com um rendimento que variava entre 4\$000 réis e 10\$000 réis, e a segunda entre 1\$350 réis e 3\$000 réis. A Mesa da confraria vendeu, em 1796, a «casa térrea de uma água» situada nos Arrifes, na cidade do Funchal, por ordem do Juiz dos Resíduos e Capelas, porque a lei determinava que as confrarias não podiam possuir «bens de raiz, como corpo de mão morta». A receita desta venda foi empregue no pagamento da nova urna¹²¹. O mestre das obras reais, António José Barreto, e o avaliador eleito pelo senado da Câmara do Funchal, o mestre carpinteiro Manuel João Teixeira, avaliaram a referida casa na quantia de 56\$100 réis, «por estar constantemente danificada pelo que pertence ao officio de pedreiro em a quantia de trinta e seis mil reis, o de carpinteiro em a quantia de quatorze mil e cem, e achamos valler o cittio sendo livre seis mil rs»¹²². Foi apregoada a 19 de dezembro de 1796 pelo porteiro Francisco Nunes, na praça pública do Pelourinho, e arrematada pelo lance mais elevado de 56\$600 réis, pelo capitão Agostinho José de Brito¹²³.

A abastada proprietária D. Guiomar de Sá Vilhena, falecida em 1789, deixou à confraria, em testamento de 1784, 50\$000 réis a render juro para uso do ornato do altar da capela¹²⁴.

Entre 1797 e 1801 o aluguer do caixão rendeu 10\$200 réis. A confraria recebia também outras esmolas de devotos ao longo do ano, durante a festa de N.^a Sr.^a e na noite em que «se dava a Senhora a beijar»¹²⁵.

No primeiro ano de mandato de cada tesoureiro, era grande a vontade na arrecadação dos juros atrasados e na regularização das contas da confraria, a qual ia esmorecendo com o passar do tempo. Por exemplo, a arrecadação de juros duplicou em 1788 e 1792, em relação à média dos anos anteriores, respetivamente, com a entrada dos tesoueiros Caetano Fernandes Pimenta e José Gomes Barranca. Em 1804, com a entrada de Joaquim José de Faria, a arrecadação de juros alcançou o nível mais alto, próximo de 150\$000 réis.

¹²⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 16.

¹²¹ ABM, JRPC/CON, cx. 5, proc. 366, fls. 1-3.

¹²² ABM, JRPC/CON, cx. 5, proc. 366, fl. 4.

¹²³ ABM, JRPC/CON, cx. 5, proc. 366, fl. 7.

¹²⁴ ABM, CMF, l.º 1259, fl. 88v.º-93v.º, testamento de D. Guiomar citado por BARROS, 2001, *Dona Guiomar de Sá Vilhena, Uma mulher do século XVIII*, p. 56.

¹²⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 59, 60v.º, 62v.º.

Com a entrada de um novo escrivão/tesoureiro, o seu antecessor registava, geralmente, as dívidas em falta, o balanço da confraria e realizava, por vezes, um inventário dos bens. Do mesmo modo, o escrivão que sucedia verificava se as contas transatas estavam em ordem. Por exemplo, Caetano Fernandes Pimenta, no seu primeiro mandato, verificou e analisou os 20 anos de contas do escrivão antecedente, Manuel Gomes Correia, e anotou as suas discordâncias e dúvidas¹²⁶.

Despesas

A confraria de Nossa Senhora da Boa Morte, no decurso do ano, tinha várias despesas correntes. Um dos grandes encargos financeiros constantes eram as missas. Entre 1765 e 1807 gastaram-se 2486\$405 réis, representando 34% das despesas totais.

Salvo raras exceções, as missas eram ditas na capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte e estavam divididas em diversas categorias. Nas missas da capelania anual, pelos irmãos vivos e defuntos, a confraria pagava 50\$000 réis anuais entre 1764 e 1767-1768 a um capelão, e 54\$750 réis a partir deste último ano até 1788, no tempo do tesoureiro Manuel Gomes Correia¹²⁷.

A confraria mandava dizer cinco missas por cada irmão falecido ao preço unitário «de menos de 200 réis». Existiram momentos em que os sacerdotes da igreja de S. Pedro não quiseram encarregar-se destas missas e, por não existirem sacerdotes extravagantes disponíveis para celebrá-las, durante três anos, de 1789 a 1791, não se celebraram estas missas. As missas da capelania anual, a partir de 1788, registam-se de modo inconstante, somente em 1793 no valor de 56\$400 réis, em 1794 no valor de 50\$000 réis, em 1795 no valor de 50\$000 réis e em 1800 «as missas de pensão» no valor de 14\$100 réis. Porque a confraria não podia pagar mais dinheiro por cada missa, resolveu pagar apenas quatro missas por cada irmão falecido e continuar a dar, em cada ano, os 50\$000 réis para se rezar a quantidade de missas possível, «até onde o dinheiro der», a \$200 réis cada uma¹²⁸. A confraria acabou por recorrer ao convento de São Francisco, no tempo do tesoureiro José Gomes Barranca, e no ano de 1800 pagou 48\$000 réis a este convento para ali se rezarem as missas pelos irmãos defuntos desde o ano de 1793 a 1800¹²⁹. Em 1806, o escrivão/tesoureiro da confraria, o P.^e Joaquim José

¹²⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. anexo ao fl. 35.

¹²⁷ Em 1766-1767 foram pagas ao prioste Nicolau Francisco de Carvalho.

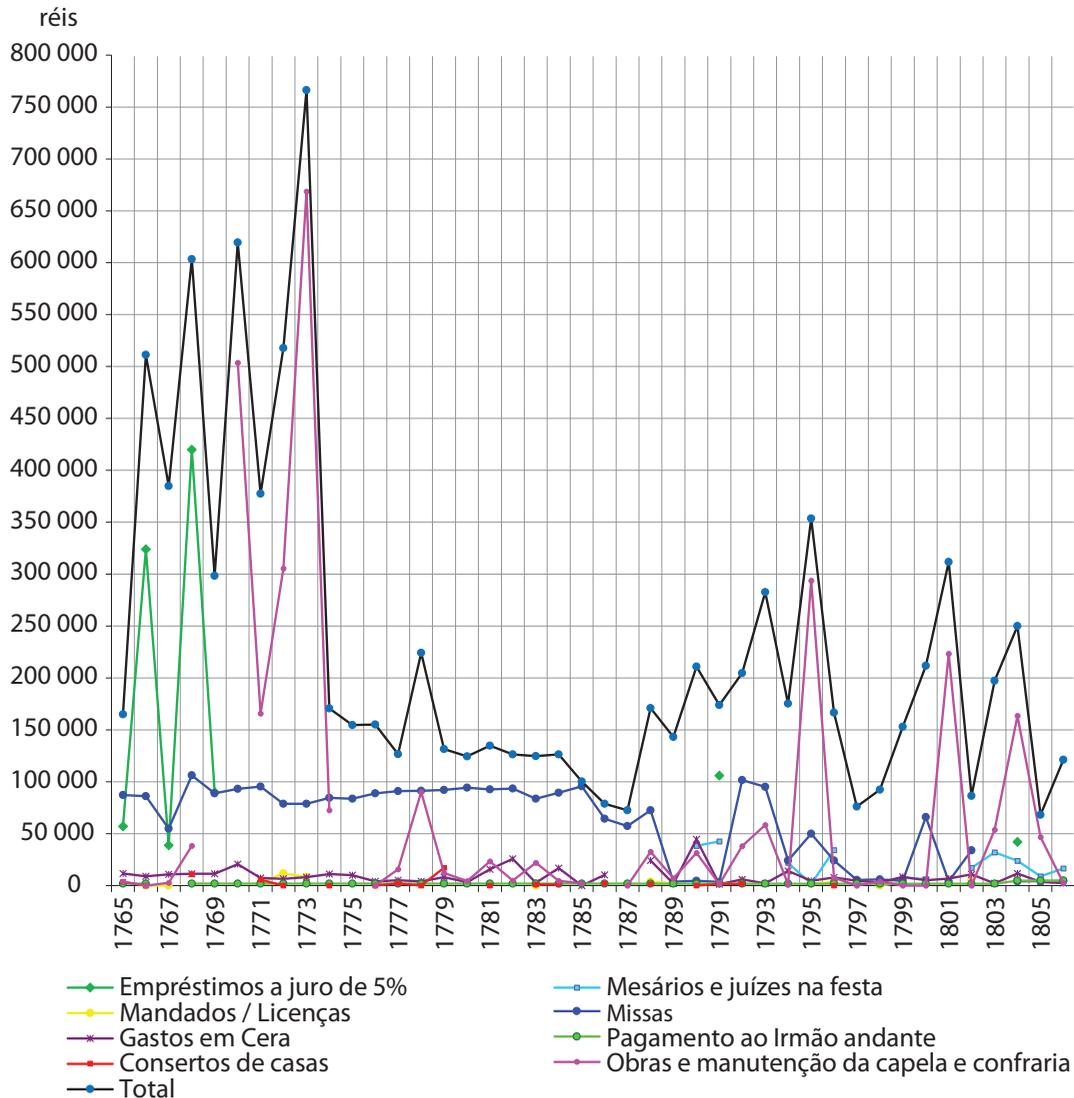
¹²⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fls. 12v.º-13. As missas ditas pelos vigários eram lançadas na parte final do Livro de Receitas e Despesas (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 149v.º-164v.º, 179v.º-181).

¹²⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 51.

de Faria, não concordava que as missas dos irmãos se dissessem na igreja do convento de São Francisco, por esmola de \$400 réis, quando o altar de N.^a Sr.^a da Boa Morte era privilegiado duas vezes na semana e nele se podiam dizer essas missas¹³⁰.

Quanto às cinco missas aquando de um irmão falecido, a confraria gastava anualmente um valor que oscilava, em média, entre os 20\$000 réis e os 45\$000 réis, consoante o número de irmãos falecidos.

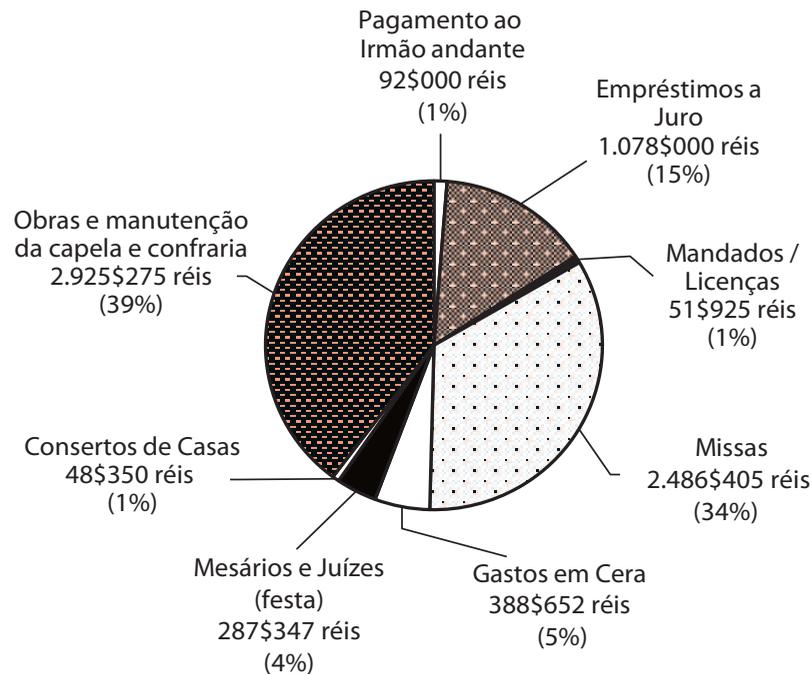
Gráfico 5 – Confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte, Evolução das Despesas (1765-1807)



Fonte: ABM, GC, CNSBM, Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1764-1845, l.º 227.

¹³⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 64.

Gráfico 6 – Confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte, Despesas (1765-1807) – percentagens



Fonte: ABM, GC, CNSBM, Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1764-1845, l.º 227.

A confraria mandava dizer três missas pelo Natal, sendo estas fora dos Domingos e Dias Santos e pagas por 1\$050 réis entre 1765 e 1767, e 1\$200 réis entre 1774 e 1787. Pelo oitavário dos finados encomendava-se um ofício cantado de nove lições com suas vésperas, custando à confraria 2\$500 réis até 1791, e depois 2\$700¹³¹ a que acresciam 1\$350 réis pagos ao sacristão, sinos e incenso.

Pela altura da festa de N.^a Sr.^a, para o cabido da igreja de São Pedro, que acompanhava a procissão e realizava a festa, a confraria desembolsava 2\$700 réis, dos quais 1\$000 réis correspondiam ao acompanhamento na procissão e o remanescente ao restante serviço na festa. O escrivão Caetano Fernandes Pimenta achava que não deveria ser esse valor, pois estava taxado no *Compromisso* apenas 2\$500 réis¹³². No ano de 1784 o acompanhamento na procissão fez-se com os cabidos da Sé e de N.^a Sr.^a do Calhau, sendo pago pelo fundo da confraria, mas na opinião do referido escrivão devia ser pago pela Mesa da confraria¹³³. Entre 1809 e 1832 a procissão foi acompanhada

¹³¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. anexo ao fl. 35.

¹³² ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. anexo ao fl. 35.

¹³³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. anexo ao fl. 35.

pelos franciscanos do convento de São Francisco, recebendo pelo serviço 3\$000 réis, a quem já se tinha recorrido para as missas pelos irmãos da confraria¹³⁴.

A cera, uma despesa constante da confraria, era um produto que merecia grande atenção, pois era necessário nos ofícios religiosos. Entre 1765 e 1807 os gastos ascenderam a 5% do total, orçando em 388\$652 réis. Com a especificação dos valores, entre 1795 e 1803, sabemos que a cera era gasta nas missas, nos funerais dos irmãos, no ofício do aniversário dos defuntos, no ornato da capela, na procissão, no Natal, na Ladainha de São Marcos e nas festas do Espírito Santo, Assunção, Imaculada Conceição e São Pedro¹³⁵.

Segundo o *Compromisso*, o escrivão e os mordomos estavam encarregados de conservar na confraria a cera necessária para todo o ano e em especial para a procissão de N.ª Sr.ª. Assim, no ano em que serviam em Mesa davam, cada um, duas libras e meia de cera lavrada¹³⁶. Em 1743 refere-se que o juiz dava pelo menos uma arroba de cera lavrada, o escrivão, 10 arráteis e cada mordomo, dois arráteis e meio. Com a intenção de aliviar o juiz, escrivão e mordomos da pensão da cera no gasto dos quatro dias festivos, de 12 a 15 agosto, a Mesa da confraria reduziu esta quota, passando o juiz a pagar 20 arráteis, o escrivão cinco, e cada mordomo arrátel e meio¹³⁷.

Manuel Gomes Correia, durante o tempo em que serviu por escrivão, pedia ao juiz 20 velas de cera, no valor de 8\$000 réis, a cada mordomo \$600 réis, o valor de libra e meia de cera, e o escrivão, de sua parte, dava 2\$000 réis. No entanto, a entrada do escrivão Caetano Fernandes Pimenta pôs a descoberto a inexistência de registos deste dinheiro e desconhecia o emprego do mesmo¹³⁸.

A confraria, para o gasto do ano inteiro, costumava alugar a cera e tochas a um cerieiro¹³⁹. A partir de 1787 a confraria comprava cera, tochas e círios para os funerais dos irmãos e o ornato da capela. A cera, produto bastante utilizado por estas associações, por vezes era assunto de conflito entre as confrarias e os cerieiros. A confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte pretendia realizar uma demanda contra um

¹³⁴ DGARQ/ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 3, 23, 41v.º, 65, 207v.º; DGARQ/ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 3, 21v.º, 39, 55v.º, 90, 106v.º, 119v.º, 134, 148, 162v.º, 173, 181, 205, 227v.º, 237. Os livros 5 e 6 referem-se às contas do convento entre 1809 a 1815 e 1815 a 1832, pelo que a comunidade franciscana poderá já ter acompanhado a procissão alguns anos antes de 1809.

¹³⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227.

¹³⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 7v.º.

¹³⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 229, fl. 10.

¹³⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. anexo ao fl. 35.

¹³⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 3-33v.º.

cerieiro, no entanto, não foi avante por já andarem outras pessoas com pleitos com o mesmo cerieiro¹⁴⁰. Entre 1765 e 1767 existem referências ao pagamento da cera, para o gasto de todo o ano, a Sebastião de Abreu (de Brito)¹⁴¹, que pertencia a uma família com tradição no ofício de cerieiro¹⁴². Em 1804, para o Natal, a confraria alugou a cera a Paulo António¹⁴³.

Em 1770, a confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte teve gastos em cera no acompanhamento de N.^a Sr.^a do Monte para a sua igreja¹⁴⁴.

Os gastos com a festa eram lançados, pormenorizadamente, numa conta avulsa, aquando da festividade¹⁴⁵. Estas despesas eram repartidas pelos elementos da Mesa, sendo a quarta parte paga pelo juiz, e o restante repartido pelo escrivão e mordomos. Como já referido, quando os juizes e mordomos não pagavam a parte que lhes cabia da festa, a confraria encarregava-se desta despesa, para não ser tão onerosa a contribuição dos irmãos¹⁴⁶. Nas despesas analisadas, entre 1765 e 1807, a confraria gastou com a festa 287\$347 réis, o que representa 4% do total.

O irmão andante recebia um ordenado de 7\$200 réis, entre 1765 e 1787, sendo 5\$200 réis pagos pelos irmãos da Mesa e os restantes 2\$000 réis pela confraria. Em 1787, na entrada do escrivão Caetano Fernandes Pimenta, este não entendia a razão que obrigava a confraria a despender 2\$000 réis para o referido irmão, quando desde há muito tempo eram 1\$800 réis¹⁴⁷, sendo pago deste ano até 1803 apenas este valor. O cargo do irmão andante era, pelo que se constata, muito trabalhoso ao longo do ano. A partir de 1804 só se sujeitaram a aceitar o cargo com um ordenado de 10\$000 réis, sendo 4\$800 pagos pela confraria e os restantes pela Mesa¹⁴⁸.

Cabia ainda à confraria o pagamento da aquisição e manutenção de ornamentos para a capela, descritas adiante.

¹⁴⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 8v.º.

¹⁴¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 3, 5 e 7v.º.

¹⁴² GOMES, 1987, «Arqueologia de um ofício: o cerieiro», p. 99. Sebastião de Abreu Brito era filho de Sebastião de Abreu e continuou a atividade do pai. Sebastião de Abreu (pai) exerceu a atividade de cerieiro entre 1696 e 1752, destacou-se em relação aos outros cerieiros da sua época, sendo o principal representante da profissão na Câmara do Funchal, já que aí ocupou diversos cargos: procurador dos mesteres e juiz do povo.

¹⁴³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 57v.º.

¹⁴⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 11v.º. Refira-se que N.^a Sr.^a do Monte foi eleita, a 13 de novembro de 1803, padroeira maior da diocese e menor da cidade do Funchal.

¹⁴⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. anexo ao fl. 35.

¹⁴⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 111.

¹⁴⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. anexo ao fl. 35.

¹⁴⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 59.

A Capela, Património Artístico e Ornamentos

A capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte, situada na nave, no lado do Evangelho, fronteira à capela do SS., é acedida por um portal, em pedra, em arco de volta perfeita, com base, pilastras e chave do arco salientes. O arco é encimado por um frontão curvilíneo em pedra, com vários frisos, contendo ao centro, em gesso ou pedra, motivos alusivos a N.ª Sr.ª da Boa Morte, nomeadamente um resplendor, sobreposto com um túmulo, um par de querubins e nuvens. Este portal de formato idêntico ao da capela do SS. e do arco triunfal, devem ter sido edificadas na mesma época, quando, em 1723, o pároco da igreja, Agostinho Cordeiro Bernardes, mandou levantar o arco cruzeiro e a capela-mor da igreja, com esmolas dos fregueses e devotos, considerando-se «o arco e capela mor tão bacho, que hera de facto considerável e por todos notado», e construir uma janela no frontispício «para ficar bem clara a igreja»¹⁴⁹.

Fig. 4 – Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte, Século XVIII



Fonte: fotografia do autor, 2020.

¹⁴⁹ ACEF, Paróquia de S. Pedro, *Livro da Fábrica Pequena da igreja de São Pedro do Funchal*, fls. 92v.º, 100. Em 1785 a confraria pagou 1\$800 réis a um pedreiro para «alimpar o arco, 3 dias com serventes» (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 31v.º).

Fig. 5 – Frontão no Arco da Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte (pormenor)



Fonte: fotografia do autor, 2020.

A entrada na capela, outrora, fazia-se por umas grades em madeira. Aquando da remodelação da capela na década de 70 do século XVIII, e posteriormente, realizaram-se vários consertos, tendo num deles se utilizado madeira de jacarandá¹⁵⁰. Com a extinção dos conventos, em 1834, as grades da capela de N.ª Sr.ª da Piedade, do convento de São Francisco, do Funchal, foram deslocadas e preparadas, em 1837, para servirem na capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte¹⁵¹. As grades, aquando da deslocação, foram «arranjadas» pelo mestre serralheiro José Rodrigues (20\$000 réis), tendo-se ainda gasto, entre outras despesas com as mesmas, 18\$600 réis com a pintura e douramento¹⁵². Atualmente não existe qualquer gradeamento, sendo visível, no dorso do portal e no pavimento, os orifícios de encaixe tapados. No dorso do portal ostentam-se duas molduras douradas, em madeira e gesso, a enquadrar espelhos, dos séculos XIX-XX, tendo na base dois castiçais elétricos.

¹⁵⁰ Em 1772 a confraria adquiriu «ferraje para a porta e beiras» (1\$450 réis), em 1773 realizou o dito conserto utilizando madeira de jacarandá (2\$500 réis), em 1774 pagou 3\$800 réis a um serralheiro «pela ferraje para as grades» e 3\$800 réis «ao carpinteiro de consertar as ditas». Em 1778 e em 1792 a confraria realizou consertos «nas grades da capela» (\$200 réis e 5\$320 réis) e em 1788 adquiriu «2 panos verdes e goarnisao, varões de ferro para as portas da capela» (5\$250) (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 15v.º, 20, 24v.º, 37, 42).

¹⁵¹ ABM, GC, l.º 720, fl. 69v.º-70, ABM, GC, l.º 721, fl. 79, 80v.º, 86.

¹⁵² ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 110. Ainda na deslocação das grades a confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte gastou 16\$600 réis com os «pedreiros que as tirarão e tornarão a colocar onde se achão», \$400 réis em «xumbo para caldear na cantaria» e 2\$500 réis com «serventes para tirar, conduzir ao serralheiro, e da tenda para a Igreja e ajudar a colocá-las». Na igreja de São Pedro, apenas a capela do SS., fronteira à da Boa Morte, possui um gradeamento em ferro.

Fig. 6 – Espelhos no Dorso do Portal da Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte



Fonte: fotografia do autor, 2020.

A 4 de fevereiro de 1770, «visto nao ser sufissiente o altar que de presente está na capella da dita Senhora da Boa morte para o culto e veneração que se deve a tao soberana senhora por ser obra ja muito antiga e algum tanto danificada [a Mesa da confraria decidiu que] se fizeçe de novo a capella»¹⁵³. Segundo reunião da Mesa, de 15 de agosto de 1792, «para a factura da capela se tinha destrutado muitos capitais no tempo do escrivão Manuel Gomes Correia [1767-1787], de que resultou demunirse o rendimento da confraria atual»¹⁵⁴. Para colmatar as despesas avultadas da ornamentação da capela, entre 1769 e 1771, a confraria arrecadou 571\$000 réis em capitais que tinha emprestado a juro¹⁵⁵, e em 1772 vendeu, como já foi mencionado, algumas das propriedades que possuía: a casa situada no Hospital Velho e as fazendas de Vasco Gil e de Água de Pena, respetivamente, por 200\$000 réis, 100\$000 réis e 33\$000 réis¹⁵⁶.

¹⁵³ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 57v.º.

¹⁵⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fl. 12v.º.

¹⁵⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 11, 12, 14.

¹⁵⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 16.

O «Mestre de Pintor desta cidade» do Funchal, João António Villavicêncio, fez e apresentou à Mesa da confraria um «risco» (projeto) para o «altar e ilhargas da dita capella de madeyra de castanho com algum taboado de cascinha do risco e obra mais moderna que de presente se usa com os intalhes, e lisos e mais obra que toda ella melhor consta do risco». A Mesa, a 4 de fevereiro de 1770, aceitou o «risco» e ajustou a obra com o referido pintor através de escritura de contrato e obrigação, celebrada, a 9 de fevereiro de 1770, no notário Bartolomeu Fernandes¹⁵⁷. O pintor devia «dar aviado de tudo em pau» de «madeira de castanho e pinho sem samago que será feito de itiladura», ou seja, devia entregar «o altar e lados da capela» no respeitante à obra de carpinteiro e entalhador e estar «pósta e perparáda no Altar no mes de Julho do anno de mil sete sentos setenta e hum», recebendo por tudo 600\$000 réis. No dia da realização do contrato recebeu uma prestação de 100\$000 réis em «dinheiro de contado moeda corrente nesta Praça»; o restante seria pago à medida que os oficiais fossem executando a obra¹⁵⁸.

As pequenas obras complementares de decoração da capela prolongaram-se até 1774¹⁵⁹. No período que durou a ornamentação da capela, entre 1770 e 1774, a confraria gastou nas obras 1716\$271 réis, o que correspondeu a 70% das despesas totais da confraria nestes cinco anos, enquanto que desde 1765 a 1769 e de 1775 a 1807, em obras, ornamentos e manutenção da capela, gastaram-se 1.209\$004 réis, o que corresponde a 17% da totalidade das despesas. No total, em obras e manutenção da capela e confraria, de 1765 a 1807, gastaram-se 2.925\$275 réis, equivalentes a 39% das despesas totais da confraria neste período (*vide* gráficos 5 e 6).

«Os intalhes e lisos» referidos no risco apresentado à Mesa são visíveis no retábulo, ou seja, existe um equilíbrio entre o trabalho de talha e carpintaria, com as superfícies planas e lisas a proporcionarem uma leveza formal ao conjunto da capela. João António Villavicêncio projetou uma «obra mais moderna que de presente se usa»¹⁶⁰ ao gosto Rococó, demarcando-se das soluções abundantemente preenchidas da época barroca.

¹⁵⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fls. 57v.º-60.

¹⁵⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fls. 57v.º, 58v.º. No Funchal circulavam vários tipos de moeda. Por exemplo, em setembro de 1794 foi proibido o dinheiro «Maxicano» (mexicano), tendo a confraria nesta moeda a quantia de 42\$450 réis, que pesada valeu em prata 22\$750 réis (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 46).

¹⁵⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 11v.º-20.

¹⁶⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 57v.º.

Fig. 7 – Retábulo da Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte, risco de João António Villavicêncio, risco de 1770 e execução da talha entre 1770-1771



Fonte: fotografia do autor, 2014.

Fig. 8 – Pormenores da Talha do Retábulo da Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte



Fonte: fotografia do autor, 2020.

O retábulo é de planta côncava, em talha dourada, de três panos, sendo o central ocupado pela pintura alusiva a N.ª Sr.ª da Boa Morte, com moldura de recorte curvilíneo ricamente decorada e encimada por dossel decorado com largas ramagens em rendilhado, e os laterais com nichos, com mísulas e baldaquinos, enquadrando esculturas de São Joaquim e Santa Ana. A predela enquadra, ao centro, um túmulo com uma imagem escultórica de N.ª Sr.ª da Boa Morte, deitada e de mãos postas, com vestido branco e manto azul (140 cm de comprimento e 34 de altura, a imagem; 210 x 98 cm, a urna), referida no inventário de setembro de 1803 como uma «imagem de N. Sr.ª da Boa Morte com todos os seus ornatos vestidos, colocada no tumulo na banqueta do Altar da sua capela», com os acessórios de «hum cortinado de chita dourada que serve no tumulo, hum veio com ramos de uso da imagem, outro dito

de garça veylho»¹⁶¹. Em 1804 foram adquiridos vários tecidos ricos para a confecção dos acessórios de N.ª Sr.^a¹⁶², e em 1805-1806 foi mandado vir de Lisboa um coxim com ramos, galões e pinhas de ouro (por 19\$182 réis)¹⁶³. O túmulo é dourado, simétrico, liso na parte inferior e com uma moldura ondulante decorada com sinuosos motivos fitomórficos, *rocailles*, e uma cartela central, tudo ao gosto Rococó. O interior do túmulo é revestido com tecido púrpura, ficando visível para o exterior através de um vidro.

Fig. 9 – Túmulo de N.ª Sr.ª da Boa Morte, na Banqueta do Altar



Fonte: fotografia do autor, 2020.

A separação entre os tramos é delimitada por colunas torsas de sete espiras, com o fuste liso na parte convexa e uma fina grinalda de motivos florais e vegetalistas na parte côncava. As colunas apresentam capitéis de ordem compósita (folhagens

¹⁶¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55. O cortinado da cama de N.ª Sr.ª foi comprado, em 1789-1790, a António João Macedo (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 39).

¹⁶² ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 58-58v.º. Tecidos adquiridos: «6 côvados de setim da India para a alcatifa da Imagem da Sr.ª da Boa Morte a 2000 – 12\$000; 9 côvados de Cabaia Cor de Rosa para forro 9\$000; 6 varas de Esguião para entre forro da dita 2\$400; Baleya para as seis persilhas \$200; 28 e ½ oitavas de galão de ouro, comprado em casa de Manuel Rodrigues para guarnição da dita 17\$100; retrozes branco azul amarelo cor de roza para a dita alcatifa e a mais obra 300; 5 côvados e hua quarta de Cabaya azul de que se fes o colção novo para o tumulo 5\$250; 5 côvados e ½ de Riscado para fronha da dita colção a 200 1\$100; 6 e ½ côvados de garça de seda para hum veo trasparente que cobrise a Sagrada Imagem, e se gosase a vista da mesma, a 600 3\$200; fitas de diferentes cores e qualidades para guarnição do colção, veo, e Alcatifa 2\$150; feitio dito da esta obra custureyra 3\$600». Em 1773 gastaram-se 4\$350 réis em «renda de ouro para o vestido da Senhora» (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 19v.º).

¹⁶³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 63. As comissões, câmbios, despachos, fretes e outras despesas importaram em 7\$672 réis.

de acanto e volutas) e assentam, na predela, em estilóbatas salientes. O entablamento é contínuo nos tramos laterais, apresenta ressaltos na direção das colunas e é curvilíneo no tramo central, onde é interrompido pelo dossel.

O retábulo é rematado por frontão quebrado, possuindo ao centro uma cartela decorada com motivos «rocailles» e vários «Cs» vegetalistas. Lateralmente, o frontão apresenta motivos florais e aletas. Nos ornamentos do retábulo prevalecem cartelas, motivos vegetalistas e florais em grinalda e em ramo, concheados, torçais, «Cs» e «Ss» que, embora dispostos de modo simétrico, conferem dinamismo.

O entablamento do retábulo prolonga-se, de modo contínuo, pelas paredes laterais da capela, com ressaltos na direção das pilastras. As pilastras, decoradas com motivos padronizados, apresentam capitéis idênticos aos das colunas do retábulo e na direção da predela, com mísulas abauladas prolongando-se, inferiormente, as centrais, de modo piramidal, até ao nível do pavimento do altar.

Fig. 10 – Parede Lateral da Capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, Lado do Evangelho



Fonte: fotografia do autor, 2020.

Fig. 11 – Parede Lateral da Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte, Lado da Epístola



Fonte: fotografia do autor, 2020.

As pilastras dividem as paredes laterais em três faixas ocupadas na parte superior, no lado da Epístola com três pinturas, e no lado do Evangelho com duas pinturas e um nicho central, num aproveitamento de uma reentrância de uma antiga janela¹⁶⁴. O nível inferior, nos dois lados, é rasgado após o arco de entrada na capela por duas portas, que ligam a dependências laterais e ao púlpito, encimadas por um

¹⁶⁴ Em 1770 foram adquiridos 16 vidros, a \$200 réis, para a vidraça e fresta (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 12v.º). Em 1772 foram gastos \$400 réis em ferragem para a janela e foram pagos 20\$600 ao «vigário por um portal de cantaria de pedra rija para a janella, e de andar com o pavimento do Altar que fora calarca, e pagamento aos pedreiros, serventes, e 1 dúzia de taboado para baixo do Altar» (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 15v.º e 16v.º). Na «janela da casinha», possivelmente onde se guardavam as alfaias, ou na casinha dos Arrifes, em 1771, fora gastos 4\$600 réis com o custo da grade de ferro (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 13v.º).

apontamento em talha e ladeadas por duas molduras com pinturas imitando azulejo azul e branco. As molduras repetem-se, embora uma em cada faixa, nas faixas central e na próxima ao altar. As molduras, de recorte curvilíneo, são decoradas nas partes inferior e superior com cartelas envoltas de motivos em «C», folhagens e bordas de concheado.

A capela, nalgumas partes lisas, como no entablamento, sancas das paredes laterais, nicho da parede lateral, fundo dos nichos laterais do retábulo e partes laterais das mísulas destes nichos, é pintada de modo seguro e esboçado com *rocailles* e motivos vegetalistas e florais, em tons de dourado, vermelho e azul, idênticos aos da linguagem da talha.

Fig. 12 – Pintura Decorativa no Nicho da Parede Lateral da Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte



Fonte: fotografia do autor, 2020.

No teto, em abóboda de berço, estucado e pintado, utilizaram-se, em 1772, materiais como: «estruque para o teto, cal, gesso, areia e féria dos oficiais 15\$450». Em 1812-1813 a confraria gastou 115\$650 réis «em retocar o tecto da capela fingindo estuque, e de pintar toda a capela»¹⁶⁵. O teto possui ao centro uma claraboia com moldura em cantaria, atualmente revestida e pintada com uma dupla moldura, a central circular e a exterior de recorte irregular. Do centro da claraboia suspende-se o lampadário. No teto, nas bermas, nomeadamente nos vértices e nas partes intermédias, com recortes curvilíneos, foram pintados, a branco sobre fundo azul claro, vários motivos vegetalistas e *rocailles* dispostos em «C» e de modo simétrico.

Fig. 13 – Teto da Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte



Fonte: fotografia do autor, 2020.

¹⁶⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 16v.º, 72.

Fig. 14 – Frontal da Mesa do Altar da Capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, Século XX



Fonte: fotografia do autor, 2014.

O atual frontal do altar, executado em talha, provavelmente na primeira metade do século XX, encontra-se ornamentado com motivos florais e torçais a emoldurar a inscrição «A.[Ave] M.[Maria] / ROGAE POR NÓS». Aquando da construção da capela, foi construído um novo frontal, tendo a confraria pago a João António (Villavicêncio) 20\$000 réis «por pintar o frontal». Foram ainda gastos: 1\$650 réis por «taboas para o dito frontal»; 1\$200 réis «ao carpinteiro e grude»; 9\$600 réis em «ouro 8 livros para o dito frontal»; 1\$350 réis em «lançaria para o dito 4 varas»; \$200 réis em grude; 1\$200 réis em «baeta para cobrir o frontal 3 côvados»; \$400 réis ao «serralheiro para tranquetas para o frontal»; e ainda 15\$000 réis ao pintor «por conta do dito frontal»¹⁶⁶. Em 1803 foi feito um novo frontal, importando: em madeira, 5\$030 réis; pelo feitio, 1\$930 réis; em ouro, 3\$000 réis; em «seis varas de lancaria que pedio o pintor José Jacinto para forro do frontal [...] para não pintar sobre a madeira», 2\$400 réis, em «preguinhas de falezia para segurar a dita lancaria e grude para a unir», \$400 réis; ao «mesmo pintor para tintas a conta do seu mesmo ajuste», 4\$000 réis; e «ao pintor José Jacinto de o pintar 6\$000 réis»¹⁶⁷. Este frontal, no inventário dos bens da confraria, de 5 de setembro de 1803, é referido como um frontal de «madeira com ouro e matises», reportando-se aos dourados e coloridos empregues, como podemos constatar em outros frontais ainda existentes na Madeira, a imitarem tecidos de brocado. Neste inventário menciona-se ainda a existência de outros dois frontais: um «de seda roxa usado»,

¹⁶⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 20v.º.

¹⁶⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 54, 57v.º.

outro «de seda branco usado» e ainda um «pano de baeta que cobre o frontal dourado»¹⁶⁸. Em 1807-1808, o pintor Francisco António da Silva recebeu pelo feitiço de dois frontais 32\$000 réis¹⁶⁹.

Na obra de talha e carpintaria, de decoração da capela, foram empregues madeiras, chaprões e tabuado¹⁷⁰ de castanho¹⁷¹, casquinha¹⁷², pinho¹⁷³ e vinhático¹⁷⁴.

Nos primeiros anos das obras de decoração da capela, relativas às contas de 1770 a 1772, encontramos despesas relacionadas, sobretudo, com pedreiros e serventes, cal, pedra, carpinteiros, entalhadores, madeiras e com o pintor João António Villavicêncio, que dirigiu a obra. No ano seguinte, em 1772-1773, realizam-se obras complementares em talha, douramentos e a pintura dos quadros¹⁷⁵.

Nestas obras trabalharam vários mestres que, durante os finais do século XVIII e inícios do século XIX, estiveram em atividade em outras igrejas e capelas da Madeira. O principal responsável, como já vimos, foi João António Villavicêncio, natural das Canárias, de Tenerife, que se radicou na Madeira na década de 40 do século XVIII, na freguesia de São Pedro, onde residiam na época muitos entalhadores e pintores. Foi um grande empreendedor de obras, tanto a nível de pintura, como também de talha, carpintaria e pedraria, chegando a desempenhar o cargo de mestre das obras reais, entre 1781 e 8 de agosto de 1796, data da sua morte, o que foi inédito na Madeira, pois até então o titular do cargo provinha dos mestres pedreiros e carpinteiros relacionados com a área da fortificação. Foi sepultado na igreja de São Pedro, deixou por testamenteiro o carpinteiro José Rodrigues

¹⁶⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55v.º.

¹⁶⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 67. Os frontais não foram feitos na igreja porque foram pagos \$100 réis a um servente que os conduziu para a igreja. Francisco António da Silva morava no Beco dos Aranhas e entrou na confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte, em 1809, pagando \$600 réis (ABM, GC, CNSBM, l.º 240). Em 1767-1768, a confraria gastou: 2\$100 réis em «pelles para o Altar»; \$200 réis «ao surrador de surrar as ditas pelles»; \$500 réis em «lançaria 2 e ½ varas para forro das ditas»; \$500 réis em «tafetá 1 côvado para as ditas»; e \$450 réis em «fita e retros para as ditas» – parecendo estas despesas estarem relacionadas com um frontal em pele.

¹⁷⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 13v.º. Em 1772, 1,5 dúzias de tabuado custaram 10\$290 réis.

¹⁷¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fls. 57v.º, 58v.º.

¹⁷² ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 57v.º; ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 13v.º. Em 1771 foram pagos \$150 réis pelo carro de tabuado de casquinha.

¹⁷³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 11v.º, 12v.º, 14v.º. Em 1771 foram comprados dois chaprões por 2\$660 réis. 48 chaprões de pinho foram comprados a Alex Gordon por 83\$210 réis.

¹⁷⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 15v.º. Em 1772 foram adquiridos dois chaprões.

¹⁷⁵ Em 1773, para dourar a capela, a confraria despendeu 269\$075 réis em livros de ouro e verniz (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 18v.º, 20).

(Gonçalves) e solicitava que «quer mais que o seu testamenteiro lhe mande buscar a Lisboa hua Imagem de Santa Bárbara bem feita e estufada o melhor que se puder fazer e de boa madeira com olhos de vidro e do tamanho daquella que se acha colocada no Altar de N.^a S.^a do Calhau e será levada com toda a decencia e ahi ficará perpetuada [na igreja de São Pedro?]]»¹⁷⁶.

Na capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, João António Villavicêncio, além da pintura do frontal já referido e apresentação do risco da obra de talha e coordenação de todo o trabalho, realizou com os mestres da sua oficina o douramento do altar, pois em 1771 recebeu, entre outros pagamentos, 10\$000 réis à «conta de dourar o altar»¹⁷⁷, no entanto, as grandes despesas com o douramento realizaram-se em 1772 e 1773.

Em 1770, João António Villavicêncio recebeu 14\$000 réis «por pintar o coadro do Altar», colocado ao centro do retábulo¹⁷⁸. Na pintura representa-se o episódio da Dormição de Maria, ocorrido por volta do ano 42 da nossa era e que originou o culto a N.^a Sr.^a da Boa Morte. Maria está ao centro da composição, deitada na cama com a cabeça inclinada e é amparada por João, apóstolo com quem tinha uma relação próxima. As duas personagens são envoltas pelos restantes apóstolos, com os rostos em lágrimas, que preenchem toda a largura da composição. Segundo a tradição, os apóstolos foram milagrosamente transportados até casa de Maria para estarem com Ela na hora da transição para a vida eterna. Em primeiro plano, no lado direito, do observador, está uma figura com lágrimas, com uma mão no queixo e a outra com um livro entreaberto. Ao fundo da composição, na parte superior, representa-se o túmulo de Maria e um céu com nuvens escuras, que se abrem ao centro, a antever a Assunção de Maria ao Céu. Maria destaca-se das outras figuras pela sua posição central, disposta na oblíqua, com a cabeça inclinada para o lado oposto, e pelos mantos claros que envolvem a cabeça. O fundo escuro da composição realça as outras personagens, modeladas sem grande contraste claro/escuro.

¹⁷⁶ ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, l.º 11, 1796.08.08, fl. 163. Anote-se, a propósito do carpinteiro José Rodrigues Gonçalves que, em 27 de março de 1788, aquando da morte do filho, Diogo, referia-se que este foi sepultado na igreja de São Pedro do Funchal e o pai «não deu a esmola costumada por ter servido gratuitamente a esta igreja no seu ofício de carpinteiro» (ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, l.º 10, fl. 77).

¹⁷⁷ ABM, *GC*, CNSBM, l.º 227, fl. 13v.º.

¹⁷⁸ ABM, *GC*, CNSBM, l.º 227, fl. 12v.º.

Figs. 15 e 16 – Pintura e Pormenores: *Dormição de Maria*, óleo sobre tela, oficina de João António Villavicêncio, 1770



Fonte: fotografia do autor, 2020.

João António Villavicêncio, em 1770 e 1771, recebeu da confraria diversas verbas para pagamentos aos oficiais que trabalharam na obra¹⁷⁹. Um deles foi o veterano entalhador Julião Francisco Ferreira, natural dos Açores, ativo na Madeira entre a década de 1730 e o ano da sua morte, em 1771¹⁸⁰, que ficou por fiador do contrato realizado entre João António Villavicêncio e a confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte. Julião Ferreira, entalhador principal desta obra, recebeu da confraria, em 1770, por ordem de João António Villavicêncio, pelo menos 66\$300 réis em seis parcelas, e no ano seguinte 10\$000 réis¹⁸¹.

Em 1772 a confraria gastou 120\$000 réis em «ouro para a capela» e, no ano seguinte, 149\$075 réis em «200 livros de ouro e 9 garrafas de verniz para dourar a capela»¹⁸². José da Costa recebeu, em 1772, 3\$000 «por conta do seu trabalho» e, em 1773, 20\$000 réis «pelo resto da obra da capela». No ano de 1772 consta o pagamento a «José António pintor, 3\$000», existindo neste ano outros pagamentos «ao pintor em parcelas», que ascendem aos 30\$000 réis, precedentes de trabalhos de douramento e pintura decorativa¹⁸³. José da Costa e José António poderão ser o mesmo mestre. O pintor José António, de nome completo José António da Costa, natural das Canárias, era cunhado de João António Villavicêncio, pois casou com uma irmã deste, Maria Josefa/Encarnação Villavicêncio. O pintor José António da Costa, já em 1749, aquando de uma informação sobre o retábulo-mor da igreja de São Pedro, do Funchal, era referido pelo Provedor da Fazenda do Funchal como um pintor que «nesta Ilha tem feito algumas obras de sua arte com perfeição», e até aos anos 80 realizou algumas obras importantes como na igreja de São Jorge, em Santana, e o douramento da capela do SS. da Sé do Funchal¹⁸⁴.

Por outro lado, João António Villavicêncio, casado com Catarina Delfina do Sacramento, era cunhado do pintor António da Trindade da Cruz, por este ter casado

¹⁷⁹ Entre os vários pagamentos com os materiais e salários relacionados com a obra, como grude, alvaiade, gesso, cal, lenha e giesta para cozer o gesso, beiços (focinho) de vaca e «tabocos» para cola, óleo, vermelhão, carmim, flor de anil e verniz, além das madeiras, pregos, pregos de meio telhado, livros de ouro e prata, também consta carne, farinha, trigo, beiços [de bovino], bolo, bacalhau, açúcar mascavado para a alimentação dos mestres (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 11v.º, 12v.º, 13v.º, 16v.º).

¹⁸⁰ Sobre a sua obra *vide* LADEIRA, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó [...]*, pp. 70-73; LADEIRA e RODRIGUES, 2011, «A Igreja de Nossa Senhora da Graça, Parte II [...]».

¹⁸¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 228, fl. 58v.º. ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 11v.º, 13v.º. Existem outros valores em pagamentos, que se presume serem pagamentos a este entalhador, no entanto não estão especificados.

¹⁸² ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 18v.º, 20. Aquando da compra dos 200 livros de ouro e nove garrafas de verniz foram gastos ainda em «direitos no Consulado e um caixão frete para bordo e mais despesas 8\$520; commição a quem fez o emprego 7\$453; premio seguro e apolisse 3\$640; avansso do dinheiro 59\$040», importando tudo em 227\$728 réis.

¹⁸³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 16v.º, 18v.º, 20.

¹⁸⁴ Sobre a sua obra *vide* LADEIRA, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó [...]*, pp. 194-197.

com Inácia Maria da Encarnação, irmã da esposa, ambas filhas de Manuel António Garcês, irmão de Diogo Filipe Garcês – mestre das obras reais entre 1727 e 1740. A relação próxima destes três pintores e a proximidade a outros pintores, entalhadores e carpinteiros fazia com que este grupo dominasse grande parte das obras realizadas na Madeira na segunda metade do século XVIII.

Nas obras da capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, entre 1771 e 1773, existem pagamentos a outros mestres. O carpinteiro Sebastião Ferreira recebeu «de fazer as banquetas \$350 réis» e ainda mais \$500 réis¹⁸⁵. O mestre João Nóbrega, em 1771, recebeu 10\$100 réis e, em 1773, 10\$800 réis, em várias parcelas, de salário, incluindo o seu discípulo¹⁸⁶. Em 1772 o mestre Manuel João recebeu 9\$000 réis «à conta do seu ajuste»¹⁸⁷. No que toca a trabalho de carpintaria, o mestre Estêvão Teixeira de Nóbrega (1746-1833), um dos entalhadores mais laboriosos na Madeira, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, e mestre das obras reais entre 1810 e 1833, recebeu 2\$000 réis em 1771¹⁸⁸.

O pintor madeirense Nicolau Ferreira (n. 1731, ativo entre c. 1754 – c. 1800), que executou inúmeras pinturas para igrejas e capelas da Madeira, sobretudo relacionadas com a temática da Virgem Maria e de Jesus¹⁸⁹, recebeu, em 1772, 65\$200 réis da confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte, conforme o averbamento «Nicolau Ferreira Pintor, por mas 6 coadros da capella», tendo ainda a confraria gasto 6\$150 réis em «lançaria para os ditos quadros»¹⁹⁰. Nenhuma das pinturas se encontra assinada. Nesta verba depreende-se que Nicolau Ferreira já tenha feito algum trabalho de pintura na capela, pois escreveu-se «por ma[i]s», e foram seis pinturas. Nas paredes laterais da capela estão cinco pinturas alusivas à vida de N.^a Sr.^a e ao centro do altar está uma pintura já mencionada aquando de um pagamento de 14\$000 réis a João António Villavicêncio. Será que Nicolau Ferreira realizou outra pintura, por exemplo, para ser colocada na zona da janela da parede lateral/nicho, encontrando-se, entretanto, desaparecida?

Nos pagamentos de 1773 um pintor (Nicolau Ferreira?) recebeu «por conta dos quadros» e por «conta dos painéis» em várias adições, 23\$600 réis, quando também

¹⁸⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 13v.º, 16v.º.

¹⁸⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 13v.º, 18v.º.

¹⁸⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 15v.º.

¹⁸⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 13v.º.

¹⁸⁹ Sobre a sua obra *vide*: CLODE, [1952], «O nome completo do pintor Nicolau Ferreira [...]», p. 38; SAINZ-TRUEVA, 1990, «Presença de Nicolau Ferreira [...]», pp. 201-203; LADEIRA, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó* [...], pp. 209-217; RODRIGUES, 2016, «ferreira, nicolau».

¹⁹⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 17v.º.

foram gastos em «lançaria 6 e $\frac{3}{4}$ varas» 2\$700 réis, em vermelhão 1\$000 réis, em carmim \$700 réis, em alvaiade 2\$400 réis, em verniz, uma garrafa e meia, 4\$500 réis, em «óleo para os ditos» \$400 réis, em «flor de anil para a capela» \$700 réis e em «flor de anil para os coadros» \$700 réis, devendo ser relativas, em parte, às despesas dos painéis inferiores das paredes laterais, onde se representam em tom de azul anil vastas paisagens com montes, mar, árvores, flores, templos, barcos, pássaros a voar, contendo os quatro painéis, de maiores dimensões, anjos meninos, de corpo inteiro, segurando faixas.

Figs. 17 a 20 – Pinturas e Pormenores, de Anjos e Paisagens, óleo sobre madeira, paredes laterais da capela, 1772-1773



Fonte: fotografia do autor, 2020.

Nas cinco pinturas das paredes laterais, com temática de N.^a Sr.^a, representam-se, no lado do Evangelho, a partir da entrada, *Os Esponsórios* e *A Anunciação do Anjo* e, no lado oposto, *A Apresentação de Maria no Templo*, *O Nascimento de Maria* e *A Imaculada Conceição*.

Os Esponsórios representa a cena de Maria, quando por volta dos 14 anos de idade, o Sumo Sacerdote juntou os descendentes da casa de David com o objetivo de escolher um deles para casar com Maria. José foi o escolhido, porque o Espírito Santo, ao descer em forma de pomba, provocou o florescimento de um ramo que trazia na mão, de acordo com a profecia de Isaías e conforme a Lenda Dourada. Nicolau Ferreira representou a cena, num interior arquitetónico clássico, no momento mais importante da cerimónia, com o Sacerdote ao centro a unir as mãos da Virgem Maria e de São José e a selar o compromisso. N.^a Sr.^a é ladeada por duas mulheres e São José segura o cajado com uma açucena e é ladeado por um homem com um cajado. N.^a Sr.^a usa um vestido avermelhado sobreposto por outro branco com um manto azul e São José botas castanhas e roupa de cor violeta com um manto castanho.

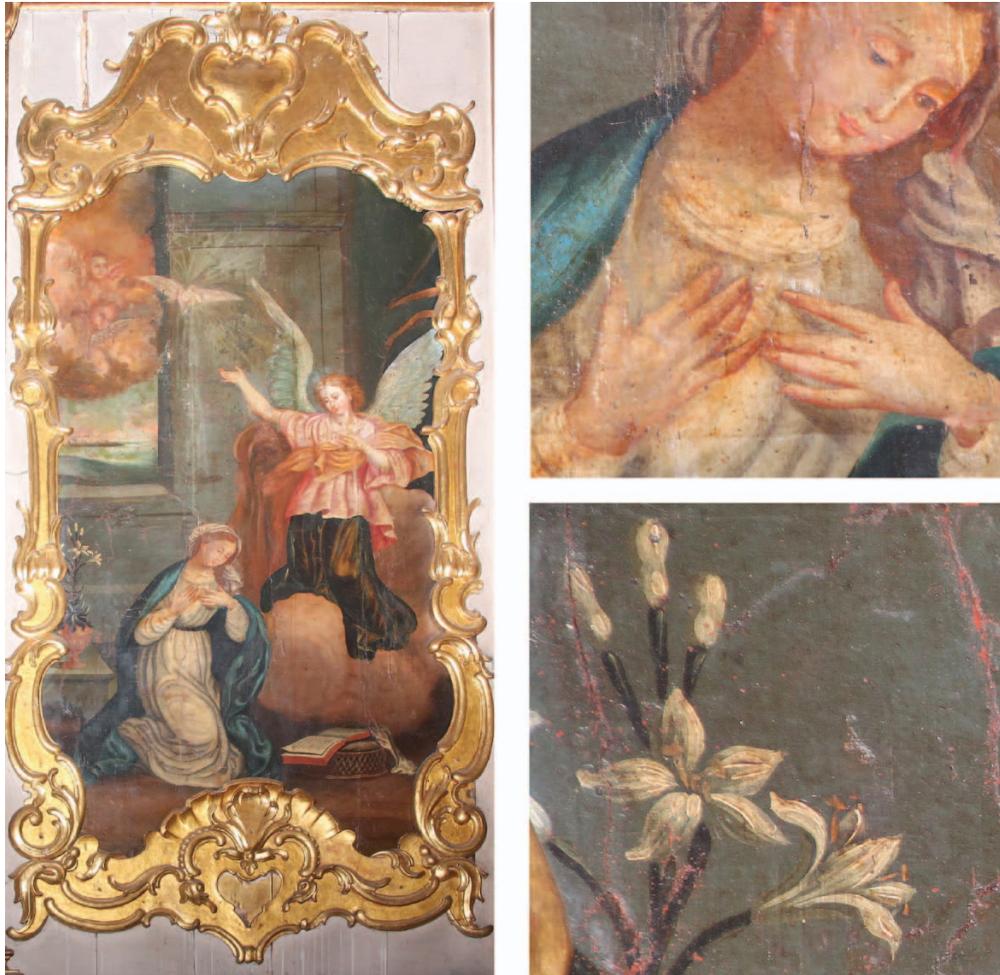
Figs. 21 a 23 – Pintura e Pormenores: *Esponsórios*, óleo sobre tela, Nicolau Ferreira, 1772



Fonte: fotografia do autor, 2020.

Na *Anunciação do Anjo*, uma cena de interior, representa-se uma janela com vista para uma paisagem com mar e céu, de onde surgem nuvens com dois querubins e a pomba do Espírito Santo. Do lado direito, do observador, surge o Arcanjo São Gabriel, segurando o cetro que o identifica como mensageiro divino, e no lado oposto, a Virgem Maria, de joelhos, com vestido branco e manto azul, aceita a mensagem de ser a Mãe de Jesus. A Virgem Maria é ladeada por um vaso com uma açucena, símbolo de Maria, e um livro aberto, associado à sabedoria e matéria fecunda.

Figs. 24 a 26 – Pintura e Pormenores: *Anunciação do Anjo*, óleo sobre tela, Nicolau Ferreira, 1772



Fonte: fotografia do autor, 2020.

Em *A Imaculada Conceição*, a Virgem Maria é representada com as vestimentas tradicionais, vestido branco e manto azul, sobre raios de luz, é cercada de anjos e nuvens alaranjadas, coroada por doze estrelas e assenta sobre um crescente lunar, símbolo da castidade. Na base, está um globo, simbolizando o mundo inteiro e uma cobra/monstro

com uma maçã na boca, representando a serpente no Jardim do Éden e a vitória de Maria sobre o diabo.

Figs. 27 a 29 – Pintura e Pormenores: *Imaculada Conceição*, óleo sobre tela, Nicolau Ferreira, 1772



Fonte: fotografia do autor, 2020.

Na pintura *A Apresentação de Maria no Templo*, as personagens são integradas num interior arquitetónico, onde Maria é apresentada ao Sacerdote no cimo de seis degraus, acompanhada de seus pais, São Joaquim e Santa Ana. Estes não podiam ter filhos e, em agradecimento do nascimento de Maria, levaram-na ao Templo, em Jerusalém, para a consagrar a Deus, e ali permaneceu, segundo a tradição, para se

preparar para ser a Mãe de Deus, até ser confiada a José. No lado direito da pintura, senta-se nos degraus uma mulher com um bebé ao colo.

Figs. 30 a 32 – Pintura e Pormenores: *Apresentação de Maria no Templo*, óleo sobre tela, Nicolau Ferreira, 1772



Fonte: fotografia do autor, 2020.

Em *O Nascimento de Maria*, mais larga que as anteriores, em primeiro plano é dado o primeiro banho a Maria. Dois anjos seguram toalhas, uma mulher segura Maria e dá-lhe banho, outra verte água de um jarro sobre Maria caindo a água sobre uma bacia e outra ainda aquece ou seca uma toalha sobre uma bacia com brasas. Em segundo plano, mas não menos importante na composição, destaca-se uma majestosa cama com dossel azul, onde está sentada Ana, que acabou de dar à luz, acompanhada, na berma, do lado oposto, por um homem com um livro.

Figs. 33 a 35 – Pintura e Pormenores: *O Nascimento de Maria*, óleo sobre tela, Nicolau Ferreira, 1772



Fonte: fotografia do autor, 2020.

Estas pinturas seguem gravuras e pinturas europeias, cujos modelos circulavam entre as oficinas. Nicolau Ferreira recorre às composições convencionais dentro de moldes clássicos, visíveis nos cenários arquitetónicos, nos panejamentos e nas neblinas dos fundos. As figuras são dispostas de modo estático. Na cor, predomina nas nuvens uma paleta em tons ocres, castanhos e laranjas e nos panejamentos um colorido intenso sobressaindo os brancos, azuis, vermelhos e rosas.

As pinturas e esculturas eram cobertas durante as cerimónias da Semana Santa e na Quaresma¹⁹¹. Em 1803 foi gasto dinheiro «para hua pua de lancaria para os profetas

¹⁹¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 23v.º, 41, 43, 44, 54. Em 1777 gastaram-se 9\$600 réis em 24 côvados de «bertangil para cobrir os quadros na quaresma». Em 1791 existem referências ao pagamento, de \$100 réis, ao armador por cobrir a capela na Semana Santa e em 1793 e 1794 o pagamento de \$200 réis a quem cobre os painéis do lado da capela. Entre 1795 e 1802 foram pagos 2\$200 réis.

10\$500», «por o trabalho de pintar os ditos 24\$000» e «de quem coseu os Profetas \$800». No inventário de setembro deste ano assinalam-se «seis panos de cobrir os retábulos com Profetas pintados em morte cor»¹⁹². Estes panos parecem referir-se aos que cobriam os painéis na Semana Santa, sendo os profetas uma alusão ao Sacerdote presente nas pinturas *Os Esponsórios* e *A Apresentação de Maria no Templo*.

Estando a capela, em 1774, ornamentada decentemente para os rituais do culto e veneração dos fiéis a N.^a Sr.^a, nos anos seguintes a confraria adquiriu algumas peças cultuais, de adorno e de imaginária.

Em 1781 a confraria tinha despendido 18\$450 réis para a feitura das imagens, uma de São Joaquim e outra de Santana, para o «nicho» de N.^a Sr.^a, as quais porém não se fizeram por falecimento de quem recebeu o dinheiro ou do mestre que estava encarregado de fazê-las¹⁹³. A Mesa da confraria, em 15 de agosto de 1804, aprovou que se mandasse vir de Lisboa duas imagens, de São Joaquim e São José, para o ornato dos nichos da capela, tendo ainda aprovado o conserto da casa da sacristia «por estar incapas de guardar os ornatos da confraria»¹⁹⁴.

Atualmente, nos nichos do retábulo encontram-se duas esculturas barrocas, uma de São Joaquim (61 cm de altura, sem peanha) e uma de Santa Ana (82 cm de altura), ambas de inícios do século XIX, segundo a informação citada, embora apresentem características de finais do século XVIII.

Num nicho está a escultura de São Joaquim ricamente calçado com botas azuis e vestido com indumentária azul e vermelha com apontamentos padronizados em dourado feitos a pincel e a punção. São Joaquim tem uma peanha nos pés e um resplendor de prata na cabeça, faltando o bordão.

¹⁹² ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 54, 55v.º.

¹⁹³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, Livro de Receitas e Despesas, fls. 24v.º, 27v.º.

¹⁹⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fl. 24.

Fig. 36 – São Joaquim, Escultura, madeira dourada e policromada, finais do século XVIII – inícios do século XIX



Fonte: fotografia do autor, 2020.

No nicho do lado oposto está a escultura de Santa Ana, com panejamentos também ricamente trabalhados com ornatos florais (rosas), em dourado sobre vestido vermelho e véu e túnica ocre e esverdeada. Santa Ana tem ao colo Maria segurando um livro na mão.

Fig. 37 – Santa Ana, Escultura, madeira dourada e policromada, finais do século XVIII – inícios do século XIX



Fonte: fotografia do autor, 2020.

Da invocação de São José está, num nicho do retábulo do altar-mor da igreja de São Pedro, uma escultura que data da época atrás referida e que poderá reportar-se à imagem citada.

Fig. 38 – São José, Escultura, madeira dourada e policromada, altar-mor da igreja de São Pedro; finais do século XVIII – inícios do século XIX



Fonte: fotografia do autor, 2020.

A escultura de Santa Ana, que está no nicho da parede lateral da capela lateral, é do século XVII, de oficina portuguesa, com 87 cm de altura, policromada e dourada, provavelmente proveniente dos primórdios da capela, instituída no século XVII, ou de outro espaço. Santa Ana com a mão esquerda segura Maria, de dimensões

proporcionalmente reduzidas e que contém um livro aberto, e com a outra mão ajuda Maria a segurar o livro. A escultura apresenta panejamentos decorados com padrões florais quadriculados e um rico padrão de rosas e folhas verdes sobre manto cor-de-rosa.

Fig. 39 – Santa Ana, Escultura, madeira dourada e policromada, século XVII



Fonte: fotografia do autor, 2020.

A escultura de São Joaquim e as duas imagens de Santa Ana estiveram patentes numa exposição de arte sacra organizada no convento de Santa Clara, no Funchal, em 1954¹⁹⁵.

A confraria possuía ainda uma imagem de vulto de N.^a Sr.^a da Boa Morte e outra de N.^a Sr.^a da Assunção¹⁹⁶.

Em 1793 foi construído um esquife para N.^a Sr.^a. No feitio do mesmo trabalharam o carpinteiro José dos Reis (12\$400 réis), o entalhador Miguel Francisco (17\$000 réis) e o dourador/pintor António Fernandes (11\$000 réis), gastando-se 11\$000 réis em 9 livros de ouro, 1\$750 em tecido de brim para tapar o esquife e 1\$400 nas almofadas¹⁹⁷. No inventário de setembro de 1803 é mencionado o esquife de N.^a Sr.^a «com 4 perquilhas» (quatro persilhas), «um caixão de seda branco do esquife da Senhora; outro dito de tafetá bem veylho que está na Imagem; dous traviceyrinhos na dita imagem»¹⁹⁸.

O túmulo que servia na festividade do tríduo de N.^a Sr.^a estava ficando incapacitado para as suas funções¹⁹⁹, e para maior comodidade da Senhora, a Mesa da confraria, a 25 de janeiro de 1795, ajustou por 160\$000 réis com o mestre Estêvão Teixeira de Nóbrega a realização de um novo, em madeira entalhada, pondo somente a madeira e feitio da obra, e não metendo em conta os pedaços de madeira da túmulo velho que se tiraram para a feitura do novo, nem a pintura e o douramento²⁰⁰. Para pintar a nova urna e dourá-la foram gastos 70\$000 réis, e em 30 livros de ouro 42\$000 réis²⁰¹. No inventário de setembro de 1803 é mencionada esta peça como «hum tumulo novamente fabricado que se levanta na Capela mor para deposito da Imagem depois do Interro»²⁰². O túmulo foi pintado em 1809-1810 pelo pintor Francisco António da Silva, por 16\$400 réis²⁰³.

Os castiçais são objetos essenciais ao culto, principalmente no altar e nas cerimónias da festa de N.^a Sr.^a, quando se colocavam alguns castiçais à volta do túmulo, na capela-mor da igreja. A confraria possuía castiçais de prata e de madeira.

Aquando da grande remodelação da capela, ocorrida entre 1770 e 1774, foram feitos novos castiçais. Em 1770 foram pagos ao torneiro 3\$000 réis por uma dúzia de

¹⁹⁵ CLODE e FERREIRA, 1954, *Exposição de esculturas religiosas no convento de Santa Clara do Funchal*, Funchal, p. 37. No catálogo da exposição enumeram-se com o n.º 52 – Santana, do século XVII, com o n.º 93 – Santana, do século XVIII, e com o n.º 97 – São Joaquim, do século XVIII.

¹⁹⁶ Vide capítulo A Festa e a Procissão.

¹⁹⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 43.

¹⁹⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 55, 55v.º.

¹⁹⁹ ABM, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 366, fl. 2. O antigo túmulo possuía vidros para se poder ver a imagem de N.^a Sr.^a (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 15v.º).

²⁰⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 234, fl. 15; ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 46.

²⁰¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 46.

²⁰² ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55.

²⁰³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 69.

castiçais; 2\$400 réis por livros de prata para os mesmos e 3\$000 réis «para pratar os castisais»; em 1772, 6\$000 réis por duas dúzias de castiçais; em 1773, 3\$000 réis ao torneiro por uma dúzia de castiçais; 14\$400 réis ao marceneiro por meia dúzia de castiçais entalhados; \$700 réis ao carpinteiro por verga e argolas para os castiçais do túmulo; 6\$000 réis ao pintor de pratear os castiçais; e 10\$500 réis ao pintor de pratear 18 castiçais. O inventário de setembro de 1803 referia «os vários castiçais de páu veylhos que foram prateados e seis ditos dourados já usados que servem no altar»²⁰⁴. Estes castiçais dourados, dada a sua antiguidade, não estavam em bom estado, sendo, no ano seguinte, limpos e reformados por um entalhador, que também lhes «meteu xúmbadas nos pés por não sustentarem as velas que se lhes punham» (5\$400 réis), e prateados pelo pintor Francisco António, levando pelo seu trabalho e prata 12\$000 réis²⁰⁵.

Face ao estado degradado dos castiçais que a confraria possuía, esta optou por adquirir novos, tendo gasto o tesoureiro, em 1804, 17\$000 réis por seis «castisais modernos que comprey em madeira a m.er [mulher?] do intalhador Agrela de que se carese para o Altar» e 24\$000 réis com o pintor Francisco António em prateá-los, incluindo-se o valor da prata²⁰⁶. O entalhador Agrela, de nome completo António de Agrela de Azevedo, residente na freguesia de São Pedro, tinha uma relação profissional e social muito próxima com João António Villavicêncio e o entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega, sendo conhecida a sua atividade na Madeira desde a década de 60 do século XVIII até a primeira década do século XIX²⁰⁷. Atualmente na capela assentam no pavimento do altar quatro castiçais altos, circulares e lisos, formados na base e na parte superior por vários anéis.

A confraria possuía entre seis e oito vasilhos/pirâmides, em madeira pintada, «em que se poem os ramos no Altar»²⁰⁸. Os ramos eram de rosas, símbolo frequente da pureza da Virgem Maria, reportando-se à «Rosa sem espinhos» e à «Rosa Mística» orada na Ladainha. Conforme os registos de contas da confraria, entre 1767 e 1793 adquiriram-se rosas a \$100 réis à unidade, para serem colocadas no ornato do altar

²⁰⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 12v.º, 17v.º, 19v.º, 20, 20v.º, 55.

²⁰⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 61.

²⁰⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 58.

²⁰⁷ Sobre a sua obra *vide* LADEIRA, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó [...]*, pp. 75-76.

²⁰⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 19v.º, 20, 37, 55v.º, 58v.º. Em 1773 a confraria gastou 6\$000 réis em meia dúzia de «taboado grosso para remates e piramidas» e 1\$050 com o torneiro em fazer as pirâmides. Em 1788 gastou 6\$400 réis em «8 vasilhos de páo pintado, dourado para ornato da capela». Em 1803-1804, o pintor/dourador Francisco António da Silva prateou as «oito pirâmides em que se poem os ramos no Altar» (5\$600 réis), referidas no inventário deste ano como «seis vasilhos de páo pintados, de por ramos».

da capela e da urna, muito provavelmente aquando da festa em agosto²⁰⁹. Em 1804 a confraria gastou 1\$800 réis numa «dúzia de Rosas Novas compradas nas orfas a 150 cada hua» e «seis ramos de roseyras compradas na mesma parte tudo para ornato do altar a \$800 – 4\$800»²¹⁰. As rosas eram compradas nas «orfas», ou seja, no Recolhimento das Órfãs, que funcionava no edifício da Misericórdia do Funchal.

As paredes laterais da capela, na faixa do embasamento, situada entre o pavimento e o chão do altar, ou seja, na direção dos três degraus que acedem ao altar, são revestidas, aleatoriamente, por azulejos de padrão do século XVII, com 2,5 azulejos ao alto, muito provavelmente provenientes da antiga capela ou de outra parte da igreja. Identificam-se vários módulos que formavam padrões de preenchimento e cercaduras.

Figs. 40 e 41 – Azulejos, Paredes Laterais da Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte, século XVII



Fonte: fotografia do autor, 2020.

²⁰⁹ Aquisições: 1767-1768 – 48 rosas; 1773 – 24 rosas; 1774 – 24 rosas; 1783 – 34 rosas; 1788 – 48 rosas; 1793 – 24 rosas (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 9, 19v.º, 20v.º, 29v.º, 37, 43).

²¹⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, 57v.º.

O padrão mais simples é composto por azulejos pseudo-enxaquetados, compostos por três módulos brancos e azuis e brancos com traços verticais e horizontais, e que conjugados entre si formavam um padrão igual ao que se observa nas paredes laterais da igreja de São Pedro.

Os outros módulos de preenchimento apresentam cor branca, azul, amarelo claro e escuro, existindo vários modelos formados por: fundo azul, duas largas linhas curvas, amarela e branca, contornadas a azul, amarelo escuro e amarelo, terminando em voluta; fundo azul, uma linha curva larga e branca, contornada de azul e amarelo, terminada em voluta, sendo cruzada por um fino ramo amarelo; fundo amarelo, linhas brancas curvas contornadas a azul com folhagens a azul e que foram empregues na cercadura dos painéis da capela-mor da igreja; entrelaçado de linhas brancas curvas, com volutas, dispostas na diagonal e nos outros dois vértices, desenhos de folhagens de acanto a azul, branco e amarelo; e folhagem azul com apontamento amarelo no vértice, sobre fundo azul.

Encontram-se ainda módulos de cercaduras compostos por: berma com linhas azuis e brancas e interior branco envolto de folhagens azuis, como podem ser observados nos contornos dos azulejos das paredes laterais da igreja; e berma azul e branca com linhas e formas circulares e interior com motivos fitomórficos.

Quanto aos pavimentos dos degraus e altar da capela, são em cantaria regional cinzenta, e o chão da capela em azulejos de padrão com quadrados pretos e brancos, colocados de modo alternado.

No que concerne aos tecidos usados nos paramentos como capas, tapetes, cortinas, toalhas, vestimentas e túmulo de N.^a Sr.^a, dada a fragilidade e uso constante, eram frequentemente adquiridos novos e consertados os antigos.

Aquando do falecimento de um irmão da confraria, o enterro era acompanhado com o pendão com a imagem de N.^a Sr.^a da Boa Morte. A confraria tinha dois pendões, um «rico de 4 cordoens», que acompanhava a procissão durante a festa de N.^a Sr.^a, e outro, um «pendão velho», com uma cruz na extremidade da vara, «usado nos interros», ambos referidos no inventário de 1803²¹¹. Posteriormente, em 1818, foi adquirido um pendão novo, em Lisboa, por 40\$000 réis²¹².

²¹¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 16v.º, 38, 42, 55v.º, 57v.º. Face ao uso constante dos pendões, eram alvo de consertos, o tecido, vara e cruz. Por exemplo, em 1772 realizou-se o «conserto da cruz do pendão \$150», em 1788 foi adquirida uma vara nova para o pendão \$500, em 1792 «por hua crus para o pendam e pintar o pao \$600» e em 1804 «por dinheiro do conserto do pendão velho para os interros \$700».

²¹² ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 74 e 77. Em 1814-1815, pelo «feito e retrós de hu pendão», a confraria despendeu 4\$100 réis.

Quanto aos tapetes, era constante fazerem-se novos. Por exemplo, a confraria possuía um de tecido de «papagayo», feito em 1768, com treze côvados comprados a Miguel dos Santos por 20\$800 réis²¹³. Na década de 90 do século XVIII fizeram-se novos tapetes. Em 1790 gastaram-se 13\$750 réis em «6 côvados [...] feitio linhas, linhaje e liga para o dito»²¹⁴. Em 1792 gastaram-se 15\$000 réis num «tapete oliado para a capela e feitio»²¹⁵, tendo sido renovado em 1804, «para servir de quotidiano», pelo pintor/dourador Francisco António da Silva, aquando de outros trabalhos de douramento de castiçais²¹⁶. Neste ano de 1804 a confraria mandou fazer um tapete novo, com tecido comprado em Lisboa, por 30\$000 réis, tendo o mestre Baltazar recebido 3\$000 réis «de talhar e fazer o mesmo tapete com \$200 rs de linhas para o coser»²¹⁷. Na sua maioria, principalmente quando se tratavam de pequenas compras, os tecidos eram comprados em lojas locais²¹⁸.

No que toca às toalhas, um dos acessórios de tecido mais usados pela confraria, era frequente fazerem-se novas. O inventário de 1803 menciona a existência de «sete toalhas do Altar com renda» e «hua dita com folhos do Altar da urna»²¹⁹. Nesta última toalha, em 1804, foram empregues «½ vara de escumilha \$500»²²⁰. Entre 1767 e 1804 é constante a aquisição de esguião, ou seja, de linho fino, para as toalhas do altar, variando o preço à vara entre \$700 réis e 1\$000 réis e a renda à volta de \$250 réis²²¹. Quanto aos folhos, adquiridos em 1795-1796 e 1803-1804, custavam entre 1\$200

²¹³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 9.

²¹⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 39.

²¹⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 42. O tapete é referido no inventário de 1803 (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55v.º).

²¹⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 58. O trabalho do pintor foi preparado previamente por um «servente que lavou, e raspou o tapete oleado, para se pintar de novo» (\$400 réis).

²¹⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 58. Na confeção deste tapete gastaram-se ainda 10\$000 réis «em cambio da letra a 20%», 1\$600 réis com o «frete do fardo de tapete que veio de Lisboa», \$400 réis na «condução para terra e salário na Alfândega]» e \$100 réis «a João de Andrade que levou, e trose de casa do Mestre Baltasar».

²¹⁸ Aquando da remodelação da capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte, nos primeiros anos da década de 70 do século XVIII, foram adquiridos vários tecidos em lojas do Funchal. Em 1770 na «logea de Manoel de Abreu 4 côvados de pano 11\$200», e em 1771 pagou-se ao pintor João António Villavicêncio, conforme despesas que havia feito, nomeadamente na «logea de Manuel de Abreu 1 par de meyas \$800; a dita de Jozé Dias 1 [calções?] de meya 1\$800; a dita 3 côvados de [baeta?] parda \$900; a logea de Manuel de Abreu 2 ½ côvados de xitta 1\$500; a logea de St.ª Anna para fazenda para o Espirito Santo 30\$500» (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 11v.º e 13v.º).

²¹⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55v.º.

²²⁰ Escumilha é um «pano branco, muito fino e muito ralo». BLUTEAU, D. Raphael, 1712, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Coimbra, 172, vol. III, p. 235.

²²¹ Esguião para toalhas: 1767-1768, 1778, 1789-1790, 1792, 1795-1796, 1804 (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 9, 25v.º, 37, 39, 42, 46, 58). Rendas para tolhas: 1767-1768, 1778, 1793, (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 9, 24v.º, 37).

e 1\$500 réis à vara²²². Em 1804 uma toalha foi feita no Recolhimento das Órfãs – instituição a que a confraria havia recorrido, no mesmo ano, para a compra de rosas, como já verificámos –, situado na Misericórdia do Funchal, tendo a confraria pago 2\$600 réis de «recortar os folhos e fazer a toalha nas orfas»²²³.

Para as capas, usadas nos enterros, festividades e procissões, a confraria despendeu 64\$250 réis, em 1778, mandando-as vir de Lisboa, sendo o valor referente ao tecido, pois no ano seguinte pagou 4\$800 réis a quem fez 16 capas, gastando-se ainda 3\$560 réis em 72 varas de fita e \$600 réis em retrós (fios de seda torcidos) e no ano seguinte pagou 2\$400 réis pelo feitio de oito capas²²⁴. O inventário de 1803 enumerava a existência de 20 capas de tafetá usadas e ainda três manustérgios, um véu verde de cálice e uma casula branca riscada na sacristia²²⁵.

A confraria pagava ainda a compra de papel e encadernações de livros. Por exemplo, entre 1778 e 1779, a aquisição de papel para quatro livros custou 4\$000 réis, e a construção, pelo livreiro, dos livros e colocação das capas custou 6\$400 réis, e a colocação dos títulos nos livros, \$400 réis²²⁶.

Segundo inventário realizado pelo vigário da igreja de São Pedro, Manuel Fernandes Mondim, em 16 de julho de 1726, a confraria possuía na capela vários objetos em prata: um lampadário de quatro balaustres com o peso de 10 marcos, avaliado em 60\$200 réis; uma escrivanhina composta por «salva, tinteiro, e poeira, com tapadoiras», com o peso de dois marcos e quatro oitavas, avaliada em 11\$550 réis; um par de galhetas com seu prato, com o peso de um marco, cinco onças e quatro oitavas, avaliado em 9\$455 réis; um hissope, com o peso de quatro onças e quatro oitavas, avaliado em 3\$150 réis; quatro castiçais grandes do altar, com o peso de 16 marcos e cinco onças, avaliados em 93\$100 réis; e uma vara de mão²²⁷.

No lampadário de prata eram realizadas as habituais manutenções. Por exemplo, em 1789 compraram uma griseta; em 1791 foram gastos \$800 réis num concerto e \$300 réis num vidro para a mesma griseta; e em 1792 fizeram-se três pirâmides de prata por 7\$650 réis²²⁸. Em 1801 foram entregues ao prateiro José Francisco Freitas

²²² ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 46, 58.

²²³ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 58.

²²⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 24v.º, 25v.º, 26v.º.

²²⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55v.º. A confraria, em 1820, adquiriu uma casula, frontal, pano de estante e bolsa, pano de corporais e um missal, através da casa de Monteiro e Companhia (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 82).

²²⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 3, 20v.º, 23v.º, 24v.º, 25v.º, 42, 58v.º.

²²⁷ CARITA, 1992, «As Pratas da freguesia de São Pedro no séc. XVIII / Inventários», p. 64, citando o livro de Inventário do século XVIII; n.º 21 (antigo), n.º 4 (lápiz), fl. 5, Arquivo da Diocese do Funchal.

²²⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 38, 41, 42.

Ferraz o lampadário velho e dois castiçais em prata, avaliados em 119\$600 réis, para fazer-se um lampadário novo, levando pelo seu serviço 207\$400 réis, em duas prestações²²⁹. Dada a normal oxidação da prata, o lampadário necessitava de ser limpo para uma melhor apresentação, sobretudo na época da festa de agosto. Assim, nos anos de 1805 e 1806, a confraria pagou 1\$200 réis, em cada ano, ao prateiro, por arear/branquear a lâmpada²³⁰.

Ainda, em objetos de prata, a confraria, em 1807-1808, gastou \$600 réis no conserto da vara e 4\$000 réis na compra de prata e pagamento da execução do diadema da imagem do Santo Cristo do altar, imagem que foi retocada pelo pintor Francisco António por 2\$400 réis²³¹.

O inventário elaborado em 5 de setembro de 1803, pelo tesoureiro José Gomes Barranca, aquando da entrada do novo tesoureiro, o P.^e Joaquim José de Faria, mostra os objetos em prata e ouro da confraria: uma lâmpada de prata nova; um tinteiro que contém salva, tinteiro e areeiro; uma coroa de prata que serve nas duas imagens; dois anéis de ouro nos dedos de N.^a Sr.^a; dois castiçais de prata antigos; duas galhetas de prata com seu pratinho; e uma vara de prata que é do juiz na procissão e um hissope de prata²³². Na relação de ornamentos e alfaias que ficaram na capela, aquando da extinção da confraria, em 1846, referia-se que ficavam servindo de ornato da capela os seguintes objetos em prata: um crucifixo em «cruz de pau» com resplendor de prata²³³; uma coroa de prata na imagem de N.^a Sr.^a; e um lampadário de prata moderna. O crucifixo, provavelmente, deverá estar noutra espaço da igreja e na capela conserva-se um diadema em prata na imagem de São Joaquim e o referido lampadário.

O lampadário, em prata, relevada e cinzelada, de corpo cónico abaulado, é dividido em três partes com a parte inferior e a superior de menores dimensões. A parte central é dividida longitudinalmente em três partes por três querubins com

²²⁹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 51v.º, 52. José Francisco de Freitas Ferraz levou ainda 10\$600 réis «de quebras» da antiga lâmpada e mais 5\$800 réis para completar a prata «que recebeu da alampada velha e castiçais». O dito prateiro fez o registo da carta de exame do seu ofício em 1776 (ABM, CMF, Livro de Cartas de cartas de exame dos oficiais de ofícios mecânicos, l.º 65) e em 1796 é referido aquando do feitio de uma ambula por 40\$000 réis (ABM, *Confrarias*, freguesia e igreja de Santa Luzia, confraria do SS., l.º 44), segundo os dados recolhidos por GOMES, 1992 «Ourives Madeirenses, séculos XVI a XIX», p. 53.

²³⁰ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 61v.º e 63.

²³¹ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 67.

²³² Em relação a estes quatro objetos em prata, anotou-se à margem de um fólio do livro «não há», o que constitui um acrescento posterior afirmando a sua não existência (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 55).

²³³ O Santo Cristo no altar é mencionado em 1788 aquando de «hum conserto do S.^{to} Christo do Altar», no inventário de 1803 como «hua Imagem de S.^{to} Cristo no dito Altar» e em 1806-1807 com a aquisição, no valor de 1\$400 réis, de um côvado de tafetá roxo e fita para cobrir a cruz, durante as cerimónias da Semana Santa (ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 37, 55, 66).

as asas a cruzarem-se na parte inferior. Os querubins são rematados inferiormente por uma folhagem e lateralmente por uma voluta e sustentam as cadeias convergidas na cúpula. A intercalar os querubins, representam-se um conjunto de folhagens verticais atadas e rematadas superiormente por uma cartela lisa e vistosa, com as bermas em forma de folhagens e concheados envoltos de dois «Cs», motivos que se repetem na base inferior e superior do lampadário, onde assenta a base de iluminação.

Figs. 42 a 44 – Lampadário e Pormenores, prata relevada e cinzelada, prateiro José Francisco Freitas Ferraz, 1801



Fonte: fotografia do autor, 2020.

Além dos objetos e paramentos já descritos, a confraria tinha ainda, segundo o inventário de 1803, várias caixas: uma arca de duas chaves, onde se guardavam os papéis, livros, penhores e algumas peças; um baú grande de guardar as alfaias; um caixão grande, chamado do azeite; e um caixão de pinho para guardar o pendão, toalhas e vários castiçais. Em utensílios e paramentos refira-se ainda: dois «caximbos» de latão nos lados do altar; uma campainha de metal; uma pauta com a Bula do

Jubileu; uma pauta com os «Irmãos Pronptos»; duas botijas que servem o azeite; uma galheta de folha para o azeite; e uma pedra de ara no altar²³⁴.

A confraria também contribuía com objetos de culto para a matriz de São Pedro; por exemplo, em 1804, o tesoureiro despendeu 12\$000 réis para a ajuda da compra do cálice novo, que seria utilizado nas solenidades da igreja «per [ser] justo que esta confraria tivesse parte nelle como a do Santíssimo»²³⁵.

Para uma maior divulgação da devoção a N.^a Sr.^a, a confraria mandava vir estampas de Lisboa. Por exemplo, em 1827-1828, gastou 2\$000 réis e em 1829-1830 gastou \$600 réis²³⁶.

Para a limpeza da capela eram adquiridas vassouras, sabão e carvão para o ferro de engomar as peças de vestuário da confraria, procedendo-se ao pagamento a quem executava estas tarefas. Por exemplo, em 1788 importaram em \$100 réis três vassouras e foi pago \$200 réis a «quem espanou toda a capela e limpou»; em 1803 uma vassoura para varrer a igreja e capela custou \$100 réis. Entre 1796 e 1803 são constantes as despesas, de \$300-\$350 réis, em «sabão e carvão para engomar as toalhas». Em 1805 pagou-se «a quem sacode e dobrou os tapetes» \$100 réis e «por diversas vezes que se lavam e gomam a roupa em todo o ano» 1\$200 réis.

A confraria foi extinta por alvará do governador civil do distrito do Funchal, datado de 4 de setembro de 1846. Nesta data o vigário da igreja de São Pedro, Joaquim Gomes da Silva Lume, recebeu do governador civil uma relação dos ornamentos e alfaias que ficaram «servindo de ornato da capela de Nossa Senhora da Boa Morte». Além dos objetos em prata, já mencionados, ficaram ainda: um túmulo em madeira, com esquife dourado e véu de seda branca; doze castiçais, seis pequenos e seis grandes, de madeira prateada; três toalhas usadas de pano de algodão com folhos; uma casula de seda branca, bordada de retrós amarelo e com galões dourados; «esbóla» [âmbula?]; manípulo e bolsa com véu; «um frontal dá mesma espécie»; um tapete dos degraus e pavimento; três ferros de prender o dito tapete; «um coxim branco d.iunte [?]»; um missal em bom uso; um pano pequeno de estante; uma alcatifa de cetim com galões dourados e um par de cortinas de damasco encarnado²³⁷. Quanto aos livros e títulos da confraria, foram remetidos pelo administrador do concelho do Funchal ao

²³⁴ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 55-55v.º.

²³⁵ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fl. 58. ABM, GC, CNSBM, l.º 234.

²³⁶ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, fls. 99, 102.

²³⁷ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, documento avulso: relação dos ornamentos e alfaias que ficaram na capela e N.^a Sr.^a da Boa Morte na igreja de São Pedro.

Governador Civil²³⁸, encontrando-se atualmente depositados no Arquivo e Biblioteca da Madeira.

Na capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, sobre dois pedestais, nos inícios do século XXI, já estiveram colocadas algumas esculturas do século XX vindas de outras partes da igreja, como uma de São Pedro, uma de N.^a Sr.^a de Lurdes e uma de N.^a Sr.^a de Fátima (*vide* fig. 7). Atualmente, está colocado um piano, cadeiras e bancos usados pelo grupo coral da paróquia.

Aos dias de hoje, além do património imaterial da devoção, festividades, ornamentações florais, etc., chegou a capela aberta ao culto e a visitantes, ornamentada com retábulo, painéis em talha, azulejos, lampadário, pinturas e esculturas, além dos livros à guarda do Arquivo e Biblioteca da Madeira – um legado de uma comunidade muito ativa nos séculos XVII, XVIII e XIX, associada em torno da fé em N.^a Sr.^a da Boa Morte.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

ABM, GC, CNSBM, Compromisso e sua confirmação, 1718-1775, l.º 229.

ABM, GC, CNSBM, Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1764-1845, l.º 227.

ABM, GC, CNSBM, Registo dos títulos dos foros perpétuos, das propriedades e das escrituras de juro a retro, 1716-1819, l.º 228.

ABM, GC, CNSBM, Termos de eleições, 1778-1838, l.º 234.

ABM, GC, CNSBM, Termos de entrada de Irmãos, 1778-1837, l.º 240.

ABM, GC, Convento de São Francisco, Confraria de N.^a Sr.^a da Soledade, Deliberações da mesa, 1802-1828, Funchal, l.º 233.

ABM, GC, Livro de Registo de Ordens – Repartições de Fazenda, Justiça e Eclesiástica, 1834, l.º 720.

ABM, GC, Livro de Registo de Ordens da Prefeitura e Administração, 1834.08.07-1835.12.04, l.º 721.

ABM, *JRPC/CON*, Auto de tomada de contas, 1792-1794, cx. 5, proc. 365.

²³⁸ ABM, GC, CNSBM, l.º 227, documento avulso: ofício do Administrador do Concelho do Funchal dirigido ao Governador Civil.

- ABM, *JRPC/CON*, Auto de tomada de contas, Auto civil de uma petição dos administradores da confraria ao provedor dos resíduos e capelas, para que mande pôr em praça uma casa térrea de uma água, no sítio dos Arrifes, cx. 5, proc. 366.
- ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Batismos, 1722.07.29-1740.11.17, l.º 9.
- ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Casamentos, 1760.08.09-1789.08.19, l.º 7.
- ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Casamentos, 1793.07.22-1798.06.09, l.º 9.
- ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Casamentos, 1798.06.18-1804.02.05, l.º 10
- ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Casamentos, 1809.01.28-1819.02.18, l.º 12.
- ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Óbitos e Casamentos (misto), 1651.11.19-1687.01.22, l.º 4.
- ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, 1771.12.21-1784.07.05, l.º 9.
- ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, 1784.07.07-1788.09.19, l.º 10.
- ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, 1788.09.26-1797.04.12, l.º 11.
- ABM, *RP*, S. Roque, Funchal, Casamentos, 1699.04.29-1756.07.07, l.º 2.
- ABM, *RP*, Sé, Funchal, Casamentos, 1699.01.18-1732.10.29, l.º 11.
- ABM, *RP*, Sé, Funchal, Casamentos, 1758.01.07-1764.07.18, l.º 14.
- ABM, *RP*, Sé, Funchal, Casamentos, 1764.08.05-1773.10.22, l.º 15.
- ABM, *RP*, Sé, Funchal, Casamentos, 1773.11.03-1791.05.04, l.º 16.
- ABM, *RP*, Sé, Funchal, Casamentos, 1791.05.11-1807.11.05, l.º 17.
- ACEF, Paróquia de São Pedro, Funchal, *Livro da Fábrica Pequena da igreja de São Pedro do Funchal*, 1642-174?.
- DGARQ/ANTT, *CSFF*, Receita e despesa, 1809-1815, l.º 5.
- DGARQ/ANTT, *CSFF*, Receita e despesa, 1815-1832, l.º 6.

Fontes Impressas, Estudos Gerais e Específicos

- BARROS, Bernardete, 2001, *Dona Guiomar de Sá Vilhena, Uma mulher do século XVIII*, Funchal, CEHA.
- BLUTEAU, D. Raphael, 1712-1728, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra, 8 vols.
- CARITA, Rui, 1991.07.07, «A Capela do SS. da Matriz de S. Pedro», in *Diário de Notícias*, ano 115, n.º 47886, p. 9.
- CARITA, Rui, 1992, «As Pratas da freguesia de São Pedro no séc. XVIII / Inventários», in *Islenha*, n.º 10, pp. 59-64.
- CARITA, Rui, 1996, *História da Madeira*, vol. IV, Funchal, Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego.
- CARITA, Rui, 2000, «A Confraria de S. José da Sé do Funchal e a família da Ilustríssima Dona Guiomar de Sá Vilhena», in *Islenha*, n.º 27, pp. 61-70.

- CARITA, Rui, 2015, *A Sé do Funchal: 1514-2014*, Funchal, DRAC.
- CLODE, Luiz Peter, [1952], «O nome completo do pintor Nicolau Ferreira é Nicolau Ferreira Duarte», in *Das Artes e da História da Madeira*, vol. III, n.º 13, p. 38.
- CLODE, Luiz Peter, e FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, 1954, *Exposição de Esculturas Religiosas no Convento de Santa Clara do Funchal*, Funchal, Junta Geral do Funchal.
- FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, 1963, *A Sé do Funchal*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- FRUTUOSO, Gaspar, 2008, *As Saudades da Terra. História das ilhas do Porto santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Manuscrito do século XVI, anotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo, (fac-símile), Funchal, ed. Funchal 500 anos.
- GAMA, Manuel da Encarnação Nóbrega da, 2014, *Dicionário das Festas, Romarias e Devoções da Madeira: para Compreender a Piedade Popular Madeirense*, Funchal, DRAC.
- GOMES, Fátima Freitas, 1987, «Arqueologia de um ofício: o cerieiro», in *Islenha*, n.º 1, pp. 95-110.
- GOMES, Fátima Freitas, 1992, «Ourives Madeirenses, séculos XVI a XIX», in *Islenha*, n.º 10, pp. 39-58,
- LADEIRA, Paulo Jesus, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, Funchal, CEHA.
- LADEIRA, Paulo, 2010, «Os retábulos da igreja de São Pedro do Funchal», in *Promontoria*, revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, pp. 263-282.
- LADEIRA, Paulo e RODRIGUES, Rita, 2011, «A Igreja de Nossa Senhora da Graça, Parte II – Contributos para o estudo do seu património», in *Girão*, vol. II, n.º 6, pp. 53-98.
- LAMEIRA, Francisco *et al.*, 2014, *Retábulos na Diocese do Funchal*, Faro, Universidade do Algarve.
- NORONHA, Henrique Henriques de, 1700, *Nobiliário Genealógico das Famílias que passarão a viver a esta Ilha d'a Madeira depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*, Funchal, Revista Genealógica Brasileira, cópia de 1844.
- NORONHA, Henrique Henriques de, 1996, *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da História da diocese do Funchal na ilha da Madeira, [1722]*, transcrição e notas de Alberto Vieira, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – CEHA.
- PENTEADO, Pedro, 1995, «Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação», in *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2.ª série, 7, pp. 15-52.

- SAINZ-TRUEVA, José de, 1990, «Presença de Nicolau Ferreira, um pintor madeirense do século XVIII na vila de Câmara de Lobos», in *Girão*, n.º 5, pp. 201-203.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1979-1982, *História de Portugal*, vols. IV e V, Lisboa, Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joel (dir.), 1981, *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, Composto e impresso na Tip. de «O Jornal».
- SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, fac-símile da edição de 1940-1946, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – DRAC, 3 vols.
- SOUSA, João José Abreu de, 1999, *A freguesia de São Pedro*, Junta de Freguesia de São Pedro.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1992, «A Confraria do Corpo Santo no séc. XVIII», in *Isleña*, n.º 10, pp. 116-124.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1994, «Confrarias: algumas questões sobre conflitos jurisdicionais na 2.ª metade do século XVIII», in *Isleña*, n.º 14, pp. 26-31.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

Webgrafia

- CARITA, Rui, 2017, «confrarias», in *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/confrarias/>, consultado em 12.03.2020.
- RODRIGUES, Rita, 2016, «ferreira, nicolau», in *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/ferreira-nicolau/>, consultado em 16.03.2020.